



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**SANDRA TANHOTE SOUSA**

**TRAJETÓRIAS NEGRAS E RACISMOS:  
MEMÓRIAS DA CONVIVÊNCIA INTER-RACIAL NA INFÂNCIA**

Florianópolis

2020

SANDRA TANHOTE SOUSA

**TRAJETÓRIAS NEGRAS E RACISMOS:**  
MEMÓRIAS DA CONVIVÊNCIA INTER-RACIAL NA INFÂNCIA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do grau de Mestra em Antropologia Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>Dr.<sup>a</sup> Ilka Boaventura Leite

Florianópolis  
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Sousa, Sandra Tanhote  
TRAJETÓRIAS NEGRAS E RACISMOS : MEMÓRIAS DA CONVIVÊNCIA  
INTER-RACIAL NA INFÂNCIA / Sandra Tanhote Sousa ;  
orientador, Ilka Boaventura Leite, 2020.  
110 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, , Programa de Pós-Graduação em Antropologia  
Social, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Antropologia Social. 2. Racismo. 3. Infância. 4.  
Memória. 5. Narrativas e subjetividade de sujeitos negros.  
I. Boaventura Leite, Ilka. II. Universidade Federal de  
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Antropologia  
Social. III. Título.

SANDRA TANHOTE SOUSA

**TRAJETÓRIAS NEGRAS E RACISMOS: MEMÓRIAS DA CONVIVÊNCIA INTER-RACIAL NA INFÂNCIA**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Ilka Boaventura Leite, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Adriano Castorino, Dr.  
Universidade Federal do Tocantins

Prof. Alexandra Alencar, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Edilma Monteiro, Dr.  
Universidade Federal de Santa Catarina

**Suplentes:** Prof. Jeremy Deturche Dr. (UFSC) e Prof. Fernando José Ciello, Dr. (UFRR)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestra em Antropologia Social.

---

Prof.Dr. Ilka Boaventura Leite, Dr.  
Orientadora

---

Prof. Jeremy Paul Jean Loup Deturche  
Coordenador do Programa

Florianópolis, 10 de junho de 2020.

## **Agradecimentos**

Primeiramente, agradeço à minha mãe por ter me proporcionado, a duras penas, a oportunidade de fazer uma graduação mesmo na condição difícil de ser uma mulher, negra e viúva que criava três filhas sozinha. Obrigada por todo incentivo, amizade e parceria de sempre, mãe!

Depois, às mulheres negras que muito gentilmente me narraram suas memórias, as quais foram fundamentais para a construção do trabalho.

À minha orientadora por todas as provocações que me fez desde que este projeto era uma ideia muito vaga que eu conseguia resumir em meia página, bem como aos professores do Programa por todos os ensinamentos que considero impagáveis.

A todas as demais pessoas que, de alguma forma, ajudaram na realização deste sonho. Minha mais sincera gratidão e desejo de muita luz a todos vocês.

Por fim, embora não menos importante, quero agradecer a um amigo querido que sempre me inspirou muito por meio de nossas muitas e longas conversas, nas quais varávamos as noites “procurando encontrar a solução pra tudo, com muita paz”. Agradeço-te muito também por ter me incentivado ao longo de toda a minha trajetória acadêmica, um dos motivos que fez com que eu não desistisse, mesmo com todas as pressões, cobranças e dificuldades que encontrei neste.

## Resumo

O presente trabalho procurou trazer um debate sobre racismo, enfocando esse fenômeno nas experiências infantis com base nas memórias de sujeitos adultos de como se deram seus primeiros contatos com o racismo quando ainda crianças. Busca também problematizar a persistência desse fenômeno e suas complexidades, olhando para como ele ocorre cotidianamente mesmo quando não é percebido e como se renova no meio social, tomando algumas referências teóricas fundadoras, como a noção de dupla consciência de Willian Edward Burghardt Du Bois (1935) e mais recentemente, o debate sobre racismo cotidiano de Grada Kilomba (2019). No primeiro capítulo a dissertação aborda a questão da racialização e seus intercruzamentos, enquanto questão identitária, de gênero e sobretudo do racismo vivido na infância por sujeitos negros. Faz algumas ponderações sobre as memórias de racismo acionadas para debater a questão atual, como ela emerge através da internet, considerando o papel da estética e da emotividade. O segundo capítulo traz algumas vozes negras a partir de suas memórias sobre os primeiros contatos com o racismo e propõe pensá-las a partir de narrativas pessoais (as que emergem de conversas\entrevistas presenciais) e narrativas públicas (as que são divulgadas através de publicações e se tornam discursos públicos). Como duas dimensões que se interconectam e dialogam, essas percepções dos sujeitos permitem recuperar as memórias sobre o racismo na infância. No terceiro capítulo o trabalho procura abordar o papel da memória de maneira mais geral, discutindo o racismo, o antirracismo na diáspora africana e as memórias suprimidas pela narrativa hegemônica. Nas considerações finais, alguns pontos importantes sobre a temática do racismo são retomados para chegar a algumas das muitas indagações que a pesquisa suscitou.

**Palavras-chave:** racismo; infância; memória, narrativas e subjetividade de sujeitos negros.

## **Abstract**

The current work has sought to bring about a debate on racism, focusing on the phenomenon of children's experiences based on memories of adult subjects of how they got along with their first contacts with racism when they were still children. It draws its conceptual framework from founding theoretical concepts such as William Edward Burkhart Du Bois' (1935) "double consciousness" and "everyday racism" by Grada Kilomba (2019). It seeks to problematize and examine its occurrences and persistence in our daily existence and its complexities, even when they go unnoticed, and how it reproduces itself in the social milieu. Chapter one examines racism and its intersection, particularly in terms of gender identity, and, above all, how it emerges during the childhood of black children. Chapter two focuses on the recollection of the subjects' first encounter with racism, emerging from conversations and interviews held with them, as well as from public discourse appearing through various publications that, eventually, constitute part of the public opinion. These two discourses — that of the childhood memories together with the common sense — are analyzed as two elements that intercept and enter into conversation, allowing us to recuperate those memories of first encounter with racism. In chapter three, the dissertation engages the role of memory in a more general way and discusses racism and anti-racism in the African diaspora, as well as the memories erased by the hegemonic narrative. In the final chapter, some key points about racism are revisited in order to underscore some of the many questions raised by and in the dissertation.

**Keywords:** racism; childhood; narratives and black subjectivity.

## Resumée

Le présent travail a cherché à susciter un débat sur le racisme en se concentrant sur ce phénomène dans les expériences de l'enfance à partir des souvenirs des sujets adultes sur la façon dont leurs premiers contacts avec le racisme ont eu lieu. Il cherche également à problématiser la persistance de ce phénomène et ses complexités en examinant comment il se produit quotidiennement, même quand il n'est pas perçu, et comment il se renouvelle dans l'environnement social, en prenant quelques références théoriques fondatrices, comme la notion de double conscience Willian Edward Burghardt Du Bois (1935) et, plus récemment, le débat sur le racisme quotidien par Grada Kilomba(2019). Dans le premier chapitre, la thèse aborde la question de la racialisation et de ses entrecroisements, en tant que problème d'identité de genre et, surtout, de racisme vécu dans l'enfance par des sujets noirs. Il fait quelques réflexions sur les souvenirs du racisme déclenchés pour débattre de la question actuelle, telle qu'elle émerge sur l'Internet, compte tenu du rôle de l'esthétique et de l'émotivité. Le deuxième chapitre apporte, quelques voix noires à partir de ses souvenirs de ses premiers contacts avec le racisme et propose de les penser à partir des récits personnels (ceux qui émergent de conversations/entretiens en face à face) et des récits publics qui sont diffusés à travers publications et deviennent des discours publics. Comme deux dimensions s'interconnectent et dialoguent, ces perceptions des sujets leur permet de retrouver leurs souvenirs du racisme infantile. Dans le troisième chapitre, le travail cherche à aborder le rôle de la mémoire d'une manière plus général, en discutant le racisme, l'anti-racisme dans la diaspora africaine et les souvenirs supprimés par le récit hégémonique. Dans les remarques finales, certains points importants sur le thème du racisme sont abordés pour répondre à certaines des nombreuses questions que la recherche soulève.

**Mots clés:** racisme; enfance; mémoire, récits et subjectivité des sujets noirs.



## Lista de Figuras

Figura 1	Print de postagem no Instagram.....	42
Figura 2	Postagem na página “Mulher Negra e Cia”.....	43
Figura 3	Imagem retirada da página “Igreja de Santa Cher na Terra” que se propõe a produzir conteúdo LGBT e sobre direitos humanos.....	43
Figura 4	Print de postagem em perfil pessoal do Twitter.....	43
Figura 5	Print de postagem em perfil pessoal do Twitter.....	44
Figura 6	Postagem na página “African Diaspora” no Facebook com o título “Representatividade importa”.....	45
Figura 7	Postagem na página “Saúde mental da população negra” no Facebook.....	54

## Sumário

Introdução.....	10
Capítulo 1 .....	22
Raça e seus atravessamentos: identidades, racismo e infância .....	22
Identidades: A Raça e o Gênero .....	27
Racismo e infância .....	32
A primeira infância.....	36
A escola e o racismo .....	37
Racismo e família.....	40
O debate sobre o racismo na infância na internet .....	41
Subjetividade, emoção e estética .....	45
Capítulo 2 .....	51
Vozes negras e o silenciamento do racismo na infância .....	51
A quem o silêncio favorece? .....	53
Transformando o veneno em remédio.....	55
As narrativas pessoais .....	60
Maria .....	60
Nara.....	64
Ana .....	65
Flavia.....	67
Narrativas Públicas .....	71
Gilberto Gil.....	71
Joyce Fernandes .....	72
Elza Soares .....	73
Caroline Damásio da Silva.....	74
Capítulo 3 .....	77
O papel da memória no debate do antirracismo.....	77
Algumas memórias subterrâneas e as relações raciais .....	80
Memória e a diáspora africana .....	84
“Eu lembro de como nos olhavam” .....	87
Considerações finais.....	90
Referências .....	95
Referências da internet .....	103

Tinha sete anos apenas, apenas sete anos,  
Que sete anos!  
Não chegava nem a cinco!  
De repente umas vozes na rua me gritaram Negra!  
Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra!  
“Por acaso sou negra?” – me disse  
SIM!  
“Que coisa é ser negra?”  
Negra!  
E eu não sabia a triste verdade que aquilo escondia.  
Negra!  
E me senti negra,  
Negra!  
Como eles diziam  
Negra!  
E retrocedi  
Negra!  
Como eles queriam  
Negra!  
E odiei meus cabelos e meus lábios grossos  
e mirei apenas minha carne tostada  
E retrocedi  
Negra! [...]  
E passava o tempo,  
e sempre amargurada  
Continuava levando nas minhas costas  
minha pesada carga  
E como pesava!...  
Alisei o cabelo,  
Passei pó na cara,  
e entre minhas entranhas sempre ressoava a mesma palavra  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
Negra! Negra! Neeegra!  
Até que um dia que retrocedia, retrocedia e que ia cair  
Negra! Negra! Negra! Negra! [...]  
E daí?  
E daí?  
Negra!  
Sim  
Negra!  
Sou  
Negra! [...]  
Negra sou  
De hoje em diante não quero  
alisar meu cabelo  
Não quero  
E vou rir daqueles,  
que por evitar – segundo eles –  
que por evitar-nos algum dissabor  
Chamam aos negros de gente de cor  
E de que cor!  
NEGRA  
E como soa lindo!  
NEGRO  
E que ritmo tem!  
Negro Negro Negro Negro [...]

(Victoria Santa Cruz)

## Introdução

No poema “Me gritaram Negra!”, a autora Victoria Santa Cruz sintetiza um dos dramas comuns aos filhos da diáspora africana na interação social, que é a percepção da hostilidade e a rejeição do Outro, que não o reconhece como um igual. Na poesia, ela se lembra da primeira vez em que lhe “gritaram negra”, quando tinha menos de sete anos de idade e que, nesse primeiro momento, sua reação foi de negar sua aparência em um movimento de retrocesso. Assim, passa a odiar seus cabelos, seus lábios grossos e sua pele escura. Carregando o fardo da negação de um autorreconhecimento, suas estratégias eram no sentido de tentar ser como o Outro o que, também, não era suficiente para ser aceita. Até que chega um momento em que, não mais conseguindo retroceder, passa à fase de se autorreconhecer. Mas o que seria esse autorreconhecimento? Seria quando passa a positivar uma identificação negativa recebida, quando o termo “negra” já não a ofende mais e ela passa a refletir criticamente as situações vividas, reelaborando, nos termos do antirracismo, em forma de autoafirmação.

Inspirada na letra do poema de Vitoria Santa Cruz, pensei um projeto de investigação, o qual intencionava, inicialmente, escrever sobre a história de vida de sujeitos negros militantes de movimentos negros, enfocando dois aspectos de suas biografias que a autora sublinha brilhantemente em sua escrita acerca da convivência inter-racial, qual seja: da percepção de se ser um indivíduo racializado e inferiorizado no interior de seu meio social até passar a ter uma conscientização do aspecto político e estrutural da hierarquização social. Então, passei a buscar um enfoque que privilegiava os dois assuntos que considero caros à temática das relações raciais: o racismo na infância e a militância e identidade negra. Por fim, acabei priorizando a questão da infância, contudo, sem desconsiderar os processos de autorreconhecimento e engajamento político, sendo estes uma parte do processo analisado.

Desse modo, o poema referido continua representando muito bem aquele ponto, da inicial imersão na opressão racial, o que busco tratar especialmente no primeiro parágrafo do poema em tela. A autora faz ali um jogo com as palavras quando fala, primeiramente, que tinha sete anos e, logo depois, volta atrás como quem força na memória para lembrar que talvez fosse antes e que tivesse menos de cinco anos. Nessa estratégia, ela conseguiu descrever algo bastante representativo: quão cedo o racismo se apresenta pra nós, mulheres e homens, negras e negros.

Essas memórias já foram relatadas por muitos e muitas que, independentemente de suas idades, conseguem se lembrar e relatar um episódio de dor e humilhação. A maioria de nós, negros, possui lembranças assim, mesmo que não consiga, ao certo, identificar quando esses episódios ocorreram, que idade tinham e outros detalhes que ficam escondidos atrás

da vergonha que sentem, sobretudo quando não enfrentam e elaboram essa dor. Como coloca Emerson Rocha (2009), a cor da pele é algo que o sujeito <sup>1</sup> negro não vai esquecer, porque, em diferentes contextos ao longo de sua vida, de alguma forma, alguém irá lembrá-lo, e é, de fato, desde muito cedo que precisamos rivalizar com o racismo, sobretudo quando adotamos certas atitudes, posturas estratégicas diversas, de acordo com nossas possibilidades de interpretação da situação.

Para Du Bois (2012), o homem negro da diáspora carrega uma dupla consciência, ainda mais quando este se entende como sujeito universal e, ao mesmo tempo, ligado à particularidade de ser “racializado”. Ele vive um “esforço espiritual”, um objetivo duplo entre o desejo de satisfazer dois ideais que seriam incompatíveis. Passa por negações e mudanças advindas de reflexões sobre si na tentativa de novos enquadramentos, até se encontrar, de forma vaga, com a constatação de que não encontrará seu lugar no mundo se não for ele mesmo, desistindo de tentar ser o Outro e resistindo ao desdém culturalmente atribuído a tudo que é visto como tendo uma cor. Parafraseando Du Bois, o sujeito leva consigo um fardo que não se reduz à pobreza ou à ignorância, mas sobretudo à cicatriz de séculos de sistemática de profanação legalizada e, ainda, a negação da possibilidade de se debruçar sobre seus próprios problemas sociais. Seu conceito de dupla consciência elaborado há mais de um século dialoga ainda com a condição dos sujeitos negros no que se refere ao fato de ser ele ao mesmo tempo um nativo e um estranho no contexto das sociedades pós escravização negra. Para o autor, esses sujeitos carregam um sentimento contraditório de busca por aceitação de sua identidade e pelo reconhecimento de sua humanidade comum.

Considerando que as memórias de racismo possivelmente estão presentes na lembrança de muitos de nós, negras e negros, a proposta do trabalho é de reunir narrativas de pessoas negras, brasileiros e brasileiras, buscando identificar e caracterizar, em cada trajetória, os seus primeiros contatos com o racismo.

É importante, neste momento, colocar o lugar de onde eu falo, ainda que, segundo a perspectiva de Cornejo (2008), a voz do pesquisador passa a aparecer no trabalho desde a escolha do tema. Concordo com as palavras da autora quando ela diz que não podemos pretender sermos seres epistemologicamente objetivos, porque somos ontologicamente subjetivos. Para ela, ainda que toda a investigação seja construída com base em uma ideologia, isso não significa que o trabalho possa ser invalidado quando ele busca ser, sobretudo, devidamente ético.

A questão racial tem sido, para mim, um tema de pesquisa desde os primeiros trabalhos na graduação até os dias de hoje. Para além de ser uma estudante de Ciências

---

<sup>1</sup> A noção de sujeito utilizada ao longo do trabalho não corresponde à noção de sujeito autônomo e diferenciado cunhada na pós-modernidade, mas de um sujeito construído nas relações. (Ver George Sefa Dei, 2008 e Du Bois, 2012)

Sociais, sou também uma mulher negra e militante da causa antirracista. Como uma pessoa negra no contexto brasileiro, também tenho uma convivência com o racismo que, em partes, se aproxima daquela que foi narrada no poema. Desse modo, a maioria das questões aqui levantadas também atravessam minha existência, o que explica minha opção por debatê-las.

Em meu trabalho de conclusão de curso, em 2006, na Universidade Federal de Pelotas, busquei realizar uma etnografia em um conhecido salão de beleza situado na cidade de Pelotas, RS, o qual possuía um público majoritariamente de mulheres negras. A proposta foi de tratar a estética, a identidade e a visibilidade negras a partir das noções de beleza e cuidados com o cabelo e com o corpo, subjetivadas e informadas pelas clientes do salão. Minha intenção era discutir a questão racial sem tratar categoricamente da problemática do racismo, o que me levou a evitar ou não estimular o assunto nas conversas com as interlocutoras, ainda que o tema sempre surgisse quando estávamos em uma situação de interação em que todas as integrantes eram mulheres negras. Tal como eu naquele momento, muitas de nós evitavam aprofundar o assunto, bem como evitam acionar suas memórias, entendendo ser desnecessário “reviver” tantos constrangimentos. Foi ali onde percebi a gravidade do problema e a insustentabilidade de mantê-lo sob o manto do silêncio. Foi essa experiência que me levou a ter uma percepção um pouco distinta da questão.

Acredito, hoje, que é preciso falar, e muito, sobre racismo, mesmo que o tema traga sempre um desconforto, tanto para nós, negras e negros, como para os não negros(as). Diante das várias formas sob as quais o racismo se manifesta, penso que, toda vez em que nos silenciemos, contribuimos, de alguma forma, para que ele se perpetue. A formação do cidadão negro enquanto sujeito se desenvolve de forma extremamente dolorosa, tendo em vista que o seu amor próprio é construído na contramão de um *ethos* social hegemônico. (Rocha, 2009)

Uma melhor compreensão de mim mesma e da conjuntura social na qual estou inserida, somente me foi possível por permanecer dentro da universidade. Lembro-me de alguma “militância” e de discussões ligadas à raça em função de ter familiares músicos, havendo uma apropriação positiva dos elementos de cultura “afro” entre primos e amigos da adolescência, contudo, nunca houve uma atenção mais ampla ou reflexão sobre o drama vivenciado historicamente por nossos familiares nas interações ou sobre o legado tão comum e característico que nos aproxima do resto da população negra do país. Assim, foi apenas dentro da universidade onde fui percebendo que colegas negros e negras, mesmo os oriundos de outras cidades ou estados do país, traziam sempre histórias próximas de experiências similares com racismo. As trajetórias que leio ou os manifestos a que tenho acesso de colegas dentro da academia igualmente contam um pouco da minha própria trajetória e a de membros

de minha família. Dessa forma, vislumbro a importância do debate sobre a diáspora negra e as situações que nos envolve, mesmo estando em tempos e lugares distintos.

Essas memórias, dos primeiros contatos com o racismo, parecem íntimas demais para serem publicizadas, mas julgo importante que se fale, se resgate e se exponha, especialmente fora de nossos círculos, uma vez que, apesar de íntimas, tornam-se políticas. Sendo assim, a justificativa central é buscar revelar e formular uma reflexão sobre o racismo institucionalizado, velado e sutil que, embora poucas vezes explicitado, está presente em nossas memórias bem como no presente, no cotidiano das crianças negras, de forma banalizada ou pouco problematizada. Sobrevive em nosso meio social nas entrelinhas, sempre presente, uma vez que é uma característica do racismo à brasileira, onde nós, negras e negros, experimentamos e somos efetivamente imersos no racismo desde cedo, mesmo sem que ninguém, nas mais diversas circunstâncias, se declare racista (Souza, 1983).

A escolha por centrar o trabalho sobre o tema das relações raciais na infância se dá, além disso, em concordância com o que aponta Rita de Cássia Fazzi, autora do livro “O drama racial das crianças brasileiras: Socialização entre pares e preconceito”, publicado em 2001. Ela afirma que, entre os debates das relações raciais no Brasil, o debate das relações raciais e a infância permanece pouco explorado, havendo uma escassez de trabalhos. Como nos coloca essa autora, podemos considerar a existência do preconceito racial na infância mesmo quando advindo de uma parceria escolar, da vizinhança ou de uma amizade, ou seja, de outra criança, uma vez que o ato de inferiorizar o Outro ou, ainda, de atribuir características negativas a um grupo racializado, mesmo que sem consciência ou completa compreensão do fato, ainda é uma forma de preconceito racial. Assim, o preconceito ocorre mesmo sem que as crianças necessariamente o reconheçam, sem que tenham consciência de que o reproduzem, pois, em sua maioria, ele é naturalizado no âmbito doméstico, e a criança absorve do meio como algo corriqueiro e normal.

O antropólogo Kabengele Munanga (2005) também nos ajuda a pensar no caráter complexo das relações raciais e, citando Frantz Fanon, argumenta que o processo de socialização dos países colonizados promoveu uma alteração na estrutura psíquica, não apenas da população negra, mas também na estrutura psíquica dos não negros. Para ele, ainda que não haja uma lei que seja capaz de erradicar os preconceitos, tirando dos indivíduos suas crenças de superioridade ou inferioridade que nos foi introjetado por uma educação racista e, ainda que o sujeito negro seja o mais afetado, não se trata de um problema exclusivamente da população negra, o que o torna ainda mais complexo e abrangente.

Considero, portanto, que o assunto pesquisado tem muito a revelar sobre a persistência e resiliência do racismo nas relações sociais na atualidade, denotando, inclusive, as novas formas de racismo que hoje são muito menos abertas e flagrantes, operando no

nível dos sentimentos e das emoções e situando-se muito mais nas relações interpessoais, sendo elas, ainda, próprias de cada contexto. Assim, o racismo se disfarça entre as normas democráticas e igualitárias e, por não ser explícito, é ainda mais difícil de ser combatido (Vala, 2015).

Para prosseguir nessa apresentação, torna-se importante definir o que estou considerando como sendo preconceito racial e racismo. Parto da obra de Michel Wieviorka, quando aborda as estruturas elementares do racismo. Para o autor, embora esses fenômenos pareçam idênticos por se encontrarem intimamente ligados, em sua visão, é importante demonstrar suas diferenças. Segundo ele, o racismo é a atribuição de marcadores físicos que podem ser reais ou imaginários associados a características orais ou intelectuais de um determinado grupo. A correlação também pode se dar, ainda, por traços culturais, religiosos ou outro critério socialmente construído, ou seja, uma biologização implícita ou explícita essencialista. O preconceito racial seriam opiniões ou crenças sobre um indivíduo ou um grupo racialmente identificado, com base em estereótipos e generalizações e/ou informações parciais. Já a discriminação é a segregação ou a violência de um grupo que racializa sobre um grupo racializado, consistindo no tratamento diferenciado ao grupo racializado em diversas esferas da vida social, como segurança, emprego ou educação.

A pesquisa consistiu na coleta de diversos tipos de depoimentos, entrevistas e falas, públicas e privadas. Durante o processo, tomei alguns depoimentos de pessoas que eu conhecia e outras indicadas por amigos e conhecidos. Realizei alguns encontros que se desenvolveram em forma de entrevistas, diálogos e, também, incluí alguns materiais advindos de entrevistas de pessoas negras divulgadas na mídia impressa, em geral, pessoas públicas, lideranças, artistas e políticos. Considerei o resultado desse primeiro apanhado de falas sobre a infância como narrativas pessoais e públicas. Essas duas dimensões da fala negra revelam dois aspectos centrais: o contexto e o protagonismo.

Quanto ao **contexto**, importante é perceber quando o assunto emerge em uma conversa pessoal, íntima, e a pessoa está fazendo uma espécie de explosão de sentimentos, um momento catártico. Ela está diante de alguém como eu, negra, que também passou pelos mesmos constrangimentos e, então, ela pode falar, porque tem um contexto e um regime de reciprocidade, de compreensão mútua. São depoimentos que irrompem como desabaços, situações em que a própria pessoa, por vezes, não tinha antes tomado consciência ou nunca tinha mencionado o assunto ou refletido desse modo. Portanto, essa situação, em que a memória é acionada e se transforma em voz, delimita um tipo de narrativa voltada para a comunicação íntima e para a reafirmação com si mesmo, representando uma fala que busca correspondência e é turbinada pela própria voz. Quero crer que o jogo de representação se faz aí em um contexto de confiança e reafirmação da igualdade de condições.



Quanto ao **protagonismo**, importante é considerar que a situação contextual em que emerge a fala é muito relevante, mas, por ser pública, ela adquire outra forma de expressão. Nesse caso, mesmo se tratando de relatos íntimos, pessoais, essas vozes, por advirem de pessoas públicas e estarem voltadas a um público mais amplo, ao abordarem o assunto, elas o fazem na certeza de que ele irá alcançar o debate público, irá produzir um efeito social e irá criar uma cena política onde mais e mais pessoas, certamente, irão se identificar, se posicionar, então, há uma intenção de criar um efeito político, numa cena pública, intensificando o debate público, não apenas na cena íntima.

Considerarei, portanto, a importância de distinguir essas narrativas que ocorrem, por vezes, mais ou menos sutilmente, outras vezes, com destaque. No entanto, ambas as narrativas, públicas e privadas, podem revelar retóricas e, até mesmo, discursos em torno do racismo na infância com objetivos, estratégias e contextos específicos e distintos.

Sendo assim, a pesquisa buscou apreender as situações ou circunstâncias em que emergem essas vozes não propriamente situadas em um lugar geográfico específico. Busquei analisar, também, certos aspectos dos momentos em que as memórias desses sujeitos emergem, mesmo estando em um lugar distinto daqueles em que ocorreram as experiências narradas. Trata-se da memória se deslocando no tempo e no espaço para buscar os momentos em que as situações traumáticas ocorreram.

Para tanto, procurei estabelecer uma conversa aberta, sem um roteiro fechado, onde os interlocutores, ao mesmo tempo em que me contavam suas histórias, comentavam também sobre sua situação atual. Essas conversas foram gravadas com o consentimento de todos e todas, pois procurei, antes, situar a pesquisa e deixar um ambiente de confiança para que pudessem falar. O levantamento dos relatos se deu ao longo de 2019. O contato foi de forma aleatória, sendo acionado por meio de minhas redes pessoais ou pessoas indicadas por alguém próximo. Busquei contemplar contextos diversos, envolvendo situações e condições socioculturais, intelectuais e de classe diversas para, justamente, pôr em diálogo diferentes experiências.

No entanto, algumas situações imponderáveis decorreram da própria pesquisa como, por exemplo, o fato de que as narrativas pessoais resultaram em falas apenas de mulheres. No princípio, havia dois homens que se dispuseram a colaborar com o trabalho, porém as entrevistas não chegaram a ocorrer, ainda que eu tenha feito inúmeras tentativas, sem sucesso. Desde a fase inicial da pesquisa, ponderei sobre o fato de que as pessoas com quem eu conversaria precisariam estar dispostas a revisitar o passado e reviver, de certa maneira, as sensações de difícil enfrentamento pessoal. De fato, essa foi a parte mais delicada do trabalho, porque nem sempre consegui atingir um universo amplo de condições de idade, condição social e de gênero. Talvez esses resultados também possam nos dizer algo sobre

as dificuldades dos homens em falar do assunto, ou esses resultados tenham relação com as aproximações que fiz durante a minha primeira pesquisa. No caso das pessoas que colaboraram com minha pesquisa contando suas memórias, eu pude perceber, da parte delas, não uma negativa, mas uma relutância no sentido da demora para encontrar o momento e efetivar alguns encontros. Isso pode ter se dado pelo desconforto em tocar nessas memórias, porque precisavam aplacar as diversas camadas de resistências ou, ainda, por se tratar de um encontro para falar especificamente sobre esse assunto incômodo e de interesse exclusivo de uma pesquisa.

De outro modo, busquei também complementar esses relatos com depoimentos e entrevistas de pessoas negras, artistas, intelectuais entre outros, que abordavam o mesmo assunto, ou seja, que falavam de suas experiências de terem sido discriminadas na infância. Realizei uma seleção de narrativas, especialmente as publicadas, em função da grande quantidade de relatos obtidos e publicados na imprensa.

As entrevistas e depoimentos pessoais aparecem com nomes fictícios (Maria, Ana, Nara e Flavia) como forma de preservar as identidades dos sujeitos. Já as narrativas que estou chamando de públicas, bem como alguns debates citados quando abordo o debate sobre o racismo na infância na rede, estou adotando os nomes reais dos sujeitos, visto se tratar de um material público.

Algo que o leitor talvez também perceba é que faço uso, em alguns momentos, da poesia para ilustrar o ponto que estou abordando. Isso pode ser explicado por meu gosto pessoal por esse meio literário para expressar sentimentos, comunicar e denunciar, mas, também, porque inúmeros sujeitos negros lançam, muitas vezes, mão da arte para expressar a tensão, o impacto e a resignificação que o racismo vivido promove em suas subjetividades. Optei por não trazer minha narrativa pessoal, muito embora também possua vivas memórias de situações de racismo na minha infância, inclusive advindo de pessoas muito próximas, e consiga lembrar de quando essa amálgama me chegou, alterando minhas percepções de mundo, bem como a tensão prolongada que essa descoberta me causou. A opção por não me colocar na cena da pesquisa não invalida minha presença, meu olhar de pesquisadora negra, que percorre todo o processo de pesquisa até a escrita. Também se dá pelo fato de que, no âmbito pessoal, apesar das lembranças serem dolorosas, as considero como parte de um passado para o qual busquei diversas formas de superação, não propriamente pela aceitação, mas pela conversão em ação no âmbito social e para a luta antirracista, considerando a necessidade e urgência em discutir o problema com o meu olhar voltado para o presente e para as infâncias de hoje, para a construção subjetiva das crianças negras no contexto atual.

Em um artigo intitulado “A ilusão autobiográfica”, Bourdieu (2006) discorre sobre sua descrença nos trabalhos a partir de histórias de vida. Como um teórico do Ocidente, faz críticas relevantes a esse método pelo fato de a realidade ser descontínua, cheia de elementos não racionalizáveis, únicos e imprevistos.

A partir dessa perspectiva, é possível conceber que a crítica do autor ao método biográfico não necessariamente quer dizer que considere impossível seu uso, mas que é preciso manter uma vigilância epistemológica muito mais no sentido de uma provocação. Ele aponta para o risco de uma sociologia espontânea que tome como verdade a ideia corrente de um eu total e unificado, responsável, previsível e inteligível. Quer chamar a atenção para o fato de que os sujeitos não podem ser arrancados de sua ordem social porque o “ser” não é substância e sim contexto. Sendo assim, a noção de trajetória que estou utilizando não possui uma linearidade, uniformidade ou totalidade, pois é fragmentária e implicada por dimensões objetivas e subjetivas. Nessa definição, a trajetória estaria inserida numa compreensão mais abrangente do social, sendo ela uma construção compreensível a partir da análise do conjunto dos processos sociais em que os sujeitos estão inseridos, das posições que ocupam e as constantes transformações pelas quais eles passam. (Bourdieu, 1998; Cordovés, 2017)

Falando da história e da etnografia, os autores Jean e John Comaroff (2010) ponderam que as “realidades vividas desafiam os dualismos fáceis” comumente adotados pela Ciência. Os autores lembram ainda que: “À história colonial não faltam heróis ou eventos. E ela tampouco pode ser reduzida a uma série de encontros fortuitos ou ações proféticas.” Problematizando a tensão clássica no debate das Ciências Humanas entre as micro narrativas e as macro narrativas, defendem que a ação individual nunca pode ser reduzida às forças sociais e nem essas forças sociais a um somatório de atos singulares. Sendo assim, este trabalho não quer negar o racismo estrutural focando somente enquanto uma relação interpessoal, porém, dada a proporção do problema social que ele representa, creio que é interessante pensar e problematizá-lo em todas as frentes. (Comaroff e Comaroff, 2010, p.47)

Antes de se falar acerca do racismo, é preciso lembrar que não somos seres independentes, dotados de uma autonomia total, mas estamos imersos nas “malhas que os impérios teceram”, para usar as palavras de Manoela Ribeiro Sanches (2011). Falamos aqui da experiência de racismo na infância, pensando no contexto brasileiro e em sua já conhecida história de séculos de escravização, além de seu projeto político de manutenção da lógica, tanto colonial quanto escravocrata, ao negligenciar grupos por eles prejudicados após abolir esses regimes. Voltarei ao assunto no primeiro capítulo.

No Brasil<sup>2</sup>, assim como nos demais países das Américas<sup>3</sup>, é possível pensar que foi alimentada, no imaginário popular, a ideia de se construir uma nação para o colonizador. Podemos considerar que, da mesma forma como a cultura ocidental se propagou ao redor do mundo como nenhuma outra cultura, o racismo também ganhou força. A ideia de raça que conhecemos hoje foi construída com o passar do tempo no intento de justificar a hierarquia de um grupo diante de outro, especialmente durante os processos de construção dos nacionalismos. Sendo assim, qualquer análise do social precisa reconhecer que não trará verdades absolutas acerca da realidade que se propõe a observar, e que, em termos das experiências humanas, existem inúmeros fatores que se somam para configurar uma realidade específica. As experiências de racismo nos levam a pensá-las enquanto um fenômeno latente no âmbito social que é policausal e multifacetado. Dessa forma, o esforço do presente trabalho será o de tentar tratar da questão do racismo na infância, considerando subjetividade e estrutura social sem privilegiar uma ou outra. É preciso reconhecer que não são situações de fácil apreensão, portanto, que precisam ser consideradas por diferentes perspectivas, ainda que nos levem a um certo desconforto, pelas dificuldades em defini-las com precisão.

Além disso, o trabalho buscou inspiração em algumas considerações apontadas por George J. Sefa Dei (2008) no tocante a uma abordagem metodológica que se pretende antirracista. Chamando a atenção para uma cautela que o investigador antirracista deve ter em relação aos sujeitos envolvidos na pesquisa, Dei lembra que toda pesquisa que envolve crítica colonial precisa considerar que os interlocutores não são uma voz crua que precise ser interpretada pelo investigador. No conteúdo de um relato de experiência, os sujeitos constroem uma teorização a respeito de suas práticas e de seus cotidianos:

A investigação anti-racista requer a subversão de processos convencionais de obtenção, interrogação, validação, e disseminação do conhecimento. O anti-racismo exige que se renegocie com os nossos sujeitos as questões cruciais do poder discursivo, do controle e da autoridade interpretativa na investigação. (Dei, 2008, p. 19)

Na visão desse autor, o pesquisador antirracista inclui os sujeitos na pesquisa, levando em conta que eles são criadores de conhecimento e não mais objeto de estudo, mesmo não reconhecendo oposição entre prática e teoria. Quando se busca uma pesquisa descolonizada, deve-se admitir, então, que cada história carrega uma interpretação, uma análise e uma construção sobre uma determinada experiência que dispensa a autoridade clássica do pesquisador. Assim, nessa proposta metodológica, os discursos são potencializados, ganhando centralidade em todos os níveis da pesquisa.

---

<sup>2</sup> Ver Lilia Schwarcz (1993).

<sup>3</sup> Ver Manuela Ribeiro Sanches (2011).

Essa justificativa também está presente em Jean-Claude Kaufmann (2013) que argumenta que as pesquisas com base em relatos orais são alvo de críticas, tal como as pesquisas qualitativas, pois seus métodos pretendem detectar os comportamentos ou processos sociais e não os compará-los ou medi-los de forma sintética como nos métodos quantitativos. As críticas decorrem de uma ideia positivista de ciência que não concebe a dimensão “improvisada” e autoconstruída que é característica das pesquisas qualitativas, as quais não possuem pretensão de uma neutralidade, mas sim de estabelecer um momento dialógico entre os interlocutores. A sugestão de Kaufmann é, justamente, que o pesquisador não ceda a uma busca ingênua por impessoalidade, esperando, com isso, chegar a um melhor resultado na pesquisa, já que o papel do pesquisador aqui seria o de instigar o pesquisado a fazer uma reflexão sobre si, dando, ao trabalho, uma perspectiva dinâmica e construtivista. Para ele, a pesquisa social que se propõe a compreender com profundidade os processos sociais e a ótica dos sujeitos acerca de problemas levantados pela pesquisa demanda, sem dúvida, um maior volume de trabalho. Isso porque tais pesquisas exigem, naturalmente, uma flexibilidade e inventividade por parte do pesquisador, que precisa encontrar novas chaves de leitura ao que está sendo dito, procurando ouvir melhor e com mais atenção.

Além da importância da pesquisa em nível geral, por trazer uma reflexão sobre as relações raciais que são um debate latente, aparentemente interminável e urgente, sua relevância também pode ser entendida sob a ideia de “mosaico científico”, de Howard Becker (1993), no sentido de que essas histórias de vida podem nos levar a compreender a profundidade dos processos sociais, pois as memórias registradas servirão, em maior ou menor grau, para pensar a especificidade de ter sido uma criança negra aqui ou na cidade de origem do colaborador. As reflexões dos indivíduos sobre suas próprias histórias podem oferecer uma visão subjetiva que pode coincidir ou não com as teorias já formuladas sobre o tema. Assim, a análise pode consistir em como as questões levantadas na pesquisa são pertinentes ou não nas trajetórias negras sob a perspectiva de cada colaborador. Digo isso não no sentido de pretender trazer respostas, mas contribuições para um debate que é necessário, longo e certamente inconcluso.

É importante colocar que a pesquisa qualitativa pode elucidar o que uma pesquisa quantitativa talvez não alcance, uma vez que os números, por mais impacto que possam promover, também contribuem para a naturalização dos problemas que desvelam, uma vez que distanciam os sujeitos dos problemas sociais que cotidianamente os afetam, ao passo que as pesquisas qualitativas vêm no sentido de afetar, sensibilizar a sociedade para o tema que se pretende discutir. Outro ponto importante de se salientar é que os números apontados pelas pesquisas quantitativas também não são neutros, pois são frutos de processos bem subjetivos de coleta e análise.

A noção de discurso presente neste trabalho está baseada na noção foucaultiana de uma apresentação imaginativa do real que, para além da fala, mobiliza e orienta ações objetivas. Nos termos de Foucault, trata-se de uma vontade de verdade que está vinculada às disputas de poder presentes na esfera social. Para o autor, a vontade de verdade, assim como outros sistemas de exclusão, se apoiam e se fundamentam na institucionalidade que, ao mesmo tempo, o reforça e o reconduz como uma prática pedagógica que se vale de publicações, bibliotecas e laboratórios e, ainda, controlam a disposição dos saberes, sua valorização e distribuição: “Por tudo isto, os nossos olhos só veem uma verdade que é riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E, ao invés, não vemos a vontade de verdade enquanto prodigiosa maquinaria destinada a excluir. (Foucault, 2012).

A noção de experiência vai de encontro com a percepção de Joan Scott (1999) de uma tentativa de apreensão do mundo pela experiência visceral transcrita. Para a autora, a documentação de diferentes experiências fornece uma miríade de evidências em termos de valores e práticas que desmentem as construções hegemônicas que costumavam afirmar a superioridade política do homem branco e a naturalidade da heterossexualidade monogâmica, por exemplo. Para ela, ao partir dessa abordagem, a história tem procurado ampliar seu quadro de evidências epistemológicas em busca de uma visão menos incompleta, dando legitimidade às experiências<sup>4</sup>.

Já com o conceito de narrativa, busco me apropriar dele pensando na perspectiva de Walter Benjamin (1994), como um intercâmbio de experiências por meio da comunicação. Uma história, nesse caso, autobiográfica, que não carece de uma interpretação ou de uma explicação, tendo o leitor a possibilidade de interpretá-la, diferentemente de um texto informativo, podendo, ainda, assimilar a sua experiência, o que o autor chamou de “forma artesanal de comunicar”.

Após essas considerações, apresento a estrutura do presente trabalho: esta dissertação compõe-se, além da introdução, de três capítulos e das considerações finais. No primeiro capítulo, busco fazer uma espécie de percurso da ideia de raça e racismo para tentar pontuar a abrangência do debate das relações raciais e desenvolver o assunto do ponto de vista teórico. Tento demonstrar as inúmeras questões que envolvem o debate do racismo na infância nos níveis subjetivo (corpo e estereótipos) e social, como sociabilidade, família, escola, entre outros. Trago, também, a questão do debate sobre o racismo na infância na Internet para pensar como os indivíduos adultos enxergam a persistência do fenômeno enquanto pais de crianças negras que vivenciam o racismo. No capítulo dois, apresento as narrativas pessoais e públicas à luz do debate teórico que elas suscitam, buscando aprofundar o assunto identificando até onde as teorias dialogam ou não, aprofundam ou não, estão em

---

<sup>4</sup> Volto a este tema no capítulo 1, quando abordo a questão das identidades.

consonância ou não com as situações tomadas para análise. Procurei evidenciar as diferentes vozes, com o intuito de priorizar suas interpretações sobre as próprias experiências narradas, evidenciando os diferentes discursos sobre o racismo. Já no terceiro capítulo, parto da questão da memória nas Ciências Humanas para chegar ao campo das relações raciais, procurando pensá-las nas dimensões do silenciamento e das resistências em relação à causa antirracista. Para concluir, retomo alguns pontos que considero relevantes no debate sobre a memória do racismo na infância, fazendo breves considerações sobre possíveis continuidades da pesquisa.

Alberto Guerreiro Ramos (1957), no seu texto “Patologia social do ‘branco’ brasileiro”, coloca a questão olhando para a experiência dos sujeitos lidos como brancos. Referindo-se aos imigrantes europeus, o autor coloca que, como forma de garantir a espoliação e a dominação no contexto brasileiro, esses sujeitos se valiam tanto da força e da violência como de processos psíquicos de domesticação, pseudojustificações e afirmações dogmáticas da degradação negra e da excelência da brancura.

Já, pensando na miscigenação, Ramos entendia ser necessário considerar que o ideal de branqueamento embasou o processo de maturidade do brasileiro em termos gerais. Fazendo uma análise da autodeclaração dos brasileiros nas décadas de 1940 e 1950, o autor pontua a sensação de inferioridade suscitada nos sujeitos que não conseguiam dizer sobre sua real condição étnica. Essa noção fica evidente na glorificação que esses indivíduos tinham por sua linhagem europeia, além da negação de qualquer descendência indígena, sobretudo, a africana. Para o autor, os sujeitos aqui entendidos como brancos, embora em outros contextos não seriam devido à miscigenação, demonstravam um enorme incômodo ao terem sua brancura posta em questão. Sendo assim, não seria possível pensar em um *ethos* social nacional sem levarmos em conta o efeito colonial sobre tal *ethos*, o qual não se constituiu endogenamente, mas foi atravessado por esse processo histórico.

# Capítulo 1

## Raça e seus atravessamentos: identidades, racismo e infância

O conceito de raça, amplamente adotado nos mesmos moldes dos discursos pseudocientíficos do século XIX e XX, vem sendo problematizado por diversos autores negros da diáspora africana nos séculos XX e XXI. Podemos encontrar essa reflexão em muitos escritores, artistas, ativistas e pessoas públicas que compartilharam suas experiências como uma forma de antirracismo, compondo um ativismo que podemos situar hoje em termos de lutas identitárias. É o caso, nos EUA, de Du Bois, Ralph Ellison; no Brasil, Abdias do Nascimento, Neusa Santos Souza, Lélia Gonzalez entre outros ou, ainda mais recentemente, como Nilma Lino Gomes, Carla Akotirene, Silvio de Almeida e muitos outros, todos eles sujeitos negros em busca de sua autoconstrução em meio ao racismo.

Antônio Sérgio Alfredo Guimarães (2003), buscando demonstrar a abrangência do conceito de raça, sua adoção e rejeição nos discursos científicos e não científicos, defendeu que a raça, assim como qualquer categoria, só faz sentido dentro de um contexto discursivo, sendo os discursos que orientam as identidades. Tal categoria de análise serve para pensar as relações, muitas vezes, em nível global e, em outros casos, se restringe a especificidades locais.

Segundo a colombiana Mara Viveiros Vigoya (2018), é preciso lembrar que, ao utilizarmos o termo “negro”, não estamos nos referindo a ele enquanto substantivo, mas sim como adjetivo, considerando que essa identidade não existe em si mesma como substância, apenas como uma qualidade relacional.

Na visão de Nilma Lino Gomes (2009), é na perspectiva da crítica pós-colonial e decolonial que hoje pode-se encontrar inúmeros intelectuais negros, sujeitos que foram historicamente considerados distantes do lugar da razão. Assim, ressignificar a raça tornou-se um dos desafios dos intelectuais negros que buscam fazê-lo, apontando ser essa uma construção mental produzida por interesses políticos da colonização. Nessa seara, pode-se encontrar grande parte dos pesquisadores brasileiros, tanto intelectuais negros como indígenas, que entram no campo científico e se estabelecem entre a epistemologia moderna ocidental e a prática, provocando, assim, uma tensão entre os saberes hegemônicos e não hegemônicos.

Examinando os discursos que permeiam os debates sobre Raça desde o século XIX, Ilka Boaventura Leite (1988) identifica, no regime escravista, diversos subterfúgios linguísticos para introduzir formas de classificação social, desde, por exemplo, transformar os diferentes sujeitos escravizados como sendo africanos, “os negros”, produzindo, assim, os estereótipos coloniais que foram capazes de reduzir um povo inteiro a, simplesmente, uma cor e uma raça.



No entanto, segundo a autora, é preciso considerar que as nomenclaturas não são neutras, pois estão sempre carregadas da dimensão simbólica de uma época. Contudo, os estereótipos e terminologias desqualificadoras gestadas em uma conjuntura específica provavelmente podem atravessar longos períodos históricos até a atualidade.

Como foi ressaltado por Tim Ingold (1995), a biologia moderna, reestruturada radicalmente pelas ideias de Darwin com o livro “A origem das espécies” (1859), fomentou as ideias equivocadas, que persistem em nosso século, de que seria possível construir uma tabela de “tipos humanos”. Esses pressupostos resistem a descobertas científicas posteriores que comprovam que, em termos biológicos, a humanidade possui variações muito mais sutis. Ela é composta por uma multiplicidade de características, porém sem grandes saltos evolutivos, sendo assim, todas as divisões que conhecemos nesse campo não passam de construções fruto de nossa tendência em substancializar, estereotipar, introduzir classificações rígidas com base nesses pressupostos. Enquanto seres humanos, é impossível sermos enquadrados em categorias. Segundo o autor, esses distintos processos antropocentristas levaram a um gradualismo herdado do pensamento dualista.

Nessas concepções, passou-se a defender a ideia de que somos criaturas divididas, sendo uma parte na condição física, da animalidade, e a outra na condição moral, da humanidade. As noções etnocêntricas da tese gradualista de superioridade do europeu moderno sobre os demais grupos humanos considerados, então, os selvagens, se popularizaram sob a ideia de uma descontinuidade na passagem evolutiva do animal para o homem, colocando o europeu como um padrão universal. Para Ingold, o que parece não estar muito claro, mesmo nas teorias mais humanistas, é que não existe apenas uma maneira humana de ser. No âmbito de nossa espécie, a diferença não se dá biologicamente nem diz respeito à existência de cada um de nós como membro da espécie humana, mas sim nos códigos de conduta de uma cultura ou outra. Assim, o ponto de vista cultural é que torna alguém um homem ou uma coisa, e a cultura é que sublinha a identidade dos seres, não como organismo biológico, mas sim como sujeito moral.

Já Nilma Gomes (2009) é contra essas distorções que colocavam uns como sujeito e outros enquanto objeto de pesquisa, que pretendem insurgir as teorias pós-coloniais e decoloniais. Para ela, a “ecologia de saberes” surge abrindo espaço para uma pluralidade de saberes anteriormente desconsiderados pela monocultura do saber ocidental. Ela busca fortalecer as demais epistemologias fundamentadas na ideia de que não há saber neutro, e de que a reflexão epistemológica deve se pautar nas práticas, considerando sempre os impactos sociais das produções de conhecimento. Já na escolha dos debates, muitas vezes é possível identificar que essas novas vozes que entram no meio acadêmico podem trazer um novo olhar para velhas questões. Segundo Gomes, os intelectuais negros encaram a

questão racial não apenas como mais um tema de pesquisa, mas como uma questão social e política de pesquisa, produzindo um conhecimento politicamente posicionado em favor da causa antirracista, como cita:

Não podemos nos esquecer de que foi no contexto científico do final do século XIX e início do século XX que os 'homens de ciência' ajudaram a produzir as pseudo-teorias raciais que, naquele momento, atestavam a existência de uma suposta inferioridade e superioridade racial. A ciência serviu, naquele momento, como instrumento de dominação, discriminação e racismo e a universidade foi o principal espaço de divulgação dessas ideias e práticas. No decorrer do processo histórico, tais teorias foram derrubadas, superadas e condenadas nos meios intelectuais e na realidade social, mas isso não isenta os prejuízos sociais e o imaginário racista que elas ajudaram a reforçar e produzir, principalmente, na trajetória dos grupos étnico-raciais sobre os quais elas iniciaram. Tais resultados afetam não somente o campo da produção intelectual e a sociedade de um modo geral, mas de maneira específica, a vida e as trajetórias de crianças, adolescentes, jovens e adultos negros e negras, inclusive na educação. (Gomes, 2009, p. 423)

Igualmente à autora, julgo muito importante estarmos também dentro da academia, trabalhando para a desconstrução dessas ideias que foram produzidas e difundidas a partir desse mesmo lugar. Através de nossas formações acadêmicas e, ao mesmo tempo, comunitárias, levamos a tensão racial existente na sociedade para dentro do espaço acadêmico, optando por debater questões relacionadas às nossas vivências. Dadas as nossas trajetórias, possuímos formas de ler, interpretar e produzir conhecimento distintos da ciência hegemônica, modos diferentes de ver que, certamente, têm muito a acrescentar ao tema.

No texto "Do nosso esforço espiritual", Du Bois (2012) fala sobre uma ligação que o homem negro mantém com um "outro mundo", e a dificuldade de um pleno enquadramento social dos filhos da diáspora africana. Muito embora o autor coloque a questão racial em um outro tempo e em seu contexto<sup>5</sup>, suas reflexões servem para pensar, em certa medida, a nossa realidade e o nosso contexto. "Como é se sentir um problema?" O autor se faz a pergunta que acredita estar na mente dos não negros e, ao mesmo tempo, descreve sendo ele o sujeito negro a quem a pergunta é constantemente feita de forma dissimulada. Responde que ser um problema seria difícil mesmo para alguém que nunca foi outra coisa, exceto na infância, antes do racismo ter-lhe irrompido. Du Bois conta sua experiência estranha e peculiar do dia em que se sentiu um problema. Como em um dia comum na sua infância, lhe foi revelado que era diferente, quando, em uma brincadeira de troca de cartões na escola, o seu foi recusado peremptoriamente:

---

<sup>5</sup> A data da publicação consultada é de 2012, porém a data da primeira publicação do livro de referência é de 1951, e a data da primeira publicação do texto de Du Bois é de 1903.

Depois do Egípcio e do Índio, do Grego e do Romano, do Teutónico e do Mongol, o Negro é uma espécie de sétimo filho, nascido com um véu e dotado de uma segunda visão neste mundo americano – um mundo que não lhe concede uma consciência de si verdadeira, mas apenas lhe permite ver-se a si mesmo através da revelação do outro mundo. É uma sensação estranha, esta dupla consciência, esta sensação de estar-se sempre a olhar para si mesmo através dos olhos dos outros, de medir a nossa alma pela bitola de um mundo que nos observa com desprezo trocista e piedade. Sente-se sempre está dualidade – um Americano, um Negro; duas almas, dois pensamentos, dois anseios irreconciliáveis; dois ideais em contenda num corpo escuro que só não se desfaz devido à sua força tenaz. (Du Bois, 2012, p. 51)

Segundo esse autor, a história do negro norte-americano é a história do conflito entre ansiar por atingir um estado maduro e consciente de si, se tornando em algo mais verdadeiro. Ele não deseja que a África se torne a América ou que a América se torne em África, pois ambos os continentes têm muito a ensinar ao mundo, mas deseja ser, ao mesmo tempo, americano e negro sem ser, via de regra, amaldiçoado e constantemente humilhado, tendo as portas das oportunidades sempre para ele fechadas. Para ele, toda a história da África, sua contribuição para humanidade e seu passado grandioso é apagado nessa disputa por poder, a fim de manter esses sujeitos na mesma posição.

Frantz Fanon (2012), um dos pioneiros desse debate, já reconhecia que a situação colonial empreendeu sistemáticas formas de hierarquização dos grupos humanos porque não seria possível subjugar homens sem inferiorizá-los. O racismo é, então, a explicação emocional, afetiva e intelectual usada para promover essa inferiorização. Para ele, a implantação dos regimes coloniais não promoveu a morte das culturas, mas sim provocou, e ainda provoca, uma agonia contínua, pois elas não desapareceram por completo, apenas perderam a possibilidade de se abrirem e fecharem de forma espontânea. Mesmo quando a preocupação foi de respeitar as culturas autóctones, Fanon entende que, nessa tentativa, haveria uma vontade, por parte do ocidental, de objetificar, encaixar ou aprisionar as mesmas e, para ele, o exotismo foi uma das formas de simplificação. Assim, em suas primeiras fases, o “ocupante” instalava a sua dominação, afirmando superioridade sobre as populações colonizadas, subjugando-as militarmente e economicamente, as desumanizando por meio de exploração, torturas, racismo, opressão racional e extermínios coletivos, os fazendo, literalmente, de objeto, sem meios de existir e sem razão de ser, vendo sua existência ser aniquilada até provocar-lhe o complexo de culpabilidade:

Tendo o autóctone assistido à liquidação dos seus sistemas de referência, ao desabar dos seus esquemas culturais, já não lhe resta senão reconhecer com o ocupante que “Deus não está do seu lado”. O opressor, pelo caráter global e terrível da sua autoridade, chega a impor ao autóctone novas maneiras de ver e, de uma forma singular, um juízo pejorativo acerca das suas formas originais de existir. (Fanon, 2012, p. 280)

A dominação também se legitimou com argumentos científicos, ao passo em que o grupo inferiorizado passou a admitir que sua infelicidade provinha de suas características raciais e culturais e, tentando escapar, proclama sua adesão total e incondicional aos novos modelos culturais, condenando seu estilo cultural próprio.

Para Stuart Hall (2002), especialista em estudos culturais, uma das características das sociedades que ele denomina “pós-modernas” é a fragmentação das identidades culturais. Essa fragmentação engloba questões de gênero, classe, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que, no passado, eram bem mais estanques dentro de um determinado espaço geográfico e temporal. Ele sustenta que os trânsitos e as ambivalências são as características mais evidentes dessas sociedades, desdobrando-se em uma série de fatores que devem ser analisados a partir da colonização, das diásporas e das novas tecnologias. O mesmo autor chama a atenção para a centralidade da cultura que, na segunda metade do século XX, expandiu-se, associando diversas esferas e, hoje, abrangendo todos os aspectos da vida social. Nós, humanos, somos seres interpretativos e, por isso, instituímos sentido a tudo ao nosso redor. Tendemos a dar significado às coisas para codificá-las, organizá-las, bem como regular as práticas uns dos outros, a fim de que tudo na ordem social tenha um significado comum entre quem pratica e quem observa a ação, a qual é orientada por um sistema de códigos. Para Hall, as identidades emergem de um “diálogo entre os conceitos e definições que são representados, para nós, pelos discursos de uma cultura e pelo nosso desejo (consciente ou inconsciente) de responder aos apelos feitos por esses significados”:

Elas são o resultado de um processo de identificação que permite que nos posicionemos no interior das definições que os discursos culturais (exteriores) fornecem ou que nos subjetivemos (dentro deles). Nossas chamadas subjetividades são, então, produzidas parcialmente de modo discursivo e dialógico. (Hall, 1997, p. 27)

Dizer que a cultura tem um papel central não significa criar um idealismo cultural, mas reconhecer que toda prática social tem relação com o significado que está objetivado no discurso, uma vez que as práticas sociais possuem um caráter narrativo. Isso significa dizer, por exemplo, que as próprias práticas econômicas, que orientam a distribuição das riquezas e que estão relacionadas com o exercício do poder político, possuem igualmente uma dimensão cultural.

Tomando a raça como uma categoria central-analítica e olhando para o contexto brasileiro da inserção do negro na sociedade de classes após abolição do regime escravista, Florestan Fernandes (2008), entre as décadas de 1970 e 1980, fez uma análise das relações raciais existentes em São Paulo no período pós-abolição. Observando diferentes relatos, ele percebe que o “homem de cor” não era repellido formalmente nas interações, mas também não era aceito plenamente nas instituições sociais do regime burguês. Criaram-se, assim,

uma ilusão de paz social e a desculpa de que o negro seria assimilado gradativamente à sociedade de classes, com anseios de prevenir tensões raciais hipotéticas que, para o autor, impediria o cidadão negro de desfrutar dos benefícios da democracia, de seus direitos e de suas garantias sociais. Segundo o autor, nesse período, as transformações de ordem econômica foram orientadas pelos dirigentes da raça dominante como melhor lhes convinham, preferindo, por egoísmo ou por medo, que a população negra não saísse de tal situação ou não deixasse a apatia e a passividade em que se encontrava, sem qualquer consciência ou voz política.

No entanto, Fernandes (2008) analisa que, enquanto a ordem jurídica sofria uma renovação, a ordem social permanecia próxima ao regime escravista. Os esforços em favor de melhorias de condições para a população negra ou para sua tomada de consciência não eram nem um pouco apoiados pela sociedade paulista branca. Era oportuno, inclusive, impedir qualquer tendência de democratizar as relações entre as raças, não só como um mito acolhido pela aristocracia dominante. Para o autor, acomodações sociais na nova ordem refletiam o passado tradicionalista e patrimonialista, pois os negros não desfrutavam de autonomia social que se equivalesse ao da raça dominante para tomar um lugar na sociedade de classes, mantendo os papéis políticos das velhas elites inabalados. O complexo de inferioridade do negro, o de superioridade do branco e o apego aos padrões tradicionais eram resquícios psicossociais do longo passado escravista. A alteração de *status* do negro não afetou as posições que as duas raças mantinham na estrutura social e, a fim de obter uma boa avaliação por parte do branco, o negro ainda ajustava-se às expectativas que este fazia a seu respeito, absorvendo a imagem de “negro de alma branca”, portando-se no seu “lugar de pessoa de cor”. Nos casos em que se posicionava, era entendido como um preto recalcado que não aceitava o seu lugar na sociedade, pois o branco não o aceitava como igual e o repelia como superior.

## **Identidades: A Raça e o Gênero**

As questões racial e de gênero são apontadas por inúmeros autores na atualidade, alguns já citados no início deste capítulo, como sendo indissociáveis, uma vez que, no decorrer das análises sociais, elas não se encontram como elementos separados, mas sim implicados. Desse modo, trago alguns desses inúmeros debates que, do meu ponto de vista, servem para pensar essas duas temáticas.

Segundo Scott (1999), a escrita do Outro mobiliza um esforço de historicizar a experiência para descrever sua identidade sem essencializá-la. Para ela, a identidade está amarrada na experiência, pois elas são naturalmente entendidas como categorias

autoevidentes, ainda que não o sejam. Identidades são atribuídas, rejeitadas ou abraçadas e, assim, não se tratam de realidades objetivas, mas processos discursivos mutáveis. Portanto, as identidades são eventos históricos cuja emergência pode ser explicada, logo não podem ser vistas como algo que sempre existiu e sempre existirá da forma como nos deparamos hoje, não sendo inevitáveis ou determinadas, mas fazendo parte de movimentos políticos específicos e de momentos históricos particulares:

O fato é que “negro” nunca apenas existiu também. Sempre foi uma identidade instável, psicologicamente, culturalmente e politicamente. É, também, uma narrativa, uma estória, uma história. Algo construído, contado, falado, não simplesmente encontrado. (Hall apud Scott, 1999, p.15)

Tratar as emergências identitárias como eventos de discursos não significa negar o agenciamento dos sujeitos, mas sim não aceitar uma separação entre experiência e linguagem, entendendo que os discursos são produzidos e passam a constituir sujeitos que possuem agenciamento e, ao mesmo tempo, não são autônomos e unificados:

Sujeitos são constituídos discursivamente. a experiência é um evento lingüístico (não acontece fora de significados estabelecidos), mas não está confinada a uma ordem fixa de significados. Já que o discurso é, por definição, compartilhado a experiência é coletiva assim como individual. Experiência é uma história do sujeito. A linguagem é o local onde a história é encenada. A explicação histórica não pode, portanto, separar as duas. (Scott, 1999, p. 16)

A experiência que se observa imbricada nas narrativas serve como uma forma de se falar sobre algo, estabelecendo comparações, o que denota a importância de serem entendidas como processos de produção da identidade política por meio de uma interpretação que também não é neutra.

Para Scott (2005), a questão racial, assim como a questão de gênero, só pode ser vista enquanto um paradoxo e, como tal, não pode ser facilmente explicada. Mesmo ao entendermos que a igualdade é um princípio absoluto, na prática, ela é histórica e contingencial. Assim, os elementos que amparam as disparidades e discriminações podem ser, ao mesmo tempo, negados e reproduzidos por indivíduos ou grupos nas demandas pela inclusão. Desse modo, na luta por paridade, os indivíduos tanto recusam quanto aceitam as identidades sobre as quais a discriminação está baseada.

Segundo bell hooks <sup>6</sup>(2013), a política de afirmação de identidade e o essencialismo como meio de dominação têm sido vistos, normalmente, do ponto de vista do subalterno quando, na verdade, ela é corrente e facilmente diagnosticada nas práticas estruturais de exclusão. A supremacia branca, ou seja, a crença da superioridade racial do sujeito branco e de tudo que provém de sua linhagem ocidental, permite autoridade espontânea e não

---

<sup>6</sup> A autora defende bell hooks prefere que seu nome seja escrito em letras minúscula destacando que mais importante do que quem ela é o que ela teria a dizer.

verbalizada nas formas ocultas, mas ainda assim ostensivas por parte de figuras que se encontram em posições de privilégio, portanto, a prática de uso da identidade como estratégia política de exclusão e de dominação é naturalmente problemática. Contudo, é preciso ponderar que ela opera nos dois lados, logo, sem as devidas ponderações, as críticas às políticas de identidade podem se tornar um renovado método de silenciamento de grupos marginais:

A política de identidade nasce da luta dos grupos oprimidos ou explorados para assumir uma posição a partir da qual possam criticar as estruturas dominantes, uma posição que dê objetivo e significado à luta. As pedagogias críticas da libertação entendem essas preocupações e necessariamente abraçam a experiência, confissões e testemunhos como modo de conhecimento válidos, como dimensões importantes e vitais de qualquer processo de aprendizado (hooks, 2013, p. 102)

Como solução, a autora aponta para a importância de se criar uma prática crítica coletiva que possa romper com os modelos hierárquicos que privilegiam a autoridade de uma voz que precisa vencer a todas as demais. Para ela, um modo de conhecimento analítico experiencial seria o mais apropriado e rico, ainda que reconheçamos que a “autoridade da experiência” pode levar ao risco de ser usada para silenciar e excluir, apesar disso, a experiência ainda pode ser útil para a formulação de uma análise e de uma teoria, pois ela é um modo de conhecimento potente, em especial, as práticas e lutas antirracistas na atualidade. Essa questão levantada por hooks, no tocante à crítica à identidade e à experiência, se alinha com a proposta deste trabalho quando se propõe a preocupar-se em trazer o debate à arena pública por meio das narrativas.

Para Anne McClintock (2010), enquanto discurso, a raça, aliada ao gênero, podem operar como fatores complementares para justificar exclusão e o subjugamento dos sujeitos. Para elucidar seus argumentos, discorre sobre o que chamou de “a tara do colono desbravador” em busca de resolver suas inúmeras frustrações. Segundo ela, a raça, o gênero, assim como a classe <sup>7</sup>, não são elementos isoláveis pertencentes a distintos reinos das experiências humanas, mas estão relacionados entre si e só existem dessa forma. Assim, argumenta que, para o imperialismo, foi importante o controle da sexualidade bem como marcar os papéis de raça e gênero. Nesse caso, o gênero não seria apenas uma questão de sexualidade, mas também uma questão de trabalho subordinado, da mesma forma como a raça não seria apenas uma questão de cor de pele. Segundo essa autora, como as mulheres coloniais não tomavam decisões econômicas, muito raro colhiam vantagens da situação, mas

---

<sup>7</sup> A questão da classe como categoria indissociável para pensar as relações raciais não está sendo ignorada, muito embora eu opte por não aprofundar este debate que é longo, ela volta a ser mencionada ao longo deste texto, seja pela bibliografia ou pelas narrativas.

ainda assim estavam em posição de poder devido aos privilégios de sua raça em relação às mulheres e aos homens colonizados.

Portanto, uma série de categorias sociais são indispensáveis para a análise do imperialismo e, mesmo, das sociedades industriais modernas, pois as noções de poder estão implicadas em relações de coerção e negociação, cumplicidade, recusa, entre outros. Assim, a intenção da autora parece buscar uma compreensão sobre o surgimento dessas diferentes categorias, de raça e de gênero. Para ela, a questão a se debruçar não estaria simplesmente nas relações entre negros e brancos, mulheres e homens, mas nos questionamentos sobre como as categorias de brancura e negritude, masculinidade e feminilidade, trabalho e classe foram construídas historicamente e desde quando.

A partir da observação de experiências coloniais na África, observa-se como a mulher passou a ser entendida nas colônias e nas metrópoles como seres anacrônicos e irracionais, destituídos de atitude humana. O colonialismo teria, assim, se formado em torno da invenção da domesticidade e da ideia de lar. Os autóctones, assim como as mulheres, na visão dos imperialistas, eram entendidos como mercadoria e como seres anacrônicos. Segundo ela, o projeto iluminista se aliou ao projeto colonial visando forjar uma única autoridade para todo o planeta, que seria masculina, europeia e branca. Através dos rituais da domesticidade, cada vez mais globais e, muitas vezes, violentos, animais, mulheres e pessoas colonizadas eram retiradas de seu estado de "selvageria" putativamente "natural", ainda que, ironicamente, pouco "razoável", e eram induzidos, através da narrativa doméstica do progresso, a uma relação hierárquica para com os homens brancos:

Nas colônias, os negros eram vistos, entre outras coisas, como desviantes de gênero, corporificações da promiscuidade e excesso pré-históricos; seu atraso evolutivo, evidenciado por suas "femininas" faltas de história, de razão e de arranjos domésticos apropriados. A dialética entre domesticidade e império, contudo, era eivada de contradição, anomalia e paradoxo. (McClintock, 2010, p.77)

Suas narrativas apresentavam a África como uma terra fetiche, habitada por canibais e curandeiros, esquecida na pré-história, e as mulheres do espaço doméstico disciplinador vitoriano eram protótipos de humanos, seres infantis, irracionais, existindo num tempo anacrônico, permanentemente anterior dentro da modernidade. Aquelas que transgrediam essas fronteiras eram estigmatizadas como uma espécie de regressão racial. Tal inferioridade chegou a ser projetada até mesmo para o corpo feminino, sendo justificada dentro da genealogia do imperialismo.

Nos anos 70, em seu texto "Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher", a abordagem pioneira da antropóloga brasileira Lélia Gonzalez (1970) busca responder de que maneira o gênero e a etnicidade são manipulados na realidade brasileira, sendo sinônimo da baixa participação nas forças produtivas modernas



para as mulheres e para a população negra no Brasil. A autora aponta diversos fatores do capitalismo brasileiro que podem explicar por que a mulher negra veio a se manter nesse lugar:

Se, de um lado, a instância ideológica predomina ao nível das relações pré-capitalistas, de outro, no caso do capitalismo competitivo, prevalece a instância econômica; mas em termos de capitalismo monopolista, o nível político intervém, de maneira crescente, em todas as esferas. Em outras palavras, se o liberalismo econômico (capitalismo competitivo) corrói o paternalismo ideológico (capital comercial), ambos são empregados pela lógica planificadora (capitalismo monopolista) que, por sua vez, sofre-lhes a influência. Numa tal aflição, surge o Estado como o mediador necessário que impede a desarticulação sistemática, através da coerção aberta. (Gonzalez, 2018, p. 59)

No entanto, o problema não se manteve na esfera economicista, passando pelas instâncias política e ideológica. A autora cita alguns dos códigos sociais que limitaram suas possibilidades, mergulhando as mulheres negras na pobreza extrema e afastando-as de setores como política e cultura. Ela lembra que, nos anúncios dos jornais em seção de empregos, eram comuns o uso de expressões como “boa aparência” ou “ótima aparência”, sendo estas uma espécie de código cujo sentido indicava que não havia lugar para a mulher negra, tornando suas possibilidades de ascensão às classes médias praticamente nulas, ainda mais com o silêncio dos setores progressistas:

O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações mentais sociais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa. No que se refere à discriminação da mulher, que se observe, por exemplo as diferenças salariais no exercício de uma função junto ao homem, e a aceitação de que “vai tudo bem”. Quanto à mulher negra, sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas, faz com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca. A empregada doméstica, tem sofrido um processo de reforço quando à internalização da diferença, da “inferioridade”, da subordinação. No entanto, foi ela quem possibilitou e ainda possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa, de acordo com o sistema de dupla jornada, como já vimos. (Gonzalez, 2018, p. 73)

Ela ainda apontava para o papel do feminismo hegemônico que, naquele contexto, nas décadas de 1970 e 1980, não questionava a posição da mulher negra na emancipação da mulher branca e mantinha o silêncio com relação à questão racial. O espanto delas, quando o racismo era denunciado, e suas acusações de que as falas das mulheres negras seriam sentimentais, logo, atribuíam a elas uma ausência de razão. Para a autora, as representações sociais, manipuladas pelo racismo cultural, também eram internalizadas de forma geral a tal ponto que mesmo os discriminados ajudavam a manter os mecanismos do ideal de

branqueamento e o mito da democracia racial, o qual fixava a mulher negra ou no papel da mulata ou no papel da empregada doméstica.

De forma geral, a temática da masculinidade é questão ainda pouco debatida dentro dos estudos de gênero. No entanto, a masculinidade negra entrou no debate do “Black Feminism” ou “Feminismo negro” norte-americano a partir da conclusão de algumas pesquisadoras de que a masculinidade branca não se equivale à masculinidade negra em termos da hierarquia de papéis na estrutura das sociedades pós coloniais. (Davis ,1981)

Para a antropóloga colombiana Mara Viveiros (2018), especialista em estudos de gênero com foco na masculinidade, o estudo da masculinidade precisa considerar seu caráter relacional, ou seja, necessita ser devidamente historicizado e contextualizado. Em sua visão, o homem negro pode corresponder ou não às expectativas socioculturais da masculinidade, pois possui acesso desigual aos benefícios dessa masculinidade, ainda que possa haver entre eles certa cumplicidade com o modelo masculino hegemônico. Para a autora, é possível considerar a dominação a partir de uma posição marginal, levando em conta que aos homens negros sempre foi negada a posição dominante de gênero nos sistemas escravista, colonialista e imperialista, onde eram sistematicamente oprimidos.

## **Racismo e infância**

Ainda que a proposta deste trabalho não objetive tratar especificamente de crianças ou com elas, mas sim das memórias de adultos sobre suas experiências de racismo nessa fase, acredito ser importante aqui abordar algumas análises sobre as relações raciais e a infância, nas quais a maioria observou experiências e discursos das próprias crianças. As questões observadas em tais pesquisas mostram desde as experiências de racismo na primeira infância<sup>8</sup>, o racismo sofrido pelas crianças no interior das instituições escolares, na família bem como em outras esferas da socialização.

Na visão de alguns pesquisadores, mesmo comprovada a extrema relevância, a temática do racismo na infância tem sido pouco abordada no âmbito das pesquisas que tratam das relações raciais. Para embasar esta pesquisa, realizei inicialmente um levantamento dos trabalhos com a temática do racismo na infância<sup>9</sup>. Desse modo, pude observar que a maioria dos textos encontrados foram escritos por pesquisadores da área da educação. Constatei, ainda, que esses estudiosos realizaram trabalho de campo majoritariamente em ambiente

---

<sup>8</sup> O termo primeira infância é adotado para denominar os primeiros anos de vida correspondente à fase de 0 a 6.

<sup>9</sup> Alguns dos trabalhos encontrados foram de Fazzi, 2004; Damião,2007 e Ferreira, 2016.

escolar, muito embora o racismo encontre as crianças negras em diferentes contextos e em diferentes etapas da infância como veremos a seguir.

Os pesquisadores fazem suas críticas à sociologia da infância por não considerar a relevância do recorte racial para pensar as culturas infantis. Para eles, as demais pesquisas relacionadas à infância poderiam vir a contribuir com a pauta das relações raciais e com o avanço no sentido do combate ao racismo, caso elas observassem as formas diferentes de vivenciar a infância considerando a raça como denominador relevante. Além disso, muitos dos trabalhos que abordam o racismo na infância são orientados por estudos da Sociologia da Infância e buscam demonstrar empiricamente que a infância não é um evento único e igual para todos os sujeitos. Seus autores procuram focar no que chamam de “culturas infantis” dos espaços pesquisados. Apontam também para a questão da resistência das crianças negras em seus cotidianos e como elas são apagadas mesmo nos espaços nos quais podem estar “presentes”. Ao olharem para as vivências infantis, tendem a problematizar o adultocentrismo, que seria nossa tendência a observar o universo infantil a partir de uma perspectiva do adulto.

Segundo Míghian Danae Ferreira Nunes (2016), muitos dos autores “reivindicam que as crianças sejam ouvidas porque, assim como os adultos, elas são pessoas que também fazem parte da sociedade e têm muito o que falar sobre suas próprias experiências de estar no mundo.” Para a autora, enquanto teoria engajada na luta antirracista, o grande mérito dessas análises é o de denunciar padrões de comportamento observados no cotidiano das instituições que acabam por ajudar a perpetuar o racismo. Outro dado relevante observado por ela é referente à forma como os profissionais envolvidos na educação infantil lidam, dentro das instituições observadas, com a educação racista que a criança branca traz de casa. (Nunes, 2016. p.387)

Uma das pesquisas, que se dispôs a analisar as práticas nos tratos das profissionais em uma creche, apontou que havia distinção no tratamento entre as crianças negras e brancas. Entre outros, alguns dos elementos observados nessa análise foram os afetos, a participação e a atenção, apontando a diferença encontrada no tratamento das crianças por parte dos profissionais.

Alguns autores avaliam a escola como um dos primeiros espaços onde as crianças negras vivem seus primeiros confrontos inter-raciais. Segundo essas pesquisas, no conjunto dos elementos que contribuem para que as práticas racistas se perpetuem, podemos considerar ainda o silêncio das famílias com relação ao tema. Em suas perspectivas, o diálogo das famílias negras com suas crianças sobre o racismo seria mais eficaz do que o silêncio, ainda que ele possa ser entendido tanto como uma falta de preparo bem como uma tentativa de proteger a criança até que entre na escola.

Na visão de outros autores, não havendo uma condução adequada, até mesmo o discurso de igualdade como intenção no interior da escola pode vir a promover um espaço fértil para que o “racismo silenciado” entre em cena. Como as diferenças não são problematizadas, em muitos casos elas são até rejeitadas no cotidiano escolar, colaborando com a manutenção da falsa ideia de que temos uma democracia racial. Em alguns casos, as crianças até verbalizam o preconceito e a discriminação ainda que as pesquisas tenham observado que elas evitem a utilização do termo “negro”. Nesse caso, é possível pensar que esses sujeitos não compreendem a inexistência e a gravidade da discriminação e procuram não utilizar o termo como se ele fosse uma palavra proibida, mas não evitam as atitudes discriminatórias em si.

Os estudos etnográficos também apontam que as percepções de si das crianças vão mudando com o avançar da idade. Essas pesquisas conseguem captar como o racismo atinge as crianças porque buscam ouvi-las por meio da abordagem escolhida, sendo possível captar os elementos acerca de suas percepções e as classificações próprias do meio, possibilitando conhecer como esses indivíduos se percebem. Sem desconsiderar o problema geral em que a população negra está submetida, as pesquisas de abordagem etnográfica buscam perceber o olhar das crianças sob suas vivências com intuito de considerar seus dilemas e afetos.

Partindo dessa perspectiva empírica, é possível perceber também as estratégias de resistência\existência das crianças negras em suas dimensões cotidianas. Elas capturam, assim, as estratégias de subversão das crianças negras frente ao racismo presente nas instituições escolares e nos demais meios observados em que se colocam em situação de interação. Como elas se colocam para além do sistema de opressões ao qual estão subordinadas, demonstram que as diversas experiências de opressões como o adultocentrismo, o racismo e o sexismo as afetam sim, mas não sem que elas desenvolvam suas formas de resistência que se diversificam a depender do contexto.

Segundo Nunes (2016), duas pesquisas etnográficas, que analisaram o comportamento de crianças quilombolas, trouxeram contribuições relevantes a este debate<sup>10</sup>. A autora de um dos trabalhos buscou romper com a ideia de que as crianças negras são apenas vítimas de um destino anunciado, mostrando que elas também são participantes ativos do cotidiano do quilombo onde vivem e ao qual se sentem pertencentes. Já com relação à escola e à comunidade, ela dá atenção ao contexto de origem das crianças por interpretar que é do lugar onde vivem que trazem todo um potencial para a construção de uma infância

---

<sup>10</sup>A autora se refere à pesquisa de Márcia Lúcia Anacleto de Sousa. "Se quilombola": identidade, território e educação na cultura infantil. Tese (doutorado). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015; e a pesquisa de Elaine de Paula, "Vem brincar na rua!": Entre o Quilombo e a Educação Infantil: capturando expressões, experiências e conflitos de crianças quilombolas no entre meio desses contextos. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2014.

solidária e comunitária, o que pode ser observado mesmo em crianças muito pequenas. Através de suas observações participantes nas ruas do quilombo, ela pôde perceber que, além da oralidade, as crianças se relacionam por intermédio também de seus corpos, interagindo com as demais pessoas daquele contexto de uma maneira muito mais horizontalizada, ao passo que, na escola, as crianças enfrentam cotidianamente situações de preconceito em função de suas origens.

Por meio de outro trabalho de campo, que acompanhou um grupo de crianças quilombolas no espaço da escola e no cotidiano do quilombo, a segunda pesquisa buscou analisar o que faziam e como viviam as crianças daquela comunidade, procurando perceber como elas organizam suas culturas infantis, possibilitadas pelas relações com os adultos do local, com o jongo além de outros aspectos que se consolidam no território, sem ignorar que essas relações também são marcadas pela questão do acesso à terra, mas também pelas desigualdades sociais, raciais e econômicas e pelos preconceitos. Observando a maneira como o racismo também faz parte da infância quilombola, a pesquisa apontou que as crianças negras em suas experiências continuam, naquele espaço, sendo silenciadas pela escola. Isso porque, na comunidade, a autora percebeu as crianças muito mais autônomas, alegres e seguras. Segundo ela, as crianças, muitas das vezes, evitam falar onde moram no ambiente escolar, apontando o que pode ser entendido como uma estratégia visando driblar o preconceito quando escondem o local onde vivem. Percebeu, assim que, na comunidade, as crianças gozavam de maior autonomia, reconhecendo o local como o espaço onde poderiam viver com intensidade suas experiências de ser criança.

Em sua pesquisa de campo, Flávia De Jesus Damião (2007) conviveu com crianças negras em um bairro popular de Fortaleza, Ceará, intitulado Arraial do Retiro. Analisou questões relativas às percepções étnicas e raciais que as crianças na primeira infância tinham de si e dos colegas, o que gostavam em si e como se identificavam. Ao acompanhar as múltiplas experiências das crianças no cotidiano do bairro, observou, por exemplo, que a maioria das crianças do grupo se autoidentificava enquanto morena, sendo que todos ali pudessem ser lidos como negros. Segundo a autora, os estudos sobre crianças analisam as macro questões, como as condições precárias de vida delas e de suas famílias, o desrespeito por parte do Estado referente à criança enquanto sujeito de direitos ou, ainda, aspectos que envolvem a educação e a proteção na primeira infância. Assim, ela justifica sua escolha em buscar realizar uma pesquisa qualitativa no nível micro, pois, para ela, os estudos de nível macro podem nos permitir conhecer as condições sociais em que as crianças vivem, porém dizem pouco sobre a infância enquanto construção cultural.

Pouco se conhece sobre os modos de vida das crianças brasileiras, sejam elas negras, indígenas ou brancas (que não são iguais entre si). Segundo ela, desde as “pré-escolas, a

família, a comunidade, os amigos, os espaços religiosos, os vizinhos também se constituem em importantes contextos de sociabilização nos primeiros anos de vida”. Contudo, como já citado, as instituições escolares têm sido preferidas para a realização desses estudos sobre a primeira infância.

## **A primeira infância**

A vivência da primeira infância no Brasil também é marcada de forma interseccional pela classe social, raça/etnia, idade e territorialidade da criança. Hoje, os estudos relacionados à infância já consideram o fato de que as condições de pertencimento étnico-raciais são variáveis que podem indicar diferenças nas condições em que a criança nasce e cresce. Dados indicam, por exemplo, que crianças pretas e pardas de 0 a 6 anos possuem menos acesso ao sistema educacional, o que já os coloca em situação de desvantagem. (Damião, 2016 p. 14)

Uma pesquisa etnográfica feita por Eliane Cavalleiro (1998) realizou visitas regulares a um Centro de Educação Infantil durante alguns meses para observar a construção das culturas infantis. A autora identificou a violência do processo de racialização das crianças pelos profissionais do centro. Diante desse contexto, buscou ainda analisar como as crianças respondiam às violências a elas direcionadas em função de seu pertencimento racial e como reelaboravam as relações com o adulto agressor. Tal pesquisa destacou a importância de considerar a ação social das crianças nesse tipo de interação, que envolve conflitos raciais onde elas respondem sim às agressões cotidianas. Segundo ela, a vivência da discriminação pode ser interpretada por meio do choro, entendido como uma forma que as crianças negras encontram de reivindicar, uma maneira de serem ouvidas, externando o desejo de não serem mais discriminadas por serem negras. Observou, também, de que maneira as crianças reelaboram o contato com essa questão do racismo, com a qual têm de conviver desde muito cedo.

Outra pesquisa, realizada por Lucimar Rosa Dias e Waldete Oliveira e Tristão Farias (2017) também observou o tratamento de bebês em creches, atentando-se quanto à desigualdade étnico-racial situada nas experiências em grupo. Partindo da concepção social desses espaços, observam que as creches são lidas socialmente não como um direito da criança ao cuidado, mas sim como uma política de prevenção à delinquência. Para além dessa concepção discriminatória e equivocada presente entre os agentes dos espaços pesquisados, a pesquisa observou a existência de hierarquias, desde o berçário, referentes às crianças, além de uma notável desigualdade na distribuição dos afetos. Com base em suas observações, as autoras afirmam que os bebês negros, desde seus primeiros meses de vida,

são impactados pela perspectiva racial, podendo vivenciar experiências que marcam negativamente suas construções identitárias no interior das creches. Sendo assim, um debate sobre o racismo nessa etapa da infância também se faz urgente.

Por fim, as pesquisas que observaram esses espaços de educação consideram tanto as práticas pedagógicas como as expressões verbais e não verbais dos educandos e dos educadores. As análises consideram, ainda, detalhes importantes como tempo de colo e os apelidos comumente atribuídos às crianças com base em suas características físicas.

## **A escola e o racismo**

O desafio do combate ao racismo na escola que é, na verdade, da sociedade, contudo costuma ser relegado exclusivamente aos agentes nas escolas por representarem, talvez, os principais mediadores das relações raciais na infância. Assim, da escola se espera, ainda que na prática isto não ocorra, a capacidade de auxiliar as crianças na complexa tarefa de lidar com a diferença sem reduzi-la a um patamar discriminatório, submetendo o diferente à exclusão,

Como forma de pensar o tratamento da diferença na escola, Roseli Figueiredo Martins e Maria Letícia Puglisi Munhoz (2007) publicaram o livro “Professora, Eu Não Quero Brincar Com Aquela Negrinha!”. O título do livro foi escolhido a partir da fala de uma criança no cotidiano de uma escola. Segundo as autoras, esse mesmo espaço cotidiano de reprodução de ideologias e do senso comum também pode ser pensado como o local propício à desnaturalização, onde é possível provocar a transformação dessas ideologias. Porém, o debate se torna um tanto mais complexo devido ao fato de os agentes não admitirem que exista o preconceito racial nas escolas e, portanto, ignorarem os dramas e as subjetividades dos alunos. No entanto, é preciso considerar que os preconceitos produzidos e reproduzidos socialmente também adentram as escolas, afetando as crianças negras dentro ou fora do ambiente escolar, como colocam:

Assim, podemos inferir que as professoras das escolas pesquisadas reproduzem lá o mesmo descaso, os preconceitos, como se não houvesse o dentro e o fora. Contudo, nas escolas, esse descaso aparece “tutelado” pelo saber dos professores. (Martins e Munhoz, 2007, p.35)

Maria Aparecida Bento (2002), ao abordar o tema das trajetórias escolares de crianças negras e citando Fluvia Rosemberg, levantou a questão de que, se as crianças negras, muitas vezes acusadas de abandonar a escola, não seriam, na verdade, expulsas dela. Uma análise da autora na década de 1980 apontava para quão acidentada se dava a etapa primária das crianças negras na educação formal, demonstrando o seu interesse em completar essa

escolarização mesmo com todos os percalços ou boicotes sofridos cotidianamente. Para as autoras, as dificuldades se apresentam na questão econômica e se agravam com o enfrentamento diário do racismo na escola.

Partindo da ideia de múltiplas epistemologias e diante da crença do necessário esforço da desconstrução dos imperativos ocidentais brancos de razão e objetividade, Ana Kátia Alves dos Santos (2006) se propõe a analisar “o conhecimento produzido pela infância afrodescendente situada no ensino fundamental baiano”, abordando a ciência da educação e a epistemologia do educador. Seu trabalho se inicia com uma crítica pertinente à razão ocidental que separou o homem da natureza e, impondo verdades universais e absolutas, esmagou, assim, uma gama de outros conhecimentos para justificar as explorações e exclusões. Para ela, além do problema da construção dicotômica sujeito/ objeto presente na lógica ocidental, que põe um sujeito numa relação de superioridade frente a um outro que é entendido como objeto, elaborando uma hierarquia que, na prática, não existe, é ainda fundamental fomentar uma ressignificação dos modos de produção de ciência no contexto escolar brasileiro que valorize os conhecimentos de forma ampla.

Com base em sua experiência como docente há mais de dez anos na educação infantil, a autora pôde perceber que as crianças, ao chegarem na escola, cultuam valores de tradição afrodescendente que, na maioria das vezes, acaba se perdendo no processo educacional. Em sua visão, o processo pelo qual as crianças negras passam ao iniciarem suas trajetórias escolares acaba por alterar seus processos de construção de subjetividade, enquadrando a criança na ideologia presente no espaço escolar. (Santos, 2006, p.17)

A escola ainda cultua uma racionalidade moderno-colonialista, portanto, branco-ocidental e cartesiana, para pensar os sujeitos e o conhecimento que eles produzem. Infelizmente, não é possível falar dessa história como se ela pertencesse apenas a um passado extemporâneo, visto que ela ainda se faz firmemente presente na narrativa do herói colonizador branco ante aos demais grupos como total ou parcialmente “incivilizáveis”. Qualquer alternativa que pretenda romper com a lógica colonizadora e excludente precisa considerar a organização social, a religiosidade e a cultura das etnias negra, indígena, cigana e etc, como forma de recuperar sua humanidade anteriormente negada. Esse esforço passa inevitavelmente pela produção de conhecimento em que as crianças afrodescendentes possam se ver e se expressar de maneira espontânea. Segundo ela:

As questões relacionadas com a vida e a cultura de sua etnia devem fazer parte de sua formação como seres humanos, para que possam compreender, crítica, interativa e conflitivamente, quem é o outro e de que forma esse outro também se constitui como ser humano. Isto, entretanto, não deve significar a negação de um deles. Nessa perspectiva, o conceito de alteridade será útil para a compreensão do que é ser culturalmente afrodescendente, num espaço que privilegia um “outro” diferente dele. A Escola deve repensar o que faz com essas crianças e que lugar lhes confere no processo social. (Santos,2006, p.23)



O reconhecimento da existência de inúmeras epistemologias asseguraria novos campos de possibilidades ao ensino escolar, levando as crianças a uma maior compreensão do que é ser humano e, conseqüentemente, a uma valorização efetiva da diversidade de grupos étnicos distintos. A autora ainda problematiza o conceito de criança e de infância por carregar toda uma visão específica de mundo unificado, pois, em sua etimologia, a palavra infância vem do latim “infans” que remete a alguém a quem o discurso é negado, que não possui voz. Essa visão toma o adulto como referência e considera a criança como alguém que ainda virá a ser e, até que atinja a idade adulta, ela é, então, uma extensão de outrem.

Para a autora, em termos de legislação, o Brasil possui uma adequação justa no tocante aos direitos da criança e do adolescente. Quando defende o respeito a esse segmento, prevê a inviolabilidade de sua integridade tanto física quanto psíquica e moral. Assegura, ainda, a preservação de sua imagem, de suas identidades, de sua autonomia, de seus valores, de suas crenças e ideias, instituindo que é dever de todos zelar por esses direitos. No entanto, é perceptível que há uma dissonância entre a retórica da lei e a vida real. Se em termos de legislação, o Brasil apresenta as condições favoráveis à criança, isso na prática não ocorre. Os direitos estabelecidos documentalmente são constantemente violados, não havendo para a criança esse lugar de sujeito de direitos:

O que nos cabe, então, é validar, no cotidiano, o acordo entre retórica e ação e, mais importante ainda, discutir filosoficamente possibilidades de formação dos adultos (em especial dos educadores do ensino fundamental) que atuam junto a essas crianças, para que se tornem capazes de compreender, no caso da criança afrodescendente, a necessidade de valorizá-la em sua cultura, sua identidade, seus valores e cultos. (Santos, 2006, p.57)

Segundo a autora, a representação social é um tipo de conhecimento que produz comportamentos por meio da comunicação entre os sujeitos. Assim, as teorias científicas, a cultura e as ideologias produzem e são produzidas nas representações e experiências cotidianas de forma interpretativa por meio dos indivíduos que, ao interpretá-las, passam a reproduzir condutas e comportamentos orientados pela interiorização delas através da socialização. A representação, então, teria o poder de limitar o sujeito, reduzindo sua liberdade de ser, sentir ou pensar, acomodando-o ao que já está socialmente posto. Dessa forma, as práticas dos educadores estão imbuídas nas normas que não os permitem perceber as novas racionalidades e representações dos sujeitos que adentram o espaço escolar, mas insistem em sufocá-las, enquadrando-as ao seu conjunto de valores. Para a autora, no cotidiano escolar, a criança afrodescendente sofre um processo de descaracterização ou desenraizamento étnico provocado pela instituição. Isso ocorre porque ela sente a necessidade de se integrar, ajustar-se ao meio da escola, adotando os discursos e práticas presentes nesse meio:

O que parece ocorrer no sentido da não consideração da criança afrodescendente em sua dinâmica de mundo, enquanto presença e relacionado à Epistemologia que constrói um sistema de ideias fechado em padrões modernamente constituídos, afeta aquela nossa defesa sobre alteridade. No cotidiano escolar, a alteridade é conceito ainda não percebido no corpo, nas ações, nas condutas, nos discursos. O que ocorre, ao contrário, são práticas e discursos a favor de um grupo humano dominante na história do Ocidente: o branco-europeu (e americano), mesmo que sutilmente percebidos. (Santos, 2006, p.74)

Um reconhecimento das pluralidades epistemológicas possibilitaria a construção de uma forma de pensamento aberta à ressignificação da epistemologia do educador para que ele possa conceber o ser criança afrodescendente em sua distinta constituição ontológica e nas suas representações existenciais próprias:

Essa epistemologia percorre caminhos diferentes daqueles trilhados pela metafísica ocidental. Trata-se de uma epistemologia re-significada, não linear e progressiva, capaz de considerar as descontinuidades, as subjetividades e os processos vitais humanos. Instaurar uma dimensão crítica na construção da epistemologia que funda a educação é uma das tarefas contemporâneas da escola. (Santos, 2006, p.77)

Por fim, essa proposta parte da ideia de uma urgência na construção de novos paradigmas a partir do cotidiano escolar onde a violação epistemológica e o silenciamento é exercido de maneira legítima sob o pretexto disciplinar que é a função dessa instituição. Não se trata, de forma alguma, de uma tarefa simples, uma vez que nos referimos a uma mudança civilizatória para a qual a escola não é a única instituição que possa ser questionada, ainda que ela desempenhe um papel relevante como produtora e difusora da cultura e do conhecimento ocidental que precisa ser reconhecido como um entre vários e não o único possível. Seu papel pode ser destacado ante uma pretensa mudança dessa natureza em função da centralidade de seu papel na comunicação humana.

## **Racismo e família**

Segundo Suely Carneiro (2011), a miscigenação foi, durante muito tempo, colocada como alento ao negro brasileiro. Assim, a cor da pele do sujeito negro tende a ser utilizada como forma de mensurar sua humanidade, sendo a pele mais clara entendida como mais próxima do padrão humano que é o branco. É instituída uma hierarquia cromática e fenotípica onde se inclui, além da pele, a textura do cabelo, a cor dos olhos e os traços. Diante dessa concepção, as crianças negras não estão livres do racismo, nem mesmo no interior das famílias, que podem ser a fonte primária das experiências que buscaremos abordar aqui.

Nesse mesmo sentido, a socióloga americana Elizabeth Hordge-Freeman (2018) chama nossa atenção para a distribuição desigual do amor no interior das famílias inter-

raciais. Em sua pesquisa, realizada com famílias brasileiras, ela observa como a construção social da raça interfere no tratamento dos pais, avós, irmãos, tios, em relação às crianças. A ideologia da superioridade da raça branca é tão forte que opera até mesmo nas famílias negras com a valoração do branqueamento, reservando privilégios àqueles com maior proximidade com a branquitude.

Desafiando a crença que a maioria de nós tem quanto à segurança e à blindagem que as crianças dispõem na relação familiar, a autora demonstrou que, assim como as famílias podem sim proteger suas crianças contra o racismo, elas também podem, por vezes, reproduzi-lo, hierarquizando membros em detrimento da cor. Assim, no nível das emoções, a dor do racismo pode alcançar a criança negra onde se supõe que ela seria amada.

## **O debate sobre o racismo na infância na internet**

Ao pesquisar as narrativas públicas, me deparei com o debate acerca do racismo na infância a partir de postagens e vídeos que julguei interessante trazer, ainda que, em certa medida, esse debate fuja do foco até aqui proposto pelo trabalho, uma vez que aborda a preocupação dos adultos para com as experiências dos filhos, com base nas suas próprias histórias, o que muda o ângulo por meio do qual tenho buscado olhar para a questão. No entanto, talvez seja relevante o debate, porque se trata do mesmo problema, apenas com um enfoque distinto e com potencial de politização do tema muito próximo ao que estou denominando de narrativas públicas.

Na internet, as memórias de racismo também são acionadas como forma de trazer o debate. Através do uso de diferentes gêneros discursivos, bloggers, na maioria das vezes mulheres, levantam o tema a partir de suas experiências e de seus próprios filhos. Muito mais que um lamento, as narrativas soam, na verdade, como gritos de protesto, ecoando de diferentes lugares com o auxílio desta ferramenta de comunicação, mesmo considerando a questão da classe, uma vez que reconhecemos que nem toda população tem acesso.

Por meio da rede, as memórias soam como denúncia e protesto e, em certa medida, podem ser interpretadas como um direito que se estende a uns, mas é negado a outros, uma vez que, quando manifestadas, correm o risco de serem postas em dúvida ou como algo irrelevante frente ao conjunto dos problemas sociais entendidos como mais importantes. Como todo protesto, toda denúncia objetiva tão somente chamar a atenção para um problema social pouco problematizado para, quem sabe, evitar que outras crianças vivam esse drama de maneira solitária e sem orientação.

A exemplo disso, posso citar a design, empresária de moda e influenciadora digital negra Ana Paula Xongani<sup>11</sup> que, em maio de 2018, publicou em suas redes sociais um vídeo que acabou sendo muito compartilhado logo após ter presenciado um episódio de racismo contra sua filha ao se aproximar de um grupo de crianças no parque do condomínio onde moram. Segundo seu relato, hoje como mãe, ela inevitavelmente revive as dores sofridas na infância de maneira mais intensa e dolorosa, ao associar suas memórias às experiências da filha. Com o vídeo, ela tenta demonstrar o quanto considera o assunto urgente, pois não quer que sua filha passe pelo que ela passou em sua infância. Ainda muito impactada com o episódio recentemente vivido, argumenta: “Para você que acha que é coisa de criança, certamente não sabe o que é ser uma mulher negra. Certamente você não sabe o que são estas marcas que ficam na gente desde muito nova.”

“Criem seus filhos para não serem racistas, porque estamos criando os nossos para reagir.”. @oyurimarcas



Figura 1: Print de postagem no Instagram

Em sua visão, dentro do debate das relações raciais, hoje já se está discutindo a questão da solidão da mulher negra, no entanto, considera que essa solidão começa ainda na infância. Ao problematizar a reprodução do racismo por parte das crianças, Ana pondera se a resposta de sua filha, de que prefere brincar sozinha, sendo algo que lhe ocorria com frequência nas rodas de brincadeira, seria realmente uma preferência genuína ou se a menina, aos quatro anos, não estaria apenas tentando se proteger do racismo.

Além de Ana Paula, o assunto vem sendo levantado por outros sujeitos em todas as redes, atingindo um pouco mais de visibilidade. Por meio de suas páginas pessoais ou da criação de comunidades específicas, ativistas publicam os chamados “memes” que são compartilhados, colocando o tema em pauta e alertando para o fato de que uma criança negra, cujos pais não a orientem sobre a existência do racismo, pode ser nociva tanto a si própria quanto para as demais crianças negras com quem ela for conviver.

<sup>11</sup> Ver <https://www.geledes.org.br/o-isolamento-de-criancas-negras/>.

Especialmente em estruturas familiares onde convive uma criança negra, mas as demais pessoas são brancas, a não conscientização pode levar a problemas graves nos



Figura 2: Postagem na página "Mulher Negra e Cia" no Facebook

Portanto, a orientação dos pais pode ajudar os filhos a compreender minimamente o processo e, então, denunciá-lo.

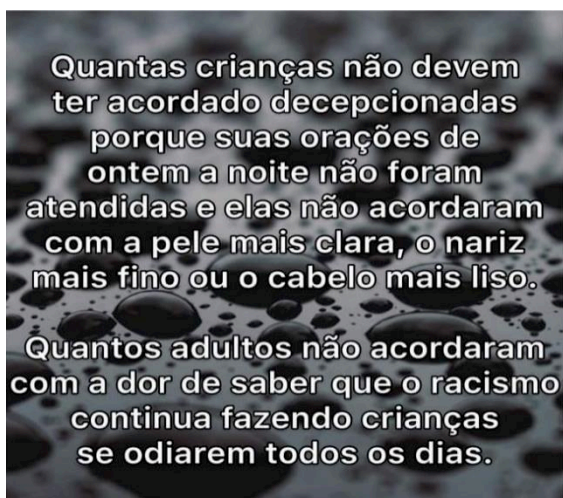


Figura 3: Imagem retirada da página "Igreja de Santa Cher na Terra" que se propõe a produzir conteúdo LGBT e sobre direitos humanos

As reações às postagens também são importantes de serem observadas, pois apontam para alguns elementos centrais para pensar essa problemática. Nos comentários, alguns sujeitos aproveitam para contar suas experiências, e esse compartilhamento pode ser sinônimo tanto de empatia quanto de identificação. Alguns comentários sublinham que a falta de consciência sobre o racismo dos pais leva ao despreparo do sujeito, elevando o sofrimento na experiência. O

espaços de sociabilidade aos quais ela precise se integrar. Desse modo, dependendo do contexto geográfico, o racismo pode ser mais ou menos severo, fazendo com que a criança tente elaborar formas de lidar/viver com sua identidade negra, hostilizando os colegas de tom de pele ou traços negros mais marcantes que os seus. Por isso, muitos defendem a importância de os pais contarem desde cedo aos seus filhos que eles são negros e que isso não é motivo de vergonha, esclarecendo sobre a existência e as nuances do racismo no país.

Dada a estrutura social em que as crianças negras são criadas, é comum ouvirmos relatos de pessoas contando que, na infância, desejaram ter um corpo branco e um cabelo liso. Por mais esse motivo, ativistas utilizam da rede para chamar a atenção de pais e familiares para ajudar as crianças na construção de sua autoestima e amor próprio.

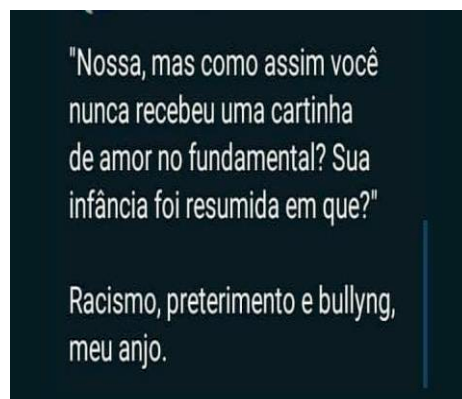


Figura 4: print de postagem no Twitter

estudo, a pesquisa e a conscientização de que ele existe podem, nesse sentido, prepará-los de forma que esses processos não venham a lhe afetar com tanta intensidade:

**Exatamente por vivermos em uma sociedade tão centrada na beleza da branca, da loira, dos olhos claros que eu sei bem desde a minha infância o que é ser a menina invisível, mas tarde eu soube o que é ser a que eles ficam, mas não namoram, as que eles saem, mas não casam.**

9:29 · 22 jun 19 · Twitter for Android

Figura 5: print de postagem no Twitter.

Ouvi recentemente que sou geração tombamento: preta, pobre, consciente, que carrega esteticamente a cura para o próprio tormento. Meu tormento não nasceu comigo. Eu me lembro de senti-lo bem no colégio, dos meninos que me revelaram que amor-próprio era privilégio. O meu amor-próprio foi construído. Demorei, mas aprendi. E aos dezoito concluí: meu padrão não é daqui. E eu quis lançar aos quatro ventos, pendurar uma faixa amarela, quando vi uma pretinha triste, eu escrevi dizendo para ela que tudo nela é de se amar. Tudo. O modo como os músculos dos braços protuberam, a pele que contorna a carne do rosto iluminando, o cabelo que trava os dedos na hora de acarinhar, que é como se dissesse “se eu te permiti tocar tão profundo, então pode permanecer entre os meus fios”. A forma como enfrenta a vida, tudo nela é de se amar. [...] E de palestra em palestra precisam ser lembrados que o racismo existe e aí ficam todos chocados porque o racismo é o crime perfeito que só a vítima vê. E quando se vê insatisfeito, e não guarda mais para si, vira ele o próprio suspeito acusado de mi-mi-mi. E a gente se sente meio otário por ter feito barulho. Retirar a negritude do armário ainda é visto como esbulho. E a gente ajunta o adversário porque vive com orgulho. O bagulho é louco e é necessário ser mais louco que o bagulho. Vem chegando dia 20, o dia da consciência em que radical é o militante cansado de ter paciência. Mas a gente tenta, porque na prática o método aperfeiçoa. A gente vem falar rimando para ver se não magoa. Mas se vocês ainda estão escutando, é porque a gente não fala à toa. (Nascimento apud Ramos, 2017, p. 73)

O tema racial também aparece através do compartilhamento de trechos, poemas e letras de música de autores que chamam a atenção para essa face do racismo que pode ser uma das mais delicadas. Assim, nossas histórias, aparentemente tão singulares, se desvelam plurais ao se encontrarem em ressonância com tantas outras, de pessoas diferentes em diferentes contextos. Tomam um caráter potente e questionador da realidade, sendo usadas como forma de estender a pauta da conscientização racial para além do mês de novembro. No entanto, é preciso colocar que as redes sociais também são espaços onde os racismos se manifestam. Os criminosos, na maioria das vezes utilizando do anonimato, publicam



comentários de cunho racista ou, ainda, promovem perseguição virtual, muito embora rapidamente encontrem respostas onde grupos antirracistas se mobilizam, denunciando os perfis.

## Subjetividade, emoção e estética

Muniz Sodré (2002), em seu livro “Antropológica do espelho”, também discute sobre a mídia e a representatividade, demonstrando como o campo da comunicação utiliza de suas forças mecânicas de manipular, se valendo do afeto como dispositivo. Para o autor, a mídia pode manipular os afetos para além da consciência ou da racionalidade, pois as imagens possuem o poder de produzir o real, colocando em prova sua racionalidade e revelando, assim, a afetividade da estética.



Figura 6: Postagem na página “African Diaspora”.

Muito embora nosso senso comum não considere, inúmeros estudos antropológicos podem demonstrar o quanto a experiência estética está no horizonte do cognitivo e não pode ser lida como um juízo reflexivo. Nesse sentido, é notório que as mídias e os meios de comunicação são capazes de criar ou reforçar laços, acordos e afetos, criando uma comunidade do gosto. Nas palavras do autor, “Cabe, portanto, ao senso comum (*sensus communis*) assegurar o caráter universal, logo, transcendental, do gosto.” Para ele, o espelho midiático em seus diferentes meios (tv, internet, jornais e revistas) produz o que chamou de *Bios* virtual ou *Bios* midiático capaz de modelar nossas intersubjetividades. Contudo, cabe lembrar que ela é orientada pelas estruturas sistêmicas de poder onde desempenha um papel fundamental de espelhamento. Dessa forma, o gozo estético passa a ser compartilhado na contemporaneidade, possibilitando uma integração, tornando os sujeitos coparticipes do mesmo juízo de gosto com o auxílio da comunicação. Por esse motivo, tanto a estética como a comunicação também são peças-chave para entender as relações raciais e para a criação de um novo *ethos* social antirracista. (Sodré, 2002, p.30)

Em se tratando das crianças, a aprendizagem do racismo ocorre exatamente pela interpretação, não apenas de discursos racistas e estereotipados dos adultos, mas também de seus gestos, sentimentos e preferências manifestadas. O efeito dos estereótipos se soma à falta de referenciais positivos e ao fato de, ou não verem os seus semelhantes na televisão, cinema, livros, ou de os verem sempre em posições socialmente desvalorizadas, raramente como protagonistas. Tais problemáticas nos alertam para o fato de que a violência pode se objetivar de forma física ou, ainda, emocional, psicológica e simbólica. Dentre as inúmeras consequências disso, as pesquisas já mencionadas confirmam que as crianças negras podem

recorrer tanto ao silenciamento quanto à submissão ou, ainda, quanto a uma negatividade ou baixa autoestima.

Atentos a esses efeitos que o racismo pode gerar, expondo a criança negra a tais violências, alguns pesquisadores entendem a infância como um período importante para a formação psíquica, podendo o racismo surtir efeitos na saúde mental desses sujeitos, como coloca Maria Lúcia Silva:

Entende-se saúde mental como a tensão entre forças individuais e ambientais que determinam o estado de equilíbrio psíquico das pessoas. Manifesta-se, nas pessoas, pelo bem-estar subjetivo, pelo exercício de suas capacidades mentais e pela qualidade de suas relações com o meio ambiente. Como forças individuais, são entendidos os comportamentos, as práticas pessoais de saúde e atitudes de adaptação, as características biológicas e herança genética; e, como forças ambientais, fatores como educação, emprego e condições de trabalho, o entorno social e físico, rede de apoio social, gênero, raça/etnia, cultura, entre outros. (Silva, 2004, p.129)

Seu argumento é de que a estrutura social racista impacta na saúde mental da população negra de maneira global. Contudo, é possível afirmar que a violação do autoconceito do sujeito negro se dá de forma ainda mais perversa na infância, onde os indivíduos podem ser expostos ao racismo mesmo antes da aquisição da fala. Assim, muitas vezes imperceptível ao conjunto da sociedade, os tratamentos desiguais os acompanham ao longo de suas trajetórias, conformando a maneira com que os sujeitos percebem a si próprios desde o nascimento:

Estando no centro de uma dinâmica muito complexa, na qual se sentem ora perseguidos ora perseguidores, os negros vivem num estado de tensão emocional permanente, de angústia e de ansiedade, com rasgos momentâneos dos distúrbios de conduta e do pensamento, o que os inquieta e os faz sentir culpa. (Silva, 2004, p.130)

Para autora, as experiências vivenciadas formulam suas autopercepções tanto temporárias quanto permanentes, porque é a partir de uma dinâmica complexa que os sujeitos elaboram suas crenças e valores, além de orientar seus comportamentos. Esse debate evidencia os impactos psicológicos aos quais a criança negra está constantemente e vulneravelmente submetida diante do ideário racista do senso comum de que o belo, o frágil e o humano seriam atributos exclusivos do sujeito identificado como branco. Esse imaginário não deixa de mitigar a infância dos sujeitos negros, seja sobre a forma da negligência nos cuidados da criança ou, ainda, pela forma da violência simbólica do preterimento.

Jorge Vala (2015), autor português que pesquisa os novos racismos no contexto europeu, sustenta, a partir da consulta de estudos relacionados à temática, que o racismo estaria assumindo expressões mais veladas e sutis, o que o faria mais resistente às normas e estratégias antirracistas, tanto sociais quanto institucionais. De forma abrandada e menos explícita, ele paradoxalmente persiste em sociedades formalmente antirracistas, se colocando



cada vez mais como um problema central para diversas linhas de investigação. Segundo ele, as emoções seriam um melhor indicador de uma atitude racista a um exogrupo<sup>12</sup> do que os estereótipos. Isso porque os estereótipos, para descreverem os grupos humanos, são normalmente e socialmente censurados, já as expressões de emoção em relação a alguns exogrupos estigmatizados não são tão facilmente detectadas, dificultando reações ou censura:

No racismo aberto e rude, a representação do outro processa-se através da atribuição de traços estereotípicos negativos. Tais traços justificam as relações de dominação, permitem uma diferenciação claramente positiva do endogrupo e servem para explicar por que razão o exogrupo representa uma ameaça. (Vala, 2015, p.95)

Por esse motivo, alguns estudos apontam para a importância de análises focadas na dimensão emocional do preconceito racial, visto que, em muitas situações, ele pode se basear não em crenças a respeito dos traços dos sujeitos, mas sim em emoções negativas relativas a grupos racializados, independentemente de leis, normas e sanções antirracistas. É possível concordar que as relações entre os sujeitos dentro de uma sociedade não se estruturam somente com base em dimensões cognitivas ou racionais, mas também, e talvez sobretudo, em se tratando dos grupos humanos contemporâneos, em dimensões emocionais.

Com base na constatação sobre o peso das emoções, pesquisadores elaboraram um índice operacional de emoções positivas entre grupos raciais distintos. As questões feitas aos sujeitos indagavam quanto à frequência que sentiam simpatia, admiração e medo pelo exogrupo ou pelo endogrupo. Na pesquisa feita em Portugal, foi detectado que, quanto maior as emoções positivas no interior do grupo de portugueses, maior foi o número encontrado de atitudes negativas para com os negros. Assim, a saliência da negação de emoções positivas somada à negação de estereótipos positivos em relação a um grupo resulta na construção das atitudes negativas. No entanto, as estratégias antirracistas se ancoram principalmente em dimensões cognitivas, enquanto essas pesquisas apontam para a importância da criação de estratégias voltadas para a mudança das emoções. Para esses autores, as estratégias de mudança precisam incidir sobretudo na reavaliação emocional do exogrupo e na avaliação emocional mais crítica do endogrupo, considerando a importância da autoestima grupal para com a autoestima pessoal:

Mas os resultados sobre a atribuição de traços psicológicos a «portugueses» e «negros» permitiram ainda identificar outra estratégia sutil de discriminação. Esta estratégia consiste em descrever de forma mais rica, com mais traços e com mais traços positivos, o endogrupo do que o exogrupo e corresponde à crença implícita de que o endogrupo é formado por entidades diferentes, por indivíduos autônomos, enquanto o exogrupo é, no seu todo, uma entidade internamente indiferenciada. (Vala, 2015, p.96)

---

<sup>12</sup> Por exogrupo, o autor denomina os sujeitos que não são considerados do mesmo grupo. O oposto, do endogrupo que seriam os considerados internos.

Em sua visão, as emoções podem ser entendidas como uma forma indireta de desumanizar o exogrupo. Seguindo sua hipótese quanto à emergência de um racismo cada vez menos explícito, o autor coloca:

Em primeiro lugar, e de acordo com a hipótese da emergência de um novo racismo encoberto, verificámos que a negação de estereótipos positivos e a negação de emoções positivas são melhores preditores de uma atitude negativa do que a atribuição de traços negativos ou a expressão de emoções negativas. Verificámos, por outro lado, que as emoções são um melhor preditor da atitude do que os estereótipos. (Vala, 2015, p.96)

Muito embora o racismo precise ser entendido, inegavelmente, como um problema sócio-histórico, no âmbito da luta antirracista, é possível considerar diferentes posições. Para o autor citado, são importantes as contribuições da psicologia social no tocante a esse tema, tanto para a indicação dos elementos facilitadores da discriminação quanto na indicação de estratégias de redução desse postulado, colaborando para uma descategorização ou recategorização dos grupos e redução de preconceitos objetivados no contato inter-racial.

Para Rocha (2009), a questão estética, no que diz respeito ao indivíduo negro, tem um caráter singular destacado. Nos contextos coloniais, esses indivíduos são constantemente depreciados, precisando procurar formas para conviver com sua pele que não corresponde ao ideal de beleza produzido e reproduzido socialmente. A estética aqui não é uma questão simples que pode ser tratada como “apenas um ideal de beleza” ao qual podemos atribuir pouca importância. Segundo ele, a sociologia trata a questão como algo menor por considerar que não se trata de uma questão social, mas algo que diz respeito à vida íntima e privada dos indivíduos. Assim, seus efeitos são entendidos como uma questão para análise da psicologia, impedindo que se chegue a uma compreensão mais efetiva.

O mesmo autor ainda afirma que uma análise mais rigorosa poderia partir da estética para compreender as instituições, sendo que o ideal de bom e belo é introduzido em nós a partir de experiências em uma equação que perpassa por todas as nossas trajetórias, em que a beleza é uma produção da experiência social e opera na sociedade, além de, também, constituir o espaço social que é historicamente hierarquizado e intervém na movimentação dos atores. Após sua construção, ela se torna uma espécie de critério de julgamento, perpetuando o racismo. Para ele, a estética influencia na construção da identidade do sujeito, refletindo-se em sua autoconfiança no sentido de que vai determinar a quantidade que ele recebe de afeto ou prestígio dos demais atores sociais.

O mesmo autor reconhece que a teoria, por si só, não consegue expressar o número de sutilezas que envolvem a questão racial. Para sustentar seu argumento sobre o papel relevante da estética na construção do sujeito, ele traz a fala de uma de suas entrevistadas

que lhe expõe sobre o constrangimento que sentia quando ouvia piadas associando pretos a macacos e, muito sem graça, afirmou ter tido vergonha de ser negra e, posteriormente, invertendo sua percepção, agora, seu constrangimento é de ter sido uma “negra racista”, como o senso comum costuma acusar alguns negros no Brasil.

A experiência de sua entrevistada nos remete ao que pretendo discutir aqui, exemplificando a estratégia de que uma criança, por sua fragilidade, dispôs para buscar afirmar quem é e quem não é diante das piadas que colocavam seus iguais em lugar de subumanidade. Nesse caso, é possível identificar que sua percepção de criança estaria muito aquém de compreender toda a complexidade que engendra o racismo. Contudo, sua sensibilidade já possibilitava entender que “sua aparência era avessa ao ‘delicado’, ao ‘puro’, ao ‘macio’, ao ‘alvo’ da beleza infantil.” (Rocha, 2009, p.356)

Pensando no racismo brasileiro, Jessé de Souza (2012) descreveu o processo estratégico de “embranquecimento”, ao qual, na visão dele, muitas vezes os sujeitos negros se submetem como o “processo simbólico ao qual o indivíduo, via de regra, precisa se submeter para ser aceito em um grupo em que normalmente seria repelido pelo fato de ser negro”. Para o autor, tal ação entra na cisão dual da sociedade de “bom” e “mau”, revelando outro par de oposição semelhante que é o “sujo” e o “limpo”, sendo o embranquecimento uma condição para que o sujeito negro, homem ou mulher, seja considerado digno, em que a busca por essa dignidade os obriga a, sistematicamente, ter de provar que é limpo e honesto, “apesar de ser negro”, para se proteger do racismo. (Souza, 2012, p.184)

As trajetórias negras são atravessadas por essa questão, seja de forma sutil ou não, em diferentes momentos e diversas formas. A proposta aqui é pensar como e quando essas experiências se tornam perceptíveis aos sujeitos que as relatam. Diferentemente das pesquisas citadas ao longo desse capítulo, que problematizam racismo e infância, buscando perceber como as crianças se veem e são vistas ou como esse tema surge em seus cotidianos, o presente trabalho quer tratar de experiências vividas nas fases da infância, porém, principalmente daquelas presentes nas memórias dos sujeitos negros, já processadas e intelectualizadas. Claro que essa consciência e elaboração intelectivas podem acontecer no momento mesmo do seu depoimento quando, ao falar, se permite refletir sobre o assunto. Esse foi o caso das narrativas pessoais que, por isso mesmo, distingi das narrativas públicas.

O exercício proposto é também o de pensar como essas experiências ou essas dores são colocadas pelos sujeitos em diferentes contextos de fala e produção de discurso. A proposta do trabalho é de apreender quais falas passam a compor as narrativas de sujeitos negros situadas como sendo seus primeiros contatos com o racismo. Dado que o foco aqui é a reflexão sobre o tema do racismo na infância a partir das memórias de sujeitos que narraram tais experiências no contexto de suas respectivas infâncias, no capítulo seguinte irei

apresentar as falas dos interlocutores com os quais pude dialogar pessoalmente, além dos resultados da pesquisa realizada na mídia impressa, onde selecionei alguns depoimentos e entrevistas de sujeitos negros com atuação e reconhecimento público.

## Capítulo 2

### Vozes negras e o silenciamento do racismo na infância

A voz de minha bisavó  
ecoou criança  
nos porões do navio.  
ecoou lamentos  
de uma infância perdida.  
A voz de minha avó  
ecoou obediência  
aos brancos-donos de tudo.  
A voz de minha mãe  
ecoou baixinho revolta  
no fundo das cozinhas alheias  
debaixo das trouxas  
roupagens sujas dos brancos  
pelo caminho empoeirado  
rumo à favela.  
A minha voz ainda  
ecoa versos perplexos  
com rimas de sangue  
e fome.  
A voz de minha filha  
recolhe todas as nossas vozes  
recolhe em si  
as vozes mudas caladas  
engasgadas nas gargantas.  
A voz de minha filha  
recolhe em si  
a fala e o ato.  
O ontem – o hoje – o agora.  
Na voz de minha filha  
se fará ouvir a ressonância  
o eco da vida-liberdade.<sup>13</sup>

Alguns autores, muitos já citados aqui, que defendem a pesquisa com base em experiências e relatos autobiográficos, costumam colocar que esse tipo de pesquisa permite que as pessoas falem sobre suas experiências, ou seja, que é possível "dar voz" aos sujeitos. Esta questão da expressão, da oportunidade de fala, é problematizada pela escritora indiana Gayatri Chakravorty Spivak (2010). Essa autora lança uma crítica sobre os modos de representação política dos sujeitos, buscando compreender até que ponto estes podem sair de sua condição de subalternidade. Pensando no percurso intelectual do ocidente, de Marx a

---

<sup>13</sup> Poema "Vozes-mulheres", de Conceição Evaristo

Foucault, ela aponta que a maioria dos autores se colocam como aqueles que podem falar pelo Outro, sendo ele, ao mesmo tempo, juiz e árbitro de situações externas. Mesmo as análises críticas mais contemporâneas ignoram a violência epistêmica do imperialismo que representa tomar a voz do Outro.

Na visão de Spivak, o ato de dar voz a alguém significa que a fala do outro está passando pelo crivo hegemônico e não rompe com as estruturas de poder e de opressão que procuravam romper. Em suas palavras, mantém “o sujeito do Ocidente ou o Ocidente como sujeito”, uma vez que não é a sua própria voz, pois ela está atravessada pela do escritor/a. Para a autora, o subalterno deixa de o ser quando pode falar, tendo ele sim muito a dizer de acordo com seu lugar e de acordo com a sua subjetividade, ontologia e epistemologia. (Spivak, 2010, p.20)

Em se tratando do racismo na infância, este trabalho quer demonstrar que os sujeitos falam. No entanto, essas vozes, quando emergem, são desacreditadas, seja por ser a fala ou o gesto de uma criança<sup>14</sup> ou, quando sendo ele um adulto<sup>15</sup>, o discurso é desqualificado como algo menor, um caso isolado, relacionado a um sujeito ou outro, a depender de seu lugar na hierarquia socialmente construída

O exercício aqui proposto é o de recuperar as vozes que emergem em contextos íntimos, em conversas privadas e de difícil elaboração, e aquelas, mais elaboradas e intelectualizadas, expressadas no debate público e que, em geral, visam se tornar um exemplo aos que ainda não conseguiram emergir no debate público, sobretudo tendo em conta que, em se tratando de racismo na infância, elas se complementam. Meu objetivo é resgatar, a partir de depoimentos e entrevistas, as narrativas sobre os primeiros encontros dos sujeitos com o racismo, que não necessariamente se dá concomitantemente à elaboração de uma consciência política, mas que fazem parte de um processo de tomada de consciência, da construção de processos identitários<sup>16</sup>. Isso porque o sujeito pode partir de um contexto familiar que, de forma crítica ou não, assume e enaltece suas origens étnicas, ao passo que, fora desse contexto é que ele vai se encontrar com o racismo. A etapa da intelectualização se dá *a posteriori*, daí a importância de trazer o debate a partir das memórias dos adultos sobre suas experiências infantis.

Ao trabalhar com narrativas de pessoas adultas revendo suas histórias passadas, é possível perceber como essas memórias estão sendo tratadas agora, sobretudo depois de um processo de maturação e depuração a partir de uma revisão crítica, mas não necessariamente, pois é importante também perceber essas experiências como processos incompletos, momentos de ebulição e catarse de experiências traumáticas. Assim, podemos

---

<sup>14</sup> Ver Míghian Danae Nunes (2012) para compreender a noção de adultocentrismo.

<sup>15</sup> Ver Gayatri Chakravorty Spivak (2010) e Djamilia Ribeiro (2017) para compreensão do lugar de fala.

<sup>16</sup> Ver Munanga (2003)

pensar que a voz e o silenciamento acontecem como resultado de uma experiência pessoal traumática. Como toda experiência pessoal traumática, de encontro com os processos de rejeição, exclusão, intolerância e discriminação, muitas vezes a criança, por não ter condições de elaboração intelectual, vivencia o episódio emocionalmente, pois não tem amadurecimento suficiente para entender o que está lhe acontecendo. Muitas vezes ela vai viver a vida inteira sob efeito desses processos e só vai resgatar isso quando ela adquirir condições emocionais e intelectivas para uma maior elaboração do que se passou. A partir de então, ela vai recordar e, por meio da memória, irá resgatar os acontecimentos passados, correlacionando os momentos de tensão e as dificuldades que vivenciou com um distanciamento crítico, buscando, inclusive, uma politização do assunto na fase adulta. Por meio desse resgate, ocorre uma elaboração não apenas pessoal como também política das situações vividas *a posteriori* e perante o momento presente.

Pensando no processo que estou considerando como narrativas pessoais e narrativas públicas (como ponderei, ainda que ambas sejam pessoais), podemos considerar, ainda, a questão da intencionalidade das narrativas, sendo que as narrativas públicas tanto buscam como de fato alcançam, sem dúvida, um efeito político maior, dado a seu alcance e mediante o desenvolvimento de uma performance intencional, com o objetivo de exercer um papel exemplar, em dada medida, motivacional no sentido de que inspiram outras pessoas negras em seus próprios processos de elaboração pessoal e política.

Já a criança em si vai viver com o trauma sem compreender o motivo da rejeição. Quando ela consegue compreender o racismo, ela já elaborou e pôde se expressar através do discurso que pode ser público e político ou não. O racismo na infância, como já citado, talvez seja o mais violento e solitário. Isso porque, nessa fase, os sujeitos precisam criar estratégias individuais de reação à agressão e, posteriormente, de superação dessas vivências. Assim, seus impactos em cada trajetória também são particulares. Essas memórias existem e, por esse motivo, o debate se faz necessário uma vez que a exposição do ponto de vista dos sujeitos pode nos levar a uma melhor compreensão das relações raciais no nosso contexto, além do fato de que o silêncio ou o silenciamento não são os melhores aliados quando se vislumbra a construção de um outro paradigma ou uma nova narrativa.

### **A quem o silêncio favorece?**

Em se tratando do racismo, existe no imaginário social a falsa ideia de que o debate não favorece seu combate. Segundo Orlandi (1995), existem várias formas de silêncio. Para ela, o silêncio tem uma relação com a linguagem que, por sua vez, está relacionada ao discurso. Em um contexto específico, estão estipuladas as formas possíveis de um sujeito dizer, cujo sentido não se altera com o uso ou não da linguagem. A autora nos lembra que os

sentidos não nascem nos sujeitos ou em um dado fato discursivo que possa ser analisado, mas nascem antes deles, são históricos e, assim, imersos em uma trama ideológica que os dá suporte, produzindo sua inteligibilidade e coerência. Ele sempre vai fazer parte de um processo discursivo mais complexo, que o proporciona significados e sentidos. Portanto, somente entendendo as relações que se colocam é possível entender a opção pelo silêncio. Aqui é possível pensar tanto o silêncio da humilhação no nível do indivíduo, quanto o silêncio da não denúncia.

Do branco ao negro, o racismo é um assunto que costuma não ser bem-vindo, no entanto alguns de nós nos propomos a falar como forma de “mexer na ferida”. Em se tratando de racismo e infância, os relatos também podem ser emblemáticos de como elas vivenciam o desconforto e elaboram suas estratégias de como lidar com tal realidade. Não por diminuir a tomada de atitude de agir ou ignorar a capacidade de uma criança negra intelectualizar o mundo, mas por julgar as memórias também importantes, optei por tratar do racismo nesta fase com base nas memórias para pensar um pouco em seu impacto nas trajetórias dos sujeitos. Assim, a proposta do trabalho é considerar não apenas as vulnerabilidades, mas também as potências dessas experiências de infância.

Desde a resistência dos africanos escravizados, que nem sempre aparece na historiografia oficial, é possível perceber uma certa tendência em manter a narrativa do sujeito

negro pensado sempre na ótica da submissão ou da escravidão. Não é contada sequer a história dos sujeitos livres durante o regime de escravização de africanos e seus descendentes, naturalizando essa condição contextual e histórica.

Cabe ressaltar ainda que, após a extinção do regime escravo, os sujeitos negros foram forçados a lidar com o dilema de precisar lembrar os horrores da escravidão sem ser associados diretamente a esse passado que precisava ser superado. Assim como as pessoas brancas herdam os atributos e benefícios da branquitude, os sujeitos negros ainda



Figura 7: Postagem na página “Saúde mental da população negra” no Facebook

herdam o legado e o ônus da escravidão. Ainda que dois sujeitos, um negro e um branco,



chegassem hoje em um país que viveu o regime escravista, esses dois marcadores sociais seriam automaticamente imputados a eles, e aqui podemos pensar na situação atual dos imigrantes Haitianos na atualidade, por exemplo.

## **Transformando o veneno em remédio**

Irmão sou eu quem grita  
Eu tenho fortes razões  
Irmão sou eu quem grita  
Tenho mais necessidade  
De gritar que de respirar  
Mas irmão fica sabendo  
Piedade não é o que eu quero  
Piedade não me interessa  
Os fracos pedem piedade  
Eu quero coisa melhor  
Eu não quero mais viver  
No porão da sociedade  
Não quero ser marginal  
Quero entrar em toda parte  
Quero ser bem recebido  
Basta de humilhações  
Minh'alma já está cansada  
Eu quero o sol que é de todos  
Ou alcanço tudo o que eu quero  
Ou gritarei a noite inteira  
Como gritam os vulcões  
Como gritam os vendavais  
Como grita o mar  
E nem a morte terá força  
Para me fazer calar.<sup>17</sup>

Muitos dos sujeitos, ao narrarem suas memórias, por vezes, ponderam o quanto suas trajetórias foram impactadas pelas experiências de racismo vividas desde a infância. No texto apresentado anteriormente em que Du Bois (2012) descreve sua primeira experiência, o autor também problematiza o fato de que nem todos os sujeitos em sua condição foram capazes de uma percepção tal qual a sua. De forma consciente ou inconsciente, essas experiências interferem nas trajetórias dos sujeitos, os quais, muitas vezes, são impactados e passam a sofrer as sequelas do racismo de que foram vítimas na infância.

Sendo assim, podemos dizer que o militante é aquele que consegue formular uma imaginação sociológica, nos termos apresentados pelo sociólogo americano Charles Wright Mills (1969) e por bell hooks (1996). Ele é aquele que consegue relacionar a história com sua biografia, elaborando politicamente o seu lugar no contexto em questão, percebendo com

---

<sup>17</sup> Segunda parte do poema "O Protesto", de Carlos Assumpção lançado (1958).

lucidez incomum o que ocorre no mundo à sua volta para, a partir daí, transformar o seu interior. O sujeito portador de uma imaginação sociológica é capaz de interpretar um cenário histórico amplo, compreendendo o sentido dele para sua vida e para o conjunto de sujeitos oriundos de seu mesmo segmento, considerando ainda as falsas consciências e as falsas posições sociais em que, muitas vezes, os sujeitos estão imersos devido às pressões e demandas do dia a dia.

Pensando no conceito de trajetória como método, a observação dos fenômenos sociais situados em circunstâncias, contextos e espaços em que os sujeitos produzem sua vida social, podemos considerar que as experiências de racismo na infância impactam a nossa existência ainda que, sem dúvida, de forma distinta para cada um/a. Por esse motivo, muitas trajetórias nos mostram o quanto os eventos dolorosos foram ressignificados pelos sujeitos, motivando-os e impulsionando suas próprias vidas.

Abdias do Nascimento, ator, artista plástico, ativista, senador da República, exilado nos anos setenta, após retomar sua vida no Brasil, explicitou em uma de suas falas o quanto uma situação de racismo presenciada por ele na infância o teria motivado a empreender uma verdadeira batalha contra o racismo ao longo de sua trajetória. Em uma das últimas entrevistas gravadas, quando provocado a responder onde deu início a sua militância, Abdias, de forma lúcida, rememora um episódio vivido na infância, em que sua mãe saiu de sua condição dócil e pacífica que lhe era comum, em defesa de um menino negro órfão que era espancado por uma vizinha branca nas proximidades de sua casa. Ele avalia que, ali, deu início a todo o seu ativismo, ao dar suporte a sua mãe a defender seu amigo e colega de escola, que tinha por volta de 7 a 8 anos, do racismo. Segundo ele, a reação de sua mãe diante desse episódio discriminatório ficou gravada em sua memória, o inspirando a dedicar-se à causa que veio a delinear sua biografia.

Em uma outra ocasião, relatou, em entrevista para o livro “Abdias Nascimento: O griot e as muralhas” (2006), como foi uma das primeiras rasteiras que o racismo lhe deu. Segundo seu relato, sua paixão pelo teatro teve início ainda na infância, em Franca, no interior de São Paulo, onde conheceu e se encantou por essa arte, prestigiando, na época, o teatro de fantoches. Foi naquele momento em que, em suas palavras, teria mordido o fruto amargo do racismo no grupo escolar onde fez seu primeiro ciclo de estudos. Lembra que era um aluno aplicado, que devorava todas as poesias e os monólogos, além de aprender todas as danças, gestos e mímica e, ainda assim, nunca fora o escolhido para representar nas festas de final de ano, sem entender muito bem na época o porquê de ser excluído. Em casa, com ajuda da mãe e de um de seus irmãos, remontava os espetáculos dos quais não participava na escola e os apresentava para os meninos e meninas da vizinhança. Dono de uma postura mais combativa e insubordinada, Abdias teve uma história de vida marcada pela luta contra o

racismo e pela defesa dos direitos humanos no Brasil através da participação político partidária e de inúmeras ações dentro dos movimentos sociais. É bem verdade que não podemos mudar o passado ou apagá-lo para reescrever novas histórias e novas memórias, o que podemos mudar é a maneira como olhamos para os acontecimentos do passado e, quem sabe, redimensionar ou ressignificá-lo, tirando algum proveito. Ainda assim, um olhar criterioso e crítico sobre nossas experiências pode resultar em uma fórmula subjetivamente elaborada e autotransformadora.

Assim, Abdias Nascimento é um notório exemplo de uma figura negra que, ao compreender o caráter relacional e processual da identidade, buscou propagar o caráter político da racialização. Ele elaborou todo um projeto de vida utilizando sua paixão pela arte e pela literatura somada à consciência do papel do teatro, do cinema e da educação para a mudança do status de subalternidade negra internalizado no imaginário social. Essa reflexão fez com que ele criasse, na prisão, o “Teatro do Oprimido” e, posteriormente, o “TEN - Teatro Experimental do Negro”, encenando muitas peças de cunho antirracista e lançando inúmeros artistas negros no cenário nacional. A experiência negativa passou a orientar sua vida de forma positiva, levando-o a brigar pela igualdade racial por inúmeras frentes, inclusive dentro da política partidária. Abdias pode hoje ser considerado o ícone da batalha pela democracia racial no país porque, sem dúvida, abalou significativamente nossa estrutura racista.

Pensando na representatividade negra, que ainda pode ser considerada irrisória no cenário artístico brasileiro, é difícil mensurar o impacto de suas contribuições. A forma como essas experiências nos constitui enquanto sujeitos, e de como essas questões atravessam nossa existência, também é algo igualmente imensurável.

Mesmo notoriamente não se tratando de casos isolados e perceptivelmente extrapolando o nível individual, o debate, por vezes, é proposto com um título de vitimismo, não avançando do nível de problema individualizado. Por esse motivo, é preciso deixar claro que julgar se os sujeitos superaram ou não essas experiências não é o propósito deste trabalho. No entanto, é possível colocar que isso não é tema de fácil abordagem, pois nem todos nós colocamos essas memórias com a mesma facilidade. Sem adentrar em um debate que pode ser melhor explorado por outras áreas de conhecimento, é possível mencionar que as consequências dessas experiências de racismo para as pessoas negras também não são discutidas por não serem entendidas como um problema sociológico e antropológico. Certamente estamos tratando de subjetividades, porém consideramos aqui o fato de que elas são construídas nas relações.

Ao que me parece, esse debate sobre quem faria melhor a discussão, acaba por fazer com que o tema não seja devidamente debatido nem pela psicologia nem pelas ciências sociais. O racismo está relacionado primeiramente com a estrutura, uma vez que

ele é o ato discriminatório a um sujeito em função do grupo de origem ao qual ele pertence, no entanto, é possível pensar em desmontá-lo a partir das narrativas dos sujeitos.

Esse embate entre estrutura social e subjetividade no tocante às relações raciais, também é observado na esfera jurídica brasileira no que se refere à criminalização do racismo. Junto à Constituição Federal de 1989 foi conquistada a inclusão de uma lei que prevê pena inafiançável e imprescritível para o crime dessa natureza. Contudo, um caso de racismo também pode ser interpretado enquanto honra subjetiva, caindo, então, para a pena de injúria racial para a qual cabe fiança e pode ser prescrita. Além disso, a denúncia, quando é feita, sofre o risco de ser interpretada como vitimismo, ou seja, mesmo na instância judicial, a acusação pode ser rejeitada, e a culpa jogada novamente para o sujeito negro. Por isso, corremos sempre o risco de debater o racismo apenas como um tema psicológico, sendo que sua existência é principalmente social.

Essa ideia de debater ocorre, justamente, por se entender que é necessário desestabilizar o confortável lugar do silêncio ou da vergonha, os quais não favorecem os sujeitos negros. Portanto, é importante denunciar a harmonia mitológica que coloca o racismo como algo superado e que, por isso, não seria ele mais digno de estudos ou debates. Para Marques (1995), as abordagens da psicologia social e da sociologia referentes ao preconceito racial conseguem demonstrar o quanto o racismo engloba vertentes instrumental, adaptativa e cognitiva:

“Numa perspectiva eminentemente psicológica, na esteira da já clássica investigação realizada nos anos 40 por Theodor Adorno, tem sido enfatizadas as pressões sofridas no decorrer da infância na formação da personalidade dos indivíduos que revelam uma maior propensão para a reprodução dos preconceitos. Já o olhar sociológico se tem concentrado na explicação desse preconceito através dos determinantes sociais e históricos que estão na base de sua gênese e manutenção, nomeadamente no que diz respeito ao colonialismo e as situações migratórias. (Marques, 1995, p. 50)

O que quero dizer é que, ao fim e ao cabo, todo debate é melhor do que o silêncio, uma vez que, quando se busca refletir sobre uma humilhação, o que se deseja é impedir que a injustiça não se repita. A exposição e o debate dessas memórias também representam o tempo atual em que ainda se espera e se exige uma transformação das mentalidades. Caso contrário, certamente elas já teriam sido descartadas.

A partir dessas considerações, devo apresentar os depoimentos e entrevistas selecionadas a partir das formas discursivas em que elas foram obtidas. Para propósito de análise, considere importante distinguir depoimentos/entrevistas publicadas e depoimentos pessoais. As narrativas publicadas foram obtidas por meio de vídeos, artigos publicados na rede e livros. Já as narrativas pessoais foram conversas gravadas por mim através de

encontros pessoais em diferentes contextos. As falas de cada um/a irão ilustrar o quanto esses processos estão imbricados, envoltos em questões como a marca do corpo, dos estereótipos, entre outros, não sendo possível uma classificação estanque ou uma análise isolada de cada caso. Muito embora sejam apresentadas em separado, as falas perpassam as narrativas construídas pelos interlocutores negros e negras. Procurei, quando possível, considerar fatores como idade, classe ou gênero.

É importante ressaltar que o racismo é vivido todo dia pelas crianças em diferentes contextos, sem que muitos de nós, brancos ou negros, consigamos parar para refletir, por vezes, por avaliar como algo passageiro, irrisório ou até mesmo banal. Porém, o importante é perceber que ele retorna quase sempre como um trauma ou um estigma, o que será mostrado nos relatos.

As falas apresentadas nas próximas linhas seguirão mescladas com a retomada de alguns debates teóricos já apresentados nos capítulos anteriores. Optei por apresentar uma a uma em tópicos. No caso daquelas que foram colhidas por mim, optei pelos nomes fictícios para preservar a intimidade das interlocutoras, enquanto que, para os depoimentos públicos, não considerei relevante, uma vez que os próprios sujeitos já tiveram seus nomes revelados, além de considerar essa exposição pública como parte da estratégia dos autores, uma espécie de um jogo que, ao revelar e divulgar experiências, é capaz de colocar o debate na cena pública.

Além disso, é importante registrar a diversidade das situações apresentadas, tendo aqui um efeito de “situações-caso” que demonstram também suas inter-relações e suas várias facetas e tramas, suas várias formas e aparências do racismo, demonstrando como ele é multifacetado, produzindo, inclusive, disfarces, já que não costumam aparecer sozinhos, mas sempre associados a outras diversas questões, relacionais e afetivas.

Desse modo, sublinho que a separação entre as narrativas pessoais e as narrativas públicas é um recurso analítico, com o propósito apenas de destacar e sublinhar os diversos contextos em que emergem as falas, evidenciando seus objetivos, sobretudo porque, em ambos os casos, estão em foco as experiências que, em algum momento, foram íntimas e pessoais e, portanto, demonstram níveis distintos de elaboração e amadurecimento, revelando seus contextos de fala e objetivos distintos quanto ao que pretendo demonstrar e aprofundar neste trabalho.

## As narrativas pessoais

### Maria

Maria é uma mulher de 32 anos, solteira, professora e que não possui filhos. Em sua narrativa, ela busca falar sobre seu encontro com o racismo na infância oriundo da tensão comumente vivida pela criança negra em função do cabelo crespo. A descrição de seu constrangimento parece se resolver quando os pais buscam os alisamentos. E isso se dá a pedido da própria criança, mas, em outras vezes, a iniciativa vem dos próprios pais para resolver o “problema” que percebem estar ocorrendo da não aceitação da criança em grupos ou da discriminação que sofre. Ela conta:

Na infância sempre foi a mãe que me penteava e isso ocorria apenas nos finais de semana porque ela trabalhava a semana toda. No final de semana ela lavava o meu cabelo, passava creme e trançava. O cabelo era sempre trançado, ou trança embutida ou trança solta. Eu gostava da trança. Algumas vezes era uma outra madrinha minha, também negra quem fazia minhas tranças, ela morava no mesmo nosso prédio e como ela trançava as filhas dela, já penteava o meu. Essas eram as duas pessoas que tocavam no meu cabelo. (Maria)

Um dos elementos mais citados em casos como esse diz respeito às técnicas de alisamento capilar às quais, muito dificilmente, encontramos uma mulher negra que nunca tenha se submetido, mesmo na infância ou na adolescência. Essa questão do cabelo já foi tema de alguns trabalhos como de Pontes (2018), Gomes, 2006, e o meu próprio trabalho de conclusão da graduação, Sousa (2010). Retomarei mais adiante com esse tema.

Maria prossegue:

Eu acredito ter tido minha iniciação a opressão do racismo um pouco mais tarde pelo fato de ter vivido a maior parte da infância em uma Cohab e de ter estudado em uma escola pública próxima a um bairro periférico no centro... tive também o privilégio de conviver com uma mistura equilibrada de pessoas brancas e negras. E também por pertencer a uma família predominantemente de pessoas negras tanto por parte de pai quanto de mãe. Em meu meio familiar houve sempre um esforço em positivar os traços característicos da negritude e uma preocupação com a questão da estética como forma de cuidado e elogios a beleza... por este motivo não tive experiências discriminatórias nestes espaços. (Maria)

Suas memórias de infância de quando teria se encontrado com o racismo em função de seu cabelo estão relacionadas à convivência com uma madrinha branca, para a qual sua mãe trabalhava como diarista. Ela relembra de um episódio quando a madrinha a levou para passar o verão em seu apartamento na praia, para brincar com sua neta e aproveitar o verão. Ela vai lembrando e contando: “E eu tinha que resolver a história do meu cabelo... lembro que minha mãe me ensinou mais ou menos como eu poderia pentear e prender meu cabelo na ausência dela.”

Na ocasião das férias, sua madrinha branca a teria orientado a pentear o cabelo no lado de fora da residência em função dos cabelos que caíam na casa. Sua lembrança gira em torno de ela, enquanto criança, pensando que não poderia soltar seu cabelo afro lá fora com as pessoas passando para se pentear, até que teve a ideia de fazer isso no banheiro e, depois, juntar os fios que caíam para jogar no lixo sem que ela percebesse, não dando a ela nenhuma resposta:

Eu era educada, não concordei, mas não respondi. Daí eu chegava da praia e trançava ou amarrava como conseguia. Hoje acredito que posso avaliar como uma experiência de racismo, mesmo que lembre dessa minha madrinha me presentear com laços e fitas de cabelo e elogiar minhas tranças.  
(Maria)

Para além de uma prática discriminatória por parte da madrinha, seu relato nos fala sobre o encontro de Maria com o racismo. A narrativa dela vai, de alguma forma, avaliando o que aconteceu no passado, mostrando, primeiramente, a preocupação que ela e sua mãe tiveram com a questão de seu cabelo e, posteriormente, o que lhe aconteceu na ausência da mãe, o que culminou na própria experiência do racismo, evidenciando que as estratégias combinadas pelas duas não a impediram de vivenciá-lo.

Essa experiência encontra um paralelo com o que explica Marques (1995) quando aborda a questão do estigma. Para o autor, os estereótipos, mesmo sob prerrogativa explicitamente positivada, no plano implícito, sempre carregam uma ideia negativa. O autor cita como exemplo o enunciado comum de que os negros “gostam de música” ou “possuem ritmo”, afirmações que escondem o preconceito por meio da ideia de que esses sujeitos seriam infantis ou não gostam de trabalhar.

A dúvida se um dado ato ou um determinado episódio vivido foi ou não racismo também é algo que acompanha o cotidiano do sujeito negro, podendo ser entendido como mais um dos obstáculos que o racismo lhe impõe. Caso a informante tivesse optado pela denúncia na época, muito provavelmente seria desacreditada, evidenciando que o debate sobre o fato de uma dada prática configurar ou não um ato racista também é um dilema dos negros que denunciam o racismo. Assim, os interlocutores tendem a interrogar o sujeito que afirma ter sofrido, buscando cada detalhe do ocorrido a fim de livrar o agressor da culpa.

O fato é que a inferiorização que a vítima do racismo sente muitas vezes está no rol do que Kilomba (2019) descreveu como o indizível. O que ela lembra é da sensação de ter sido inferiorizada, portanto, o tratamento racista não necessariamente configura uma ofensa verbalizada. É possível ponderar ainda que, como colocou Munanga (2005), Kilomba (2019) e Vala (2015), uma manifestação racista explícita ou verbal é apenas uma face muito

pequena do racismo que, até mesmo em função da atual existência de leis e mecanismos de combate, hoje opera de forma mais sutil.

Como já mencionado anteriormente, (capítulo 1), em seu texto sobre novos racismos, Jorge Vala discorre sobre a questão do racismo aberto e do racismo sutil. Em sua visão, as narrativas oficiais que objetivam combater o racismo pelo viés institucional provocaram um abafamento e não o combate ao racismo em si. No entanto, outros pensadores avaliam que este vem retomando sua forma anterior, se tornando cada vez mais explícito. Dessa forma, talvez caberia pensarmos nele enquanto sazonal, algo que pode oscilar entre períodos de chama intensa e abafamento, de forma análoga a uma fogueira quando apagada parcialmente, mas que pode revigorar ao sabor dos mais diferentes fatores.

Maria narra que, o que ela chamou de “drama” em relação a seu cabelo durou até sua pré-adolescência, quando sua mãe optou por levá-la a uma cabeleireira para alisar os cabelos. Ela lembra de ter ficado muito contente e animada quando sua mãe tomou essa decisão. Segundo ela:

O alisamento era uma forma de cuidado e valorização como a trança pra ficar bonita. A minha família nunca teve uma baixa autoestima em relação à questão étnica, mas as minhas tias e primas sempre alisavam o cabelo então isso pra mim era natural dentro do meu contexto... Agora, aos 32 anos, estou deixando meu cabelo crescer sem usar química e estou curiosa pra saber como ele vai ficar. Exceto a raiz que cresce entre um alisamento e outro, não tenho o registro de como ele é. Foi depois que entrei para a faculdade e que me aproximei dos movimentos sociais que passei a refletir sobre esta opressão em relação ao cabelo natural do negro. (Maria)

Dessa forma, ela afirma que não lembra da textura real de seu cabelo, pois utiliza de alisamentos desde muito jovem.

Hoje eu acho que já consigo fazer uma análise a partir da minha experiência. Assim acho que a mulher negra primeiramente foi oprimida porque tinha o cabelo crespo, e a sociedade não queria aquele cabelo solto, então, a gente prendia o cabelo. Depois veio a ideia de alisar o cabelo, aí parte das mulheres negras começaram a alisar o cabelo, para deixar o cabelo solto, alisa... Depois veio uma outra época que a indústria da beleza da estética começou a fazer mais variedades de cremes e shampoos para o afro, então acho que ali também possibilitou essa mulher negra poder cuidar do cabelo, não usar só um tipo de creme, um tipo de shampoo ou usar algum que não combina com o seu cabelo... Então acho que quando a indústria estética percebeu que nós seríamos ótimas consumidoras né, porque o mercado, ele é muito esperto e visa o lucro, começaram a investir neste tipo de creme. Hoje tu vais numa loja de cosmético existem muitas possibilidades. Hoje tem aqueles estágios do cabelo negro coisa que eu nunca tinha escutado que escuto agora. Mas acho que a gente também é oprimida hoje por optar por deixar o cabelo liso... Eu mesmo ouço muito ‘ai porque você está com este cabelo liso?’ ‘Porque você não deixa seu cabelo crespo’. Tanto que eu já estou entrando no processo de transição que está me fazendo pensar sobre isso...Até mesmo pra ver porque agora nem lembro mais como o meu cabelo é crespo. Porque eu só sei dele crespo na raiz. Agora todo cabelo crespo eu nem sei como ele é. Da textura que ele tem ou como é que ele fica porque eu não tenho registro de como ele é natural. Eu acho incrível isso de a gente não saber como o cabelo é, só conheço uma parte como falei da raiz...Eu estou reaprendendo a lidar com meu cabelo agora... quero deixar bem crespo. Acho



que a mulher, seja qual for, se ela for branca, negra, chinesa, sei lá...Acho que tem que ter esta possibilidade de alisar, pintar, deixar curto ou longo. Então estas coisas que a gente sempre passa pela avaliação das pessoas. (Maria)

Fazendo uma reflexão sobre a questão de seu cabelo em sua própria trajetória, Maria diz que foi na faculdade, em contato com a militância negra, que pode entender por que o alisamento também pode ser considerado uma forma de apagar nossos traços raciais, uma vez que a sociedade racista entende que o cabelo crespo não é bom. Sendo visto como um problema, ele deve ser, de algum modo, “resolvido”, seja com um corte, alisamento ou a própria trança. Ela avalia hoje que foi pressionada desde a infância a manter seu cabelo preso, até que passou a alisar. Posteriormente, já adulta, se sentiu novamente pressionada a deixar natural, ainda que as pressões não tivessem o mesmo peso e fossem de natureza radicalmente diferente. No entanto, ela consegue estabelecer uma relação entre a pressão social que nega seu cabelo crespo e aquela que sofre agora pelo fato de alisar.

Assim como a humanidade branca não é questionada, o sujeito branco também pode esquecer que tem cabelos porque o seu é entendido como o “normal”. Dessa forma, algo que pode parecer extremamente banal, pois, afinal de contas, todos temos cabelos e nem todo o cabelo é igual em forma, textura e tamanho, acaba sendo motivo de constrangimentos e inferiorização do sujeito negro desde a infância por atrelar-se à falácia da hierarquização humana racial devido a um aspecto meramente físico, que é o cabelo.

A antropóloga Larisse Pontes Gomes (2017) realizou sua pesquisa analisando o processo de transição capilar de mulheres negras que se utilizavam de alisamentos capilares desde muito jovens. Em seu trabalho, optou por trazer suas memórias de quando a opressão do racismo na infância levou-as a não gostar de sua aparência, desejando mudar seu cabelo:

Como muitas crianças da minha geração, tenho memórias muito marcadas pela televisão. Na época, na segunda metade dos anos 80 para os anos 90, a apresentadora infantil de TV que mais estava em voga era loira, de cabelos lisos e tinham ajudantes de palco que seguiam o mesmo padrão, o que destoava do meu biotipo. Por trás disso, havia um desejo que também não se alinhava com o que eu era, mas sim com o que era evidenciado na TV. Naquele contexto, sem fazer qualquer associação sobre como aquilo me influenciava, eu brincava. Brincava colocando vestidos e toalhas na cabeça. Saía pela casa balançando aquilo, fazendo de conta que era dona de longos fios. Inventava penteados e me olhava na esperança de ter cabelos tão ou mais lisos quanto àqueles. Tanto eu quanto minha irmã, antes de irmos ao colégio tínhamos o ritual de preparação para sairmos “arrumada” todas as manhãs. Sentada entre as pernas da minha mãe, pentes, escova, creme de cabelo e “xuxinha”. Ironicamente, o prendedor de cabelo tinha o nome da apresentadora que despertava em mim e em outras crianças o desejo de ser “diferente”. Sentadas ali, após pentear e puxar bastante o cabelo com a escova, ele era preso no topo da cabeça tão justo que era quase impossível que algum fio escapasse. Mas sempre escapava. Na escola, pensar na possibilidade de ter o cabelo solto por alguma brincadeira de outra criança, era uma sensação de quase morte. Mas estava tudo sob controle se ele continuasse ali, preso. Sempre preso. (Gomes, 2017p. 160)

Por fim, o depoimento de Maria e as colocações citadas por Gomes ilustram um ponto já debatido no primeiro capítulo deste trabalho que é a questão da estética. Para Emerson Rocha (2009), a estética, em se tratando do racismo, mereceria uma atenção maior por parte das Ciências Sociais por gerar impactos sociais objetivos.

## **Nara**

Nara é uma mulher, trabalha como professora, tem 39 anos, é solteira e não tem filhos. O relato dela também nos remete a uma série de dramas comuns à infância negra brasileira, muitos deles já mencionados anteriormente pela bibliografia. No entanto, sua narrativa, como veremos a seguir, também chama a atenção para a diferença na convivência racial (e social) entre o interior e os grandes centros. Ela conta que nasceu e iniciou sua educação básica em uma escola rural multisseriada aos quatro anos. Sua mãe trabalhava fora, então, ela e sua irmã frequentavam a escola, pois era um meio de terem onde ficar na parte do tempo em que a mãe estava fora. Foi assim até quando, aos seis para sete anos, sua família se mudou para uma cidade maior:

Eu iniciei a minha escolarização em uma escola multisseriada no interior, na zona rural... Foi onde eu me alfabetizei. Estudei ali dos 4 aos 6 para 7 anos. Eu não lembro muito bem o rosto da minha professora, mas eu lembro que eu amei quando eu comecei a compreender as letras e as palavras no quadro... Lembro que eu era muito boa aluna...Creio que quando eu morava no interior eu sabia que eu era diferente, mas esta diferença não fazia com que as pessoas me hostilizassem. Eu não sentia o racismo. Nós éramos a única família negra daquele contexto, mas eu não era discriminada, lembro que éramos convidados para todas as festas. E lembro destas festas e das casas e tal. A ruptura com esse mundo de inocência foi quando eu vim pra cidade de Pelotas. Na escola da cidade as crianças me hostilizavam me chamando de macaca, puxavam meu cabelo e baixavam minha roupa. Apesar de ser alta eu não era agressiva porque o contexto de onde vinha eu não precisava brigar, ou machucar alguém. Acho que não tinha defesas porque não precisava delas. Eu era muito ingênua... esta ingenuidade de quem vem de fora, geralmente quem mora na zona rural quando vai pra cidade tem esta ruptura né. Inclusive é chamada de caipira e tal... As crianças me diziam pra eu pegar balas que tinham sido postas na rua para oferendas dos terreiros e eu ia lá e pegava por não saber. Eles diziam que era um presente e eu pegava. Toda esta questão de opressão por ser negra eu vim viver e entender na cidade... Eu não denominava, mas aquela questão de ser chamada de macaca eu percebia que eram dirigidas para as pessoas negras...Pra mim foi uma ruptura profunda entender este mundo agressivo e hostil... Ai o que aconteceu: eu comecei a dizer pra minha mãe que eu tinha dor de cabeça, ai eu não ia para a aula. Eu amava estudar só que, ao mesmo tempo, eu não queria passar por aquilo todos os dias. De ser xingada, hostilizada. (Nara)

O fato de que Nara não sentia o racismo não significa que ele não existia, sobretudo para uma criança que era aceita como caso único em um contexto de extrema exceção. A mudança de ambiente certamente favoreceu a elucidação de aspectos que estavam mascarados no outro lugar, o que não quer dizer que o aspecto central aqui seja o lugar ou que haja lugares mais racistas do que outros. Como coloca Joao Felipe Marques (1995), embora existam sociedades nas quais não se utilize de uma classificação racial, todas as que se utilizam são sociedades declaradamente racistas. Um outro elemento marcante na narrativa de Nara diz respeito ao caráter afugentador da escola para a criança negra. Esse tema também está presente na próxima narrativa, onde podemos pensá-lo a partir do conceito de “Pedagogia do insulto”, cunhado por Douglas Paulino Barreiros (2017), e que pode ser a causa da evasão escolar por determinados sujeitos.

## Ana

Ana é uma mulher de 32 anos que trabalha na área da logística, é casada e tem um filho adolescente de 16 anos. Quanto às experiências de racismo na infância que a marcaram, ela conta que as que pôde lembrar foram vivenciadas na escola. Ela iniciou sua escolarização básica em uma escola particular da rede católica da cidade. Sendo uma das poucas crianças negras da escola e a única, muitas vezes, da turma, ela lembra o quanto era alvo de piadas e estereótipos:

Eu não era bolsista, pagava mensalidade integral como todos os colegas, me vestia com boas roupas e tinha os melhores materiais... mas infelizmente quando cheguei na terceira ou quarta série do ensino fundamental “quando as crianças começam a ficar um pouco mais cruéis é que começaram a ter histórias mais racistas. O tempo todo eu era chamada de negrinha suja, suco de pneu, suco de asfalto. E isso se estendeu até a sexta série quando mudei de escola. Infelizmente naquela época os professores não tomavam partido e preferiam se fazer de cegos e de surdos. Diziam pra gente não dar bola, pois era coisa de criança e que iria passar. Eles não repreendiam os alunos como deveriam. Acho que se fosse hoje a história seria diferente, os professores não aceitariam tanto quanto na época que eles fingiam não ouvir o que eles falavam ou faziam. A minha mãe chegou a ir na escola algumas vezes e conversar diretamente com os alunos pra ver se eles paravam de me incomodar. Alguns pararam, outros não. Até que eu conversei com ela e disse que eu queria sair da escola, eu não queria mais estudar naquela escola porque não tinha mais condições. Eu não me sentia bem na escola. A gente acaba sendo muito excluída. (Ana)

Conforme lhe vem à memória da época nessa escola, um tempo depois de seu ingresso, a escola até recebeu um outro aluno negro que ela lembra que possuía melhores condições financeiras, mas mesmo assim, ele também era alvo do racismo dos colegas que, a qualquer desavença que houvesse, era chamado de negro sujo e outros insultos de mesmo tom. Ela só foi se sentir bem no ambiente escolar depois da transferência para uma escola

pública estadual, onde havia mais negros, brancos, pobres, ricos e todo tipo de gente, e que pôde se sentir inserida. Ela lembra que gostava da antiga escola, mas só se sentiu feliz quando finalmente ingressou na escola pública. Conforme avalia:

Acho que o problema da escola particular é a falta de diversidade. É só uma elite, de maioria branca e um ou outro negro perdido enquanto noventa e nove por cento da escola é branca. Não sei se ainda é assim hoje. Mas na minha época infelizmente era. Eu gostava da escola, mas eu realmente me senti mais feliz e inserida quando fui para uma escola que tinha todo tipo de pessoas. Acho que hoje não aconteceria como foi porque na época os professores realmente fingiam que nada acontecia. Talvez hoje, com a instrução que a gente tem com as campanhas, acho que não seria uma coisa tão direta como era naquela época, anos noventa, em que os ataques eram diretos assim o tempo inteiro. Agora é um pouco mais disfarçado porque hoje tem leis contra o racismo. Talvez hoje seja diferente, eu espero que sim, mas a minha experiência no colégio particular foi péssima. (Ana)

A partir do que nos conta Ana, podemos considerar o quanto a questão da desigualdade vem a contribuir para que a ideia de raça se potencialize e se perpetue. A narrativa dela foca bastante na questão da classe social. Porém, é preciso se lembrar da questão debatida primeiramente por Angela Davis (1981) em seu texto “Mulher, raça e classe” e, posteriormente, por outros autores que problematizaram a questão da interseccionalidade, de que, para análise das sociedades pós coloniais e pós escravidão, não é coerente dissociar as variáveis gênero, raça e classe.

Enquanto me narra suas memórias, ela ponderava; “Acredito que hoje, com as informações e campanhas falando sobre esse assunto, as crianças não sejam obrigadas a viver o racismo explícito nas escolas particulares”. Contudo, as pesquisas aqui citadas, que foram realizadas mais recentemente, mesmo que não tenham sido realizadas em escolas particulares, infelizmente mostram o quanto essa tensão ainda está presente no ambiente escolar, até mesmo se transformando de acordo com as demandas atuais, como o caso do cyberbullying<sup>18</sup>.

No entanto, é possível concordar que as crianças negras de hoje desfrutam dos benefícios da Constituição que, com a mobilização social, obteve significativas conquistas, muito embora reconheçamos que se esteja muito aquém de uma democracia racial e, por isso, careçamos de mais políticas e ações na esfera do direito, além de um envolvimento maior para a efetivação das conquistas já estabelecidas em lei.

Considerando o contexto histórico brasileiro, é possível realmente admitir relativa mudança em termos da desigualdade, em comparação com o período de sua escolarização básica. Como mencionado por Ana, isso é resultado das legislações aplicadas em favor da

---

<sup>18</sup> Cyberbullying é um tipo de violência, de certo modo discriminatória, praticada por meio da rede de internet.

população negra do país, reconhecidamente fruto das lutas dos movimentos sociais negros, mesmo que sua efetividade possa ser problematizada.

Para Barreiros (2017), no âmbito escolar, o sujeito se depara com o que chamou de “Pedagogia do Insulto”, que seria uma mistura de práticas, classificações, atitudes, relações de poder, validação de saberes que permeiam o cotidiano escolar, excluindo determinados sujeitos da escola. Para ele, essa pedagogia pode ser responsabilizada pelos índices de evasão escolar. Nesse sentido, temos um exemplo objetivo das inúmeras consequências da tensão vivida pela criança negra, que pode trazer danos que irão ressoar em toda a sua trajetória.

A evasão escolar, que pode ser também nomeada de exclusão escolar, pode ser entendida enquanto a negação de um direito básico aos sujeitos, pois irá implicar no acesso a outros direitos como o ingresso ao mercado de trabalho e em cursos superiores, ainda que uma boa qualificação não garanta que o sujeito negro irá escapar da precarização e do subemprego, sem obtenção de um grau mínimo de escolarização, ele se torna ainda mais vulnerável. No caso de Ana, a estratégia de procurar uma outra escola dando continuidade, assim, aos estudos, foi bem-sucedida. Ainda assim, podemos considerar que, na época de sua escolarização, na década de 1990, a diferença qualitativa de uma escola básica pública para uma escola básica privada, no contexto brasileiro, já era algo detectado.

O elevado índice de evasão escolar da população negra também foi apontado por Munanga (2005) que, como Ana, sublinha a postura do professor. Segundo ele, os professores, na maioria das vezes contaminados pela educação eurocêntrica e encarnando o mito da democracia racial, praticavam o que chamou de “política do avestruz” ao flagrarem um ato discriminatório. Alguns deles não receberam, em sua formação, o preparo para lidar com o desafio da convivência com a diversidade. Assim, estes educadores, ao se verem frente a manifestações de discriminação, não sabiam lidar com ela, preferiam ignorar ou não aproveitavam a ocasião para debater a riqueza da diversidade e estimular a autoestima do aluno negro, demonstrando a beleza de suas origens em vez de enquadrá-lo no papel simples de vítima.

## **Flavia**

Flavia tem 21 anos, é uma mulher, estudante universitária, solteira e não tem filhos. Ao ser questionada quanto a suas memórias de encontro com o racismo, Flavia me respondeu primeiramente que teria muitas. As lembranças que seriam mais fortes eram da adolescência quando, no ensino médio, foi estudar em um instituto federal na serra gaúcha. Ali, lembra que encontrou pessoas muito diferentes, em suas palavras, “eram pessoas totalmente diferentes

da minha realidade”, onde teria sofrido mais com o racismo. Além disso, também tinha lembranças do racismo que viveu na infância:

Mas uma que me marcou muito é de quando eu ainda morava aqui em Pelotas e estava no terceiro ano... não, no segundo ou terceiro ano do ensino fundamental. Tinha um menino que todos os dias ele me xingava... de preta feia, um monte de coisa... falava do meu cabelo que era ruim... de tição ... um monte de coisa... daí eu já tinha reclamado com uma professora. Só que aí era sempre aquela história, “a é guri” “É brincadeira” “Ai passa” tipo não dando bola assim como se fosse uma coisinha de criança. E todo dia este guri me xingava assim no grupo, que era um grupo de gurias que eu andava ou até quando eu estava sozinha ele me empurrava e, às vezes, puxava assim meu cabelo e saía correndo. Um dia eu cheguei em casa e falei pra minha mãe “tem um guri que ele está me xingando de preta” e minha mãe respondeu; “ué, mas tu és preta que eu saiba!” Eu pensei é, realmente, mas... e era este simplesmente o posicionamento dela... outro dia eu cobrava dela que ela não entendeu que o negócio era sério. Daí um outro dia na escola nós estávamos no parquinho e ele começou com as mesmas coisas né. Aí eu peguei, tive um surto assim, desci do parquinho e bati nele muito, tipo briguei mesmo feio batendo nele bastante. Quando cheguei em casa, com medo de falar com meu pai que eu tinha batido nele, disse que ele tinha me batido. O meu pai foi falar com o pai dele, e o pai dele brigou com ele... e ele nunca mais falou aquelas coisas novamente, acho que pela minha reação e porque depois acabou apanhando do pai dele. E isso me marcou porque eu sempre fui uma criança muito calma, até hoje assim, eu nunca briguei, nem depois na adolescência, de brigar de bater em alguém mesmo não. Hoje eu consigo ver que, se eu cheguei ao ponto de aos nove anos, de bater, foi o último assim, um estresse muito grande... eu tinha chegado no meu limite. Como a criança negra ela se sente sozinha assim porque... talvez hoje se tenha uma atenção porque a gente fala mais disso, mas antes se não era como a minha mãe respondeu... como se fosse algo simples sabe, tipo “ah, esquece, não dá bola que para”, “ah, se o fulaninho briga muito. iiii é porque gosta”. Sabe estas coisas assim de não dar bola pra um problema que é grave só porque é criança. Só que, com certeza, isso nos afeta muito. (Flavia)

Com o relato de Flavia, é possível pensar tanto na problemática do adultocentrismo, levantada por Míghian Danae Ferreira Nunes (2018), que também pode favorecer o racismo nessa fase, como também na problemática dos estereótipos já comentada anteriormente por Jorge Vala, Grada Kilomba e Fabio Marques.

A palavra utilizada pelo menino branco no ato do racismo “tição” é definida no dicionário da língua portuguesa como “um pedaço de lenha meio queimado ou carvão que tem a cor preta”. Em sentido figurativo, é definida como um indivíduo sujo. Esses estereótipos, as crianças vão aprender possivelmente em casa ou no âmbito de suas redes, muito embora isso não os inocentem da prática racista. É possível pensar que a atitude tomada no momento em que ela considera ter sido seu limite e que, hoje, avalia como algo que nunca mais lhe ocorreu, foi, na verdade, uma resposta física à violência simbólica sofrida. Assim, a violência física pode ser pensada como uma resposta à violência simbólica:

Depois também, quando... porque eu fiz a metade do ensino fundamental em Pelotas e a outra metade em Bento Gonçalves. Quando eu cheguei numa escola, eu cheguei numa escola que era muito racista. A cidade ali, o ambiente em si era mega racista, porque era todo aquele ufanismo de ser de imigração italiana, de povo que passou dificuldade e construiu tudo sozinho, e o vinho e não sei o que... então eles são extremamente racistas. Só que hoje eu percebo que ali era bem racismo institucional mesmo, que estava em toda a instituição. Eu lembro que uma vez, em aula, uma professora perguntou alguma coisa...era uma professora meio idosa, então ela já tinha uma pedagogia meio velha meio, sei lá, não sei dizer... aí ela me perguntou alguma coisa, eu respondi só que tava errado... eu era a única negra na escola inteira...e ela falou "claro que não" e não parou por aí... ficou me xingando... "porque que absurdo esta resposta", "é claro que não tem nada a ver" "onde já se viu". Daí eu já fiquei toda retraída né, não queria mais ler nada na sala nem na turma... e aí depois os meus colegas começaram a ficar me tirando né, assim, me zoando, os dois anos que eu fiquei estudando lá porque eu tinha respondido errado a ela. Fora a segregação, né, tipo não queriam brincar. Eu tinha uma amiga só... Uma gurria que a gente ficou amiga que ela era... ela não era negra, mais era mais escura do que eles... mais escura que eu... Ela era de São Gabriel, da fronteira, e era uma coisa meio indígena... então era a única gurria assim que eu brincava, que a gente era amiga. Porque o resto, quando a gente ia brincar, me xingavam dizendo "a gente não quer brincar contigo" essas coisas assim... Mas aí lá neste colégio em Bento eu sentia que era mais geral, que a professora sabia e ela mesmo promovia a questão do racismo e da humilhação em público né. (Flavia)

Aqui está colocada a questão da timidez ou introversão do sujeito negro. Seja ele uma criança ou adulto, é possível pensar se ele é uma pessoa tímida ou se ela foi intimidada. Essa constatação pode ser mensurada ao observarmos se a criança muda sua postura a depender do contexto em que ela está interagindo. Considerando a questão problematizada por Djamilia Ribeiro (2017), sobre os lugares de fala em uma sociedade hierárquica e racista, os demais colegas de sala de Flavia, naquele momento, talvez não fossem alvo do mesmo repúdio e humilhação diante de uma resposta equivocada, uma vez que, por serem lidos socialmente como brancos, teriam o direito à fala e, portanto, poderiam se expressar sem medo de errar.

Para Felipe Marques (1995), uma definição simplista do racismo o define como sendo a ideia de uma ligação entre atributos físicos, genéticos e biológicos de um sujeito ou de um grupo com suas características morais ou intelectuais. Pode, ainda, ser colocado como a pretensão ou a reivindicação de um grupo de possuir um status maior ou mais elevado em relação a outro com base em características biogenéticas diferentes das suas.

Ainda que não abarque, de modo algum, a natureza fenomenológica complexa do racismo, uma divisão metodológica descrita pelo autor nos ajuda na compreensão de como o racismo se objetiva socialmente na esteira de uma sociologia do racismo de tradição francesa. Essa tradição analítica e conceitual do fenômeno aponta para a existência de duas lógicas ou dois tipos de racismo que, na prática social, se complementam e se reforçam. A primeira seria,

então, a da “inferiorização ou desigualitária”, e a segunda, a da “diferenciação ou diferencialista”.

Dentro da lógica da inferiorização desigualitária fixa, o grupo racializante fixa o grupo racializado em uma condição de subalternidade, o relacionando sempre a determinadas tarefas entendidas como de menor valor na esfera social, ou a ocupar espaços menosprezados socialmente, tudo fundamentado por argumentos biológicos com o objetivo de manter uma ordem social de dominação e exploração. Já a lógica diferencialista está pautada na ideia de uma ameaça interna que precisa ser afastada ou combatida. Essa crença racista é alimentada por uma ideia de exclusão ou, em casos extremos, de expulsão ou destruição do grupo racializado. Tal lógica ainda enfatiza suas especificidades culturais percebidas como rígidas e substanciais. O racializado que o racializa vai entender como o "Outro" é considerado sujo e poluente que ameaça a homogeneidade, a identidade e os valores do "Nós". Nas palavras do autor, "Enquanto o racismo desigualitário discrimina e explora, o racismo diferencialista segrega ou destrói."

A partir das narrativas pessoais é possível perceber a complexidade, delicadeza e, ainda, a importância de recuperar essas falas, de um debate que envolve não apenas a escola como uma análise mais simplista poderia diagnosticar, pois elas perpassam inúmeros espaços e congregam diferentes elementos como a autoestima e o fracasso escolar. Por exemplo, o fato de terem sido os únicos negros do lugar, entre as pessoas negras brasileiras é comum ser a “única”, a “primeira” pessoa a estar presente ou a frequentar determinados espaços. Dessa condição, as crianças negras também não estão livres, podendo ser a única da turma ou até mesmo a única da escola. Assim, as narrativas publicadas trarão questões novas, mas também revisitarão questões já mencionadas, demonstrando o quanto alguns elementos estão interligados e fortemente marcados quando se pensa o racismo e a infância.

Outro fato que foi possível perceber nas falas é que as pessoas apresentam uma elaboração complexa e, talvez, incipiente sobre o que viveram, e a própria dor as faz evitar prosseguir o assunto, abordá-lo superficialmente ou, ainda, deixando espaços de silêncio e vazios de memória que podem indicar alguma dificuldade em falar sobre o assunto. Posso avaliar, ainda, que não foi por acaso que, ao final de tantas tentativas, somente as vozes femininas vieram parar no trabalho. Os homens demonstraram muito mais dificuldade de falar, talvez porque, para eles, revelar algo vulnerável seja mais incômodo e indicativo de fraqueza, o que não seria compatível com a demonstração de masculinidade. Esse foi um ponto relevante nesta pesquisa, pois só consegui a presença deles quando passei a tratar os depoimentos e entrevistas de artistas e intelectuais, como irei demonstrar no próximo item.



## Narrativas Públicas

Embora tenha considerado importante destacar o contexto de emergência das falas, não encontrei diferença de conteúdo substancial entre as narrativas que denominei pessoais e as públicas. Sem dúvida há maior desenvoltura nas falas públicas, por advirem de pessoas cujo protagonismo alcançado na vida pública gerou um processo de elaboração maior do assunto. Suas falas apresentam maior distanciamento, capacidade intelectual e propósito político. Assim, conscientes do alcance de seus depoimentos, elas adquirem muito mais um caráter de discurso político, diferente dos relatos pessoais, nos quais os sujeitos foram interpelados por uma pergunta feita por uma pesquisadora negra que vai entender até mesmo seus silêncios e expressões, os quais, embora não sejam descritos pela transcrição, também fazem parte de suas narrativas. As narrativas públicas a seguir foram publicadas em diferentes meios impressos, na forma de entrevistas, artigos e trabalhos acadêmicos, todos inclusos nas referências finais.

### Gilberto Gil

No programa de entrevistas “Espelho”, apresentado pelo ator Lazaro Ramos no Canal Brasil, o músico Gilberto Gil conta que vivenciou inúmeras situações de racismo ao longo de sua trajetória. Pondera que o racismo lhe chegou um tanto mais tarde em função de que, quando menino, morava em Ituaçu, no interior baiano e não sentia o racismo talvez porque seu pai trabalhava como médico e era uma figura bastante prestigiada e com notória influência na cidade. Nas palavras dele:

E no interior do Brasil essa tensão entre raças é mais difusa. Ela não existe como existe nos grandes centros e tal. Eu só fui vivenciar experiências racistas quando vim para Salvador e fui estudar nos colégios Marista, um colégio católico de padres com uma população quase que totalmente branca. Você vê de quase 800 alunos que o colégio tinha você contava quatro ou cinco negros. Aí sim experiências incríveis. Um dia eu estava em uma aula de matemática e o professor, um daqueles irmãos Marista, de repente eu levantei o dedo para fazer uma pergunta e ele falou: baixa o dedo seu negro boçal. Assim. Eu tomei aquele susto pensando no que ele estava dizendo. Aí foi a minha iniciação no mundo do racismo. (Gil, 77 anos)

A palavra “boçal”, a qual foi usada para se referir ao músico em sua “iniciação” ao cotidiano da discriminação racial, é definida no dicionário como aquele que não tem cultura, que seria, então, um tosco, rude e ignorante. Era também o adjetivo usado pelos colonizadores no Brasil para se referirem ao negro escravizado recém chegado da África e que não sabia falar o português. No entanto, o músico narra sua memória em tom leve que lhe é peculiar de quem compreende, agora, o que lhe aconteceu, e que aquilo não maculou sua espiritualidade. Ao longo de sua carreira, passou ainda a cantar enaltecendo suas origens africanas traduzidas na forma respeitosa quando, em seus últimos trabalhos, menciona os

orixás e o candomblé. Porém, sua postura pacifista e tolerante não pode ser confundida com passividade, mas sim como uma forma própria de digestão do veneno que lhe foi destilado.

Fundar em si um imaginário doce e feliz, mesmo tendo vivido experiências amargas e carregando essas memórias da crueldade gratuita do racismo, que não se apagam com o tempo, é, no mínimo, um esforço espiritual muito grande. No entanto, o cantor Gilberto Gil, assim como tantas outras figuras negras que não poderiam ser citadas todas aqui, possuem uma fala tranquila e destacada sensibilidade. Compositor de trechos que são verdadeiras consagrações à vida e à existência como “Todas as vezes que eu canto é amor”, “O melhor lugar do mundo é aqui e agora” ou “A paz invadiu o meu coração”, Gil transmite em sua fala equilíbrio e ternura até mesmo quando narra uma memória dolorosa de seu primeiro contato com o racismo.

Para dialogar com a narrativa de Gil, trago um trecho da autora americana Audre Lorde:

Minha resposta ao racismo é raiva. Eu vivi boa parte da minha vida com essa raiva, ignorando-a, me alimentando dela, aprendendo a usar antes que jogasse minhas visões no lixo. Uma vez fiz isso em silêncio, com medo do peso. Meu medo da raiva não me ensinou nada. O seu medo dessa raiva também não vai te ensinar nada. (Lorde. apud Ribeiro, 2017, p. 83)

O desdobramento dessas experiências nas trajetórias dos sujeitos pode ser das mais variadas. Sinônimo de uma sensibilidade apurada, a raiva também pode ser uma resposta do sujeito ao racismo experimentado porque vai entrar na conta uma série de outros fatores. O que é interessante avaliar é que, de uma forma ou de outra, essa experiência quando não os atrofia pode servir de estímulo para os sujeitos.

## **Joyce Fernandes**

Assim como Gil, que fez de suas vivências negativas algo positivado para expressar sua humanidade, outros artistas buscam inverter e ressignificar os estereótipos e a sua cor/raça como forma de afirmação étnico/racial, trazendo suas experiências para o mundo da arte, transformando em positividade o que não emerge como tal. Joyce Fernandes, mais conhecida como “Preta Rara”, se descreve nas redes sociais como “Rapper, turbanista, professora de história, modelo *Plus Size*, poetisa, idealizadora da página “Eu, Empregada Doméstica” e proprietária da marca “Audácia Afro Moda”. Tanto sua poesia como a letra de suas músicas tematizam a experiência de ser uma mulher negra na sociedade brasileira. Em um artigo publicado no site “Mídia Ninja”, Joyce, que costuma utilizar a rede para falar sobre diversas questões relacionadas ao racismo, falou sobre a questão do racismo na infância, colocando como se deu sua primeira experiência:

Descobri que tinha a cor da pele diferente de outras crianças bem cedo, em uma atividade que a professora elaborou dizendo para os alunos sentarem com quem mais gostavam. Eu me vi sozinha, ninguém me chamou para compor os pequenos grupos. Sem entender, perguntei para a professora o porquê ninguém gostava de mim. Ela disse pra eu não ligar, me deu uma folha de sulfite e lápis de cor para eu ficar desenhando na mesa dela enquanto os demais alunos faziam a tal da atividade. Foi dessa forma que eu descobri o quanto é solitário ser preto nesse país racialmente atrasado. (Joyce Fernandes, 32 anos)

Em sua visão, o processo de embranquecimento no país teve tamanho êxito a ponto de fazer com que muitas pessoas não consigam assumir sua negritude devido aos inúmeros traumas carregados desde a infância. Reproduzindo estereótipos, a escola alimenta mitos de que o negro tem dificuldade de aprendizagem e de que a família não pode lhe oferecer uma estrutura para os estudos. Ela pontua que: “A escola não traz conforto e nega afeto para as crianças negras que são silenciadas quando apontam a discriminação racial. São seres tão pequenos e já aprendem logo cedo na escola a se odiarem. São marcas que não saram, feridas abertas que carregamos até a fase adulta.” Reconhecendo o quanto sua mensagem é provocativa, ela afirma que é essa justamente sua intenção, de causar muito desconforto e muito incômodo para que se possa romper com esses ciclos. Aproveita para anunciar o lançamento de um quadro em seu canal no YouTube de nome “Nossa Voz Ecoa” onde aborda o tema.

## **Elza Soares**

A memória narrada por Elza Soares, de um de seus primeiros contatos com o racismo, foi publicada por Flávio Ilha primeiramente no portal da Uol e republicada pelo site “Educafro”<sup>19</sup> junto a outras histórias igualmente chocantes. A experiência de racismo que ficou gravada em sua memória diz respeito a um episódio em que acompanhava sua mãe, ajudando-a no trabalho como lavadeira de roupas. Segundo recorda, nessa ocasião teria menos de dez anos de idade. Na época de sua infância, na década de 1940, os empregados, em sua maioria negros, eram proibidos de utilizar o elevador social dos prédios, onde precisavam acessar para recolher as roupas para serem lavadas e, posteriormente, fazer as entregas. No episódio referido, que diz ter ficado gravado em sua memória, ao chegar em uma das residências, o elevador de serviço estava com defeito. Sua mãe, que carregava uma trouxa de roupas nos braços, não percebeu e nem foi avisada de que a cabine do elevador estava em outro andar, caindo, então, no fosso.

Em sua avaliação, foi uma cena estúpida e desumana, a qual nunca conseguiu esquecer. Sua mãe teria se machucado bastante, contudo ninguém lhe prestou socorro ou foi solidário com ela. Teve que sair do local pela porta dos fundos para não incomodar os

---

<sup>19</sup> <https://www.educafro.org.br/site/relatos-de-racismo/>.

moradores. Ela diz que, mesmo sabendo da existência do racismo, não poderia imaginar a dimensão que a estupidez dele poderia tomar. Em suas palavras: “É uma doença que continua até hoje. E para a qual, infelizmente, não tem vacina”. Foi depois de adulta que ela conseguiu processar o que lhe ocorrera.

Inspiração para inúmeras mulheres negras, Elza Soares, hoje aos 82 anos, também interpreta sua vida nas letras das canções. A cantora e compositora carioca utiliza seu talento para compor ou interpretar músicas que falam do lugar que o negro ocupa na sociedade e aqueles que ele não ocupa devido aos obstáculos impostos pelo racismo. Em seu trabalho, buscou retratar a realidade do negro, da periferia, da mulher e demais segmentos marginalizados. Por exemplo, o sucesso “A carne”, do compositor Seu Jorge, interpretado por ela, toca em questões sensíveis e dramáticas da população negra como o genocídio e o encarceramento dos jovens pelo Estado. Na música, “Lata d'água”, de sua autoria, aborda a infância difícil em que viveu na periferia do Rio de Janeiro:

Lata d'água na cabeça  
É o estandarte que representa minha arte  
Jogo de cena é a fome  
Negra sempre foi o meu nome  
Mas digo isso porque  
Tenho o samba pra me defender  
E o carnaval  
Ciência e filosofia  
Que domina o mundo inteiro  
Simplesmente em três dias.<sup>20</sup>

A consciência quanto à presença do racismo no nosso tecido social e a percepção de que, desde muito, vem sendo vítima da segregação pautada na ideia de raça, presente no imaginário branco, possibilita ao sujeito negro mobilizar esforços em prol da população negra. A cantora carioca, que recentemente recebeu o título de doutora *honoris causa* pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pode não ter encontrado a cura para o racismo, no entanto, em inúmeros momentos, fez uso de sua influência e espaço na mídia para denunciar a falta de oportunidade dada aos sujeitos negros, além de promover os talentos negros dentro de suas possibilidades.

### **Caroline Damásio da Silva**

Esta narrativa foi publicada pela estudante de psicologia Caroline Damásio da Silva, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em seu trabalho de conclusão do curso, com o título “Racismo e a produção de estereótipos: impactos na subjetividade da criança negra no Brasil”, defendido no ano de 2016.

---

<sup>20</sup> Trecho da composição de Elza Soares.

As memórias de racismo na infância também são citadas por estudantes negros que buscam problematizar o tema à luz das teorias que lhe estão sendo apresentadas. Como coloca Nilma Gomes (2009), através de nossas formações acadêmicas e, ao mesmo tempo, de nossas formações comunitárias, temos a oportunidade de trazer a tensão racial existente na sociedade para dentro do espaço acadêmico, optando por debater questões relacionadas às nossas vivências. Dada cada trajetória, possuímos formas de ler, interpretar e produzir conhecimento, distintos da ciência hegemônica. Para a autora, é importante lembrar que a própria identidade negra é múltipla, plural e complexa, sendo construída em um atravessamento de questões subjetivas, culturais e políticas.

Assim, ainda que possamos escolher outros temas de pesquisa, muitos de nós buscamos produzir uma reflexão interventiva entre o *ethos* político e o *ethos* acadêmico do estudo das relações raciais, problematizando a categoria raça como construção social, cultural e política em uma articulação entre investigação e militância sobre a temática das relações raciais, procurando articular o conhecimento acadêmico com nossas próprias vivências e experiências:

Recordo-me de uma viagem que fiz com meus pais, cujo destino era Gramado. Fomos em um ônibus de excursão composto pela equipe de trabalho do meu pai. As lembranças não são extremamente nítidas, já que o ano era entre 1992 a 1994, quando eu tinha no máximo cinco anos. Meu pai estava com uma inflamação na garganta e sua voz era escassa, quase inaudível. Durante o trajeto comecei a perceber um descontentamento vindo de meu pai, entre as tentativas de acalmá-lo de minha mãe. Então comecei a prestar atenção no que estava ocorrendo e depois do acontecido, entre as conversas dos dois, pude constatar que a inquietação de meu pai se devia ao fato de seus colegas estarem contando piadas racistas. O que era racismo? Por que ter a pele preta era motivo de ridicularização? Foi aí que eu percebi que ser negro era ser diferente, era ser exposto a situações desagradáveis mesmo quando se estava quieto com sua família, fazendo uma viagem. Meu pai não teve direito a resposta, minha mãe não sabia como agir diante de tal humilhação, e por anos a vergonha do ocorrido me impediu de falar sobre. Mas que trabalho competente é este exercido pelo racismo, não é mesmo? Ele faz a vítima pensar que é a culpada pelo que lhe acontece de ruim e coloca o racista em uma posição hierárquica acima do problema, sem nenhum dano, sem nenhum arrependimento e sem ao menos perceber o quão devastador é o ato racista. (Silva, 2016, p.8)

No texto, ela aborda a potência do racismo na produção da subjetividade dos sujeitos negros no contexto brasileiro, capaz de alterar seus processos de autoconceito e produção de autoimagem, originando sentimentos de inferioridade a partir da atribuição de estereótipos.

Além desse episódio, Caroline narra um outro, vivido anos após, quando voltava da escola. Foi ela própria vítima do racismo, vindo de suas colegas de classe. Problematisa o quanto essa experiência a fragilizou mesmo já sabendo da existência do racismo: “Agora era a minha vez. E mais uma vez a resposta para o racismo foi o silêncio, o “tio da Van” até percebeu, as repreendeu, pediu desculpas para os meus pais, entretanto, aquela marca

permaneceu e por anos não consegui expô-la”. Segue relatando o quanto o ambiente hostil da escola se estendeu até sua experiência na academia.

Patricia Hill Collins observava, já na década de 1980, que as intelectuais negras norte-americanas passavam a fazer uso criativo de suas marginalidades, o que ela chamou de um status de “*outsider within*”, estando ao mesmo tempo dentro e fora da academia, levando novos temas e problemas para o pensamento sociológico:

Muitas feministas negras estão abraçando o potencial criativo de seu status de *outsider within* e usando-o de forma sábia. Ao fazê-lo, aproximam-se de si mesmas e associam suas disciplinas à visão humanista implícita de seus trabalhos – isto é, a liberdade tanto de ser diferente como de fazer parte da solidariedade humana. (Collins, 2016, p.123)

Buscando demonstrar a oposição entre a filosofia de origem africana que ele chamou de “pensamento nagô”, Muniz Sodré (2017) tipifica duas categorias. Para ele, a visão ocidental fez do pensamento uma esfera cognitiva à parte da vida comum, deslocando a voz do sujeito de ativa para média, de sujeito para sujeito-objeto. Enquanto a visão nagô prescreve um “pensar vivendo”, a tradição ocidental sugere um “viver pensando”.

A partir das narrativas públicas selecionadas, é possível debater diversas questões. Elas também apontam o entrelaçamento dos temas e dos problemas que envolvem a problemática do racismo na infância. O fato de os artistas citados possuírem um público diversificado e vasto, faz com que o debate seja levado para fora dos pequenos círculos familiares ou de amigos onde essas experiências são expostas quando conseguem ultrapassar o nível individual e solitário. Por serem pessoas cujo trabalho é reconhecido, suas memórias, quando narradas, possuem uma maior visibilidade, pois chegam a um público mais amplo e permitem um debate. Suas opções de contarem suas histórias são, assim, importantes no sentido de desnaturalizar a perversão e o sofrimento do racismo, ajudando no seu combate. Uma vez que eles atingem um público considerável também da população branca, os relatos vindo dessas personalidades têm o potencial maior de desestabilizar o lugar confortável do sujeito branco, o qual não precisou, em sua infância, querer ser outra pessoa, dado o lugar que lhe foi reservado na hierarquia racial socialmente construída.

Para discutir as narrativas aqui apresentadas, irei, no próximo capítulo, retomar o debate no meio acadêmico, demonstrando sua relevância para elucidar algumas das questões apresentadas neste capítulo, através das narrativas de negros e negras, de modo a considerar que, não só esses como outros assuntos abordados, vêm sendo objeto de debate dentro dos estudos já realizados. Ao valorizar o papel da memória nesse debate, ainda procuro demonstrar o quanto o racismo é um fenômeno persistente e resistente e como ele se refaz em cada época, através de várias facetas, meios e formas de se manifestar

## Capítulo 3

### O papel da memória no debate do antirracismo

“Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades.”

Neusa Santos Souza

“Alguns tipos de trauma vividos pelas pessoas são tão profundos, tão cruéis que, ao contrário do dinheiro, da vingança, e mesmo ao contrário da justiça ou das lutas, ou da boa vontade dos outros, somente os escritores conseguem traduzir e transformar a tristeza em significado, refinar a imaginação moral. A vida e o trabalho de um escritor não são uma dádiva para a humanidade, são uma necessidade.”

Toni Morrison

Em um tom poético, Du Bois nos descreve sobre seu primeiro contato com o racismo: “Lembro-me bem quando a nuvem me varreu.” No decorrer do texto, o autor nos reporta ao fato de como somos impactados por essas experiências ao colocarmos para fora, mesmo assim, diferente de muitos de nós, ele conseguiu manter sua “espiritualidade”. No entanto, problematiza como os sujeitos lidam com esse veneno liberado pela racialização que lhe é imposta, do passado ao presente e que, por meio de uma elaboração subjetiva, reagem ao fato de terem tido suas culturas e seus valores legados nesses contextos desprezados. Tal legado mencionado pelo autor é passível de ser relacionado ao elemento memorial. Memórias, como as do autor, narradas por diferentes sujeitos, configuram o centro deste trabalho.

Para tanto, julgo importante que se traga aqui um breve debate sobre a temática da memória no campo das Ciências Humanas. Essa questão já foi amplamente debatida de forma específica ou tangencial por inúmeros autores, alguns dos quais serão abordados para iniciar o assunto que busco aprofundar, como Michael Pollak, Johannes Fabian, Joel Candau, Hannah Arendt, Michel Foucault, Muniz Sodré, Grada Kilomba, Eduardo Coutinho, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Agostinho Mario Dalla Vecchia.

Para Johannes Fabian (2010), a antropologia enquanto área de conhecimento humano é uma área na qual a memória desempenha um papel fundamental. Isso especialmente por sua característica ênfase na comunicação oral e na intersubjetividade, especialmente em sua fase de crítica. Segundo ele, o trabalho por ela realizado depende da memória retórica obtida no tempo compartilhado com o outro, ainda que esse compartilhar também possa ser interpretado. Portanto, a memória tem um papel central para a disciplina tamanha a função

desempenhada pela alteridade, pois o antropólogo precisa ser capaz de compartilhar o passado do seu interlocutor para poder “estar deliberadamente no presente dele”. (p.19)

Em um texto que debate a questão da modernidade e o rompimento com o fio da tradição, a autora clássica Hannah Arendt também colocou argumentos relevantes sobre a temática da memória. Para ela, a articulação realizada pela memória se responsabiliza pelo significado da ação humana, dando luz ao futuro com base no passado:

Isso porque a memória, que é apenas um dos modos do pensamento, embora dos mais importantes, é impotente fora de um quadro de referência preestabelecido, e somente em raríssimas ocasiões a mente humana é capaz de reter algo inteiramente desconexo. (Arendt, 1972, p. 31)

Segundo ela, a memória é a herança que, perpetuada nos “processos recônditos da mente humana”, irá ser constantemente questionada e reinterpretada pelas mentes que, ao contar suas histórias, moldam as ações no presente e conduzem para o futuro. Metaforicamente há um tesouro, a tradição seleciona e nomeia os acontecimentos, dando um quadro de referência aos atores. Em sua visão, o presente em que se insere a ação humana é uma lacuna entre o passado e o futuro. Por sua vez, o passado e o futuro podem ser lidos enquanto forças de mesma importância, muito embora o passado tenda a ser visto enquanto fardo a ser descartado, é ele que impulsiona o futuro. É no tempo fracionado em que o homem vive, no interior da fenda, em luta constante contra o passado e contra o futuro:

Este pequeno espaço do tempo intemporal no âmago mesmo do tempo, ao contrário do mundo e da cultura que nascemos, não pode ser herdado e recebido do passado, mas apenas indicado; cada nova geração, e na verdade cada ser humano, inserindo-se entre o passado infinito e um futuro infinito, deve descobri-lo e, laboriosamente, pavimentá-lo (Arendt, 1972, p. 40).

Para a autora, o que denominamos presente seria, então, uma realidade prática configurada em uma “pequena picada de não-tempo aberta pela atividade do pensamento através do espaço-tempo de homens mortais”, cuja missão é a interpretação crítica do passado, possibilitada por meio da recordação e antecipação, salvando elementos simbólicos da degradação característicos do tempo histórico ou biográfico.

Algumas leituras também ligam memória e emoção ou mesmo ressaltam o papel da emoção na fixação de algumas experiências. Joel Candau (2011) classificou a memória em três distintos níveis. O primeiro, ele chamou de protomemória que seria o que, na esfera individual, são as experiências e saberes mais arraigados e, no âmbito social, aqueles conhecimentos mais compartilhados, a “memória social incorporada, por vezes, gravada na carne, bem como as múltiplas aprendizagens adquiridas na infância e mesmo durante a vida intrauterina”, que podemos aqui pensar tanto no racista quanto no racializado. O segundo nível de memória o autor denominou de “memória de alto nível” ou memória propriamente dita, que seria aquela a qual chamamos de recordação que são os saberes, as crenças ou sentimentos, aquilo que conseguimos invocar ou evocar, pois está armazenada, segundo



suas palavras, de forma enciclopédica. O terceiro nível equivale à representação que os indivíduos fazem de suas memórias. Esse seria, então, o que denominou de metamemória. É o que os indivíduos conseguem explicitar a respeito de si ou, em seus termos, a memória “reivindicada” ou “ostensiva”. A partir dessa concepção de protomemória ou protopensamento, talvez seja possível pensar tanto a nossa ideia de raça quanto os sentimentos de superioridade e inferioridade derivados dela no nível dos indivíduos.

Candau trabalha fundamentalmente as relações entre memórias individuais e coletivas, no entanto, propõe que suas taxonomias não se apliquem à memória coletiva, pois, para ele, a memória coletiva é um discurso, algo que não existe no plano concreto. A exemplo de como a memória coletiva é irreal e discursiva, ele traz a questão dos nacionalismos forjados no século XIX. Nesse sentido, também é possível pensar a retórica da branquitude que, como tal, também foi construída de forma apelativa pela literatura, meios de comunicação e etc. Quanto à memória individual, o autor coloca que a memória liga o sujeito ao seu passado, presente e futuro. Ela produz em nós a noção de quem somos, e a ausência dela significa a ausência de uma identidade. Dela depende nossas capacidades conceituais e cognitivas. A lembrança que favorece as condições para que tenhamos consciência de quem somos através do que chama de memória forte seria responsável pela construção das identidades, produzindo o que o autor chama de “retórica holística”, que seria o discurso social predominante ou hegemônico. A identidade seria, então, no entender dele, um estado mental configurado pelo sentido produzido individualmente a partir das experiências sociais. Logo, as identidades são como um estado ao mesmo tempo psíquico e social. (Candau, 2011, p.22)

As colocações de Michael Pollak (1989) acerca do tema da memória individual e da memória coletiva também podem servir de subsídio para pensarmos as memórias e silêncios no tocante às relações raciais no nosso contexto. Falando sobre o nazismo, Pollak analisa o papel da memória e a relação entre seus dois níveis, tanto individual como coletivo, apontando que, em qualquer um deles, elas podem ser estrategicamente reprimidas, transformando-se em uma espécie de “tabu”. No entanto, as memórias reprimidas podem permanecer vivas nas lembranças individuais, esperando um momento em que possam ser levadas a público. Para o autor, é preciso considerar que, no nível público, pode ser conveniente que alguns silêncios sejam mantidos, pois existem contextos em que as vítimas, de forma individual ou coletiva, optam por não falar, sendo essas memórias difíceis de serem expostas, tanto para ela como para o opressor:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. (Pollak, 1989, p. 4)

O autor situa uma discrepância que podemos encontrar entre a narrativa histórica geral e a dos indivíduos que viveram num determinado período, alertando para a importância do papel das memórias individuais e da oralidade. Segundo ele, as arquiteturas das memórias nacionais buscam destruir as memórias individuais, oprimindo-as em nome de uma memória coletiva uniforme. No entanto, as memórias subterrâneas continuam operando de forma subversiva e silenciosa, aflorando em momentos de crise e rivalizando com a memória hegemônica.

A discriminação racial na infância pode ser pensada como uma dessas “memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível”. Desse modo, essas memórias de racismo sobrevivem nas redes familiares de forma clandestina por não corresponderem à grande narrativa mitológica da democracia racial brasileira. Elas são os “não-ditos” que, entendidas como íntimas, cruéis ou vergonhosas, acabam sendo guardadas no seio das famílias ou em redes de solidariedade afetiva onde possam ser expostas, passando despercebidas pela sociedade em geral. (Pollak, 1989 p.4).

Um outro ponto interessante para pensar este trabalho, também debatido por Pollak (1992), estaria em relação aos depoimentos colhidos. Segundo ele, as memórias são percepções da realidade e não fatos no sentido positivista. O autor julga necessário considerarmos que a memória individual é um fenômeno construído coletivamente e que, portanto, estaria sujeito a flutuações, transformações e mudanças ao longo de uma trajetória. Ele argumenta que tais flutuações também ocorrem em função do momento em que as memórias são articuladas e expressas, de acordo com as preocupações do instante que as estruturam e organizam, reconstruindo-as de forma consciente ou inconsciente. Para ele, nossa memória individual pode gravar, recalcar, excluir, relembrar, em um constante trabalho de organização, o que não diminui o mérito de um trabalho realizado com essa espécie de dado se levarmos em conta que as pesquisas sociais, mesmo as que utilizam documentos, são ainda representações e não reconstituições de uma realidade.

### **Algumas memórias subterrâneas e as relações raciais**

Considerada uma escritora à frente de seu tempo, Carolina Maria de Jesus construiu sua obra a partir de seu cotidiano e de suas memórias de modo a chamar a atenção para a questão racial ao público muito antes de o debate ter a proporção, o tamanho e a visibilidade que tem hoje. Na forma de romances, contos e poesias narrava seu dia a dia de trabalhadora e favelada, suas dificuldades diárias, colocando em sua escrita a posição de onde falava e sua identidade negra como fala predominantemente política, como demonstra em um de seus versos: “Se é que existem reencarnações, eu quero voltar sempre preta”.

Por acreditar no poder das palavras, a autora, dotada de uma consciência do preconceito que se impunha por sua negritude, se expressava por meio da literatura, conseguindo um alcance recorde de sua obra que rodou o mundo, sendo traduzida para diversos idiomas.

Mais recentemente, Conceição Evaristo (2006), em sua obra literária intitulada “Becos da memória”, de modo ficcional, também descreve dramas presentes na realidade de muitos sujeitos negros de forma anônima e silenciosa no interior das periferias, histórias essas inimagináveis para sujeitos oriundos de outros contextos. Usando como cenário o cotidiano de uma favela prestes a ser destruída, ela compõe os personagens cujas trajetórias denunciam a miséria ao mesmo tempo em que sublinha a forma como o povo negro esteve presente na construção do país. Assim, através da literatura a autora busca mostrar, por meio do que ela chama de *escrevivências*, as perspectivas desde baixo e as vozes ignoradas que são, em certo sentido, fundamentais para a compreensão da estrutura social estabelecida.

Ao mencionarmos a questão das memórias, pensando na vivência do racismo, creio que seja possível pensá-las a partir do conceito de dororidade cunhado por Vilma Piedade (2017). Nele, a autora busca como referência a oposição ao conceito de sororidade utilizado pelo feminismo. Segundo ela, ao feminismo negro caberia melhor a utilização do termo dororidade em função das múltiplas opressões vividas pelas mulheres negras que extrapolam a reconhecida opressão vivida pelas mulheres brancas. “Sororidade, etimologicamente falando, vem de sóro-irmãs, dororidade vem de dor, palavra-sofrimento, seja físico, moral e/ou emocional.” Para ela, a dororidade pode expressar todas as violências que nos atingem a cada minuto como, por exemplo, a perda de um filho através da violência do estado. Muito embora, para a temática central deste trabalho, focada nas memórias do racismo na infância, não se possa fazer tão sistematicamente um recorte de gênero, considero o termo ainda apropriado por se referir a dor de forma individual e coletiva. (Piedade, 2017, p.17)

Outro exemplo de registro importante é o documentário “Menino 23: Infâncias Perdidas no Brasil” (2016), que traz a história de uma família da elite paulista que, entre as décadas de 1920 e 1930, adotou 50 meninos negros de um orfanato do Rio de Janeiro, levando-os a uma cidade do interior de São Paulo para desempenhar trabalho não remunerado a base de castigos, quarenta anos após a abolição do regime escravocrata. Na fazenda, os meninos eram identificados por números e, diferentemente do que havia sido prometido no momento da adoção, eles não tinham acesso à moradia digna ou à escola, mas sim tiveram suas Infâncias roubadas.

A partir das memórias de seu Aluízio, um dos sobreviventes, o “Menino 23” descreveu como “lembranças desagradáveis”. O historiador Sidney Aguilar foi desenrolando uma história macabra cujos vestígios pouco haviam sido encontrados até então. Juntando as

pistas, chegou a um segundo sobrevivente e à família de um terceiro, já falecido. Ao recuperar a atuação dos Rocha Miranda, família influente da elite brasileira desde o império, o documentário conseguiu demonstrar a face perversa da classe dominante do país, sempre disposta a tudo para manter-se na posição ocupada. Na época em questão, essa família era ligada ao movimento integralista e simpatizante dos regimes nazistas da Europa. Nesse período, essas ideias tomavam força no país, e as teorias da superioridade branca e da eugenia não só eram aceitas como se desdobravam em política institucional inclusa na Constituição de 1934. O próprio governo flertava com esses regimes e sociedades eugênicas que se proliferavam, promovendo congressos e concursos em prol da suposta higienização do país através da promoção do paradigma da normalidade e do extermínio do diferente, conforme a cartilha eugênica.

Assim, semelhantemente à postura dos mais ricos na época quanto à adoção de tais políticas por parte do Estado, apontada pelo referido filme, podemos nos remeter à atual naturalidade quando recebemos notícias e dados estatísticos que apontam, hoje, o genocídio dos jovens negros e pobres.

Para seu trabalho de conclusão de mestrado, Agostinho Mario Dalla Vecchia (1994) buscou registrar a voz de uma população silenciada, coletando depoimentos de descendentes de escravizados da região sul do Rio Grande do Sul. Tais narrativas posteriormente foram publicadas sem filtros, configurando um material importante à reconstrução historiográfica para se pensar as condições de exploração e humilhação e para entender como se configuraram essas memórias dos sujeitos negros nessa região do país, a qual foi sede de importantes charqueadas escravistas.

As narrativas, publicadas no livro “Vozes do silêncio”, foram editadas em dois volumes, registrando as histórias de vida que mostram as condições desvantajosas de trabalho relegadas à população negra, sobretudo nas regiões rurais em que as velhas elites, no novo sistema, não convinham registrar, na busca tanto de abrandar a crueldade do passado como sua ressonância no presente. Assim, nas memórias dos entrevistados, estão presentes as histórias contadas pelos seus antepassados sobre aspectos como as condições de trabalho, vestimenta, alimentação, lazer e castigos durante o regime escravista, como seguiram suas vidas após a extinção, além de ver as migrações e a criação de refúgios, associações e clubes, como alternativas à rejeição de suas presenças nos espaços frequentados pelas elites latifundiárias locais.

Buscando registrar o centenário da abolição da escravatura e a contribuição negra para cultura brasileira, o documentário “O Fio da Memória”, de Eduardo Coutinho (1991), expõe a repressão ao samba e ao candomblé, exemplos mais fortes da resistência cultural negra no Rio de Janeiro, um dos maiores polos escravistas no contexto do Brasil. O filme,

produzido entre 1988 e 1991, reúne uma série de narrativas de sujeitos negros, desde anônimos moradores de uma fundação carioca e moradores de rua, chegando a figuras mais conhecidas como Benedita da Silva, frei Davi e Gabriel Joaquim dos Santos, cujas memórias foram registradas em áudio e em diários pessoais.

Fora o registro das lutas para manterem suas características étnicas, a preservação de suas manifestações religiosas e lúdicas na contramão do racismo, o filme retrata o estado de indignação da população negra pela falta de acesso à terra, e as lutas e conquistas da população negra, em geral, através dos movimentos sociais negros no século posterior à abolição do regime escravo no país, ou seja, como essa população passou de escravo robusto, que construiu a nação, a alguém considerado incapaz de se adaptar ao trabalho assalariado e mau cidadão no imaginário popular.

Outra obra relevante e que contrapõe-se aos discursos dominantes que colocavam a ausência de laços parentais, de afeto e de solidariedade como um problema para pensar a posição da população negra na sociedade brasileira, é a de Luís Claudio de Oliveira (2016), autor do livro “Famílias negras centenárias” que realiza um trabalho com base em memórias e narrativas de redes centenárias de familiares de descendentes de escravos. No texto, o autor problematiza a noção de família em que as narrativas se pautam sempre tendo como base a narrativa ocidental.

Envolvendo memória e identidade, o tema da família, bastante debatido nas Ciências Humanas, com uma quantidade significativamente vasta de referências nacionais e internacionais, foi contemplado pelo autor a partir do debate das relações raciais no Brasil que, durante o longo período do regime escravista, buscou impedir as relações entre os cativos, os quais, não sendo respeitados, resultavam em casos raros de casamentos.

O autor trabalha um caso exemplar de uma família negra brasileira, Bernado-Gloria-Faustino, que foi constituída desde o início do século XIX e que, para além dos laços afetivos e de solidariedade, criou ainda uma associação com estatuto próprio e registro em cartório. A rede familiar se manteve através de um processo constante de resignificação de sua trajetória, constituindo uma organização singular em torno da identidade negra. Segundo o autor, que é também um membro da família, a elaboração e manutenção do arranjo sempre teve como objetivo claro a reprodução social e a segurança afetiva, ao passo que buscavam proteger seu núcleo do preconceito racial.

Um exemplo de estudos focados em processos socioculturais específicos é o que foi tratado por Dagoberto José Fonseca (2018) quando aborda as memórias de mulheres negras quase freiras por não terem sido aceitas em congregações religiosas exatamente por serem negras. O autor elaborou o conceito de “marcas-memória” que, em suas palavras:

São códigos corporais, digitais, que temos no corpo, sendo impressões indivisíveis, individuais e intransferíveis que portamos, muitas vezes, de maneira externa, mas não só, posto que essas cicatrizes também estão presentes no universo psíquico e simbólico de todos os seres humanos, marcando sua história de vida. (Fonseca, 2018, p. 26)

Na visão do autor, as marcas-memórias são, então, as marcas profundas que são gravadas na psique como cicatrizes, carregadas de feridas que, muitas vezes, não se fecham e nem são expostas a todos. Segundo ele, as marcas-memórias são carregadas nos corpos negros de forma material e simbólica, fruto tanto do escravismo como dos racismos sofridos.

## **Memória e a diáspora africana**

A autora portuguesa Grada Kilomba (2019), em seu livro “Memórias da plantação”, nos discorre a respeito dos traumas decorrentes da desumanização dos sujeitos em virtude das circunstâncias e contatos coloniais. Citando a narrativa de uma de suas entrevistadas, coloca o esforço da mesma em descrever o que a autora chamou de “a dor indizível do racismo”, usando as palavras de sua entrevistada quando tenta descrever o que sentiu quando isso lhe ocorreu pela primeira vez, colocando como algo que: “nunca havia sentido antes no meu corpo” ou “você sente uma dor nos seus dedos”.

Para a autora, essa dor narrada pode nos definir o conceito de trauma, onde uma palavra despertou toda a exclusão e a inferiorização histórica de um seguimento sob um sujeito. Ela chama a atenção para o paralelo da intenção e do sucesso do racismo verbalizado, que ocorre independentemente se advindo de um adulto ou de uma criança e que carrega a ideia quase sempre vitoriosa de ferir o outro que, por sua vez, realmente se sente atingido e inferiorizado. O dano projetado o fere a ponto de a experiência psicológica ser projetada para o corpo. Em sua visão, essa dor pode ser caracterizada como indizível por não se encontrar palavras ou símbolos que descrevam, de forma adequada, tal desumanização:

Ela utiliza a noção de trauma para definir os eventos violentos de racismo que ficam registrados como "acontecimento da vida do sujeito que se define pela sua intensidade, pela incapacidade em que se encontra o sujeito de reagir a ele de forma adequada, pelo transtorno e pelos efeitos patogênicos duradouros que provoca na organização psíquica." (Laplanche e Pontalis 1998 apud Kilomba 2019 p. 212).

No próprio título de sua obra, Kilomba faz referência à memória para marcar o passado colonial que, muito embora queira ser esquecido, permanece em algum lugar da existência dos sujeitos e pode ser revelada. Pretende, assim, aludir ao conjunto de memórias que não se pode esquecer ou evitar de lembrar, nesse caso, uma história coletiva de opressão:

O racismo cotidiano não é um evento violento na biografia individual, como se acredita - algo que “poderia ter acontecido uma ou duas vezes” - , mas sim o acúmulo de eventos violentos que, ao mesmo tempo, revelam um padrão histórico de abuso racial que envolve não apenas os horrores da violência racista, mas também as memórias coletivas do trauma colonial.” (Kilomba, 2019, p. 215)

Segundo Kilomba, o trauma no contexto do racismo raramente é colocado nos debates ocidentais das disciplinas de psicologia e na psicanálise, o que ela considera uma negligência com aqueles que viveram séculos de sistemática opressão e que, em nosso contexto, continuam a representar o “outro” e o “subordinado”. Para a autora, uma outra característica do trauma é a atemporalidade, uma vez que ela acompanha a trajetória do indivíduo, o afetando de alguma forma. Desse modo, as memórias podem se apresentarem tão vivas e capazes de invocar até mesmo a dor sentida no momento em que o evento ocorreu.

Trago aqui, mais uma vez, a célebre e já clássica obra “As almas da gente negra”(1903), do escritor norte-americano Willian Edward Burghardt Du Bois (1868-1963). Referindo se a uma consciência de si fracionada entre ser negro e ser americano, a qual de dupla consciência, aborda o percurso de um jovem negro até alcançar sua consciência a partir da descoberta de ser “negro”.

Para ele, as vivências de subjulgamentos ficam impressas nos sujeitos, os quais passam a carregar o que denominou de “fardo”. No entanto, na visão desse autor, a despeito de todo fardo, ignorância, pobreza e desprezo advindos do homem branco durante séculos de escravidão e as humilhações que se estenderam ao período pós abolição do regime escravista, é a África Negra um elemento histórico altamente considerável. Segundo o autor, muito embora não reconhecida, essa contribuição negra seria inegável, tanto em termos da bagagem cultural trazida de seu lugar de origem, a África, quanto o próprio trabalho árduo desempenhado pelos sujeitos nos diversos solos colonizados.

Além desses fatos, ele se lembra da questão da espiritualidade e da jovialidade afetuosa legada, em contraste ao humor rude e à crueldade do colonizador ocidental. Sua obra inspirou inúmeras abordagens sobre a importância das culturas negras nas diásporas, e a noção de dupla consciência é um elemento central para a compreensão das formas de consciência negra gestadas no chamado “Atlântico Negro”.

Paul Gilroy (2001), reelaborando o conceito de diáspora e considerando a ingenuidade de um essencialismo, buscando entender as identidades como inacabadas e em constante processo de construção, em “Atlântico Negro”, o autor buscou demonstrar os elos de ligação existentes entre todos aqueles que viveram a escravidão nas Américas. Partindo da ideia de elo sobre aspectos destoantes entre o pensamento ocidental e a filosofia africana, o lugar híbrido, ambíguo e dual em que se coloca, na visão do autor, o sujeito negro americano.

Muniz Sodré (2018) também traz uma valiosa reflexão acerca da memória, herança dos grupos africanos, forçadamente imigrados ao país, impressa nos modos de pensar, ainda que considere que o conceito de África não é metafísico e não pretenda um etnocentrismo ao contrário ou uma essencialidade para a identidade negra, muito pautado na corporeidade e na primazia da comunidade sobre o indivíduo. Portanto, o modo de ser que não separa o pensar do sentir, o qual denominou de forma “intensiva de viver”, em sua visão, carrega uma gama de características filosóficas próprias. Para ele, o pensamento nagô operante na liturgia dos cultos afro carrega em si traços que se diferem substancialmente tanto da razão quanto da mística ocidental cristã. Essas diferenças ontológicas foram manipuladas pela colonização e evangelização na hierarquização dos sujeitos ao redor do mundo. Para ele, a incompreensão dos signos traçou fronteiras, monopolizando o conhecimento universal.

No entanto, é possível perceber todo um conjunto de conhecimentos contrastante com a lógica ocidental, todo um complexo conhecimento filosófico presente no sistema simbólico nagô capaz de orientar uma forma própria de ver e estar no mundo, como uma maneira de viver:

Impregnada por uma atmosfera afetiva estruturante, a memória incide principalmente sobre um modo de se e de pensar afetado pela territorialização que, no caso dos nagôs, dá margem a vínculos comunitários particulares: é o *egbé* e ou a comunidade litúrgica, ou seja um local que contrai, por metáfora espacial, o solo mítico da origem e o faz equivaler-se a uma parte do território histórico da diáspora, intensificando ritualmente as crenças e o pensamento próprios. (Sodré, 2018, p. 92)

O pensamento ou a filosofia nagô seria, então, um conjunto complexo de símbolos inteligíveis somente se compreendida a Arkhé africana (termo grego utilizado pelo autor no sentido de “origem” ou “princípio material” das coisas), uma forma de pensar e uma maneira de viver que não se pretende universal ou detentora de verdades absolutas, mas que envolve elementos políticos, éticos, morais, ontológicos e cosmológicos. Como uma construção teórica passível de ser encontrada em diversos contextos da diáspora africana brasileira, ele vem sendo reapropriado e reinterpretado. Tal patrimônio simbólico africano, inaugura formas originais de agir e de se estar no mundo, produto da resistência memorial que sobreviveu às violações e ao rompimento com as suas formas originais de vida em decorrência do regime escravista transatlântico. As experiências de vida dos corpos negros na sociedade brasileira, assim, elaboram estratégias e signos, configurando um estar no mundo ímpar, à medida em que cada contexto representa um modelo de sabotagem e exclusão dos sujeitos.

Segundo Fábio Leite (1996), “os ancestrais negro-africanos constituem, juntamente com a sociedade e sem dela separar-se, um princípio histórico material e concreto capaz de contribuir para a objetivação da identidade profunda” ou seja, em memória daqueles que morrem, os costumes e formas de pensar e se organizar continuam pairando na memória dos



que ficam, como forma de respeito e gratidão ou mesmo para mantê-los perto. Portanto, os ancestrais são a base para a explicação e as relações do homem com a natureza, para explicar a configuração de famílias, para embasar a educação dos mais jovens e as relações comunitárias diversas. (Leite, 1996, p. 109)

### **“Eu lembro de como nos olhavam”**

Em um dos textos publicados no livro “Estudos de identidade: entre saberes e práticas”, as autoras Silviane Barbato e Juliana Eugenia Caixeta (2011) apontam para o papel essencial da memória nas pesquisas sobre a psicologia do desenvolvimento humano, situando elementos que dialogam com as narrativas citadas neste trabalho. Colocam como os significados culturais, os eventos individuais e históricos mediam a autorregulação do *self* que é como um fenômeno dinâmico que assume diversas posições no espaço das interlocuções, algo dialógico construído no espaço social com base nas narrativas que, por sua vez, seriam formas privilegiadas de organização do mundo implicadas na socialização. Em suas palavras, é “a produção de significados que relacionam as ações e eventos humanos individuais levando a uma compreensão do todo”. Dessa forma, enquanto narramos nossas histórias de vida no presente, estamos buscando capturar e, ao mesmo tempo, interpretar o passado.

As memórias individuais são produzidas no jogo entre a relevância em que os eventos adquirem ao longo do tempo e as histórias pessoais. Segundo elas, diferentemente da memória autobiográfica presente nas narrativas da primeira década de vida, muito focada em uma identidade isolada, a história de vida que se desenvolve a partir da adolescência é um processo flexível e construído na comunicação. A partir de então, as narrativas passam a ser polifônicas, ainda que mantenham fios condutores que possibilitam sua reconstrução identitária nas chamadas histórias de vida. Passa a carregar uma relevância fundada nos valores que são desenvolvidos ao longo de cada história particular. Assim, “os significados culturais são manipulados pelos indivíduos para expressar necessidades e emoções e, também, são produtos das emoções e da ideologia” algo que podemos observar nos relatos já citados.

As memórias reconstruídas nos depoimentos obtidos nos dizem sobre as mais distintas experiências de encontro com o racismo. As colocações dizem respeito a episódios presentes na lembrança dos sujeitos referentes a etapas de suas trajetórias em que não podiam compreender a rejeição nominalmente enquanto racismo ou menos ainda enquanto fenômeno histórico do qual ele inevitavelmente faz parte. Em um dos depoimentos obtidos

para este trabalho, uma de minhas interlocutoras, a “Nara”, coloca que, muito embora a questão do racismo não tenha sido tema debatido em sua família na infância, ela guarda na memória o desconforto sentido quando, em uma dada ocasião, foi jantar com sua família em um restaurante onde não era comum a presença de pessoas negras:

Lembro de uma vez em que meu pai fez um trabalho ele foi cobrar um dono de um restaurante e o dono do restaurante não tinha dinheiro então falou que o meu pai poderia ir jantar com a família dele. E nós fomos comer num restaurante bem classe média no centro da cidade. Eu nunca vou esquecer quando a gente entrou e todo mundo olhou. Foi horrível... o peso do olhar das pessoas. Aí tu entendes que aquele olhar está te colocando em outro lugar e dizendo que aquele lugar não é o teu. Entendeu .... Aí meu pai pegou a gente e entrou assim (gesticula a postura do pai) e entrou com aquela cara de furioso, porque era assim que ele enfrentava o racismo. Feito um leão... Provavelmente ele já sabia e já lidava com isso a muito tempo... só não nominava pra nós, mas ele sabia o que era. (Nara)

A memória narrada por Nara pode ser pensada a partir do trabalho exercido pela representação que permite ao sujeito reconhecer e recuperar uma experiência passada, reinterpretando-a para a produção de sua narrativa. Nesse sentido, Michel Foucault (2000) fala sobre as representações e as impressões que fazem com que a lembrança de algo vivido nos remeta rapidamente a outra situação. Assim, a narrativa denota a identificação do racismo vivido anos depois do episódio se desenrolar, pelo reconhecimento de algo que viveu em outras vezes, devido às similitudes das experiências. Para o autor, a semelhança somada à imaginação produz a representação em movimento contínuo e em cadeia por meio de impressões e semelhanças onde a segunda remete à primeira, autorizando e rememorando o que passou, se justapondo, dando espaço à comparação por meio da representação, evitando a mudança perpétua que provocaria a falta de uma referência. Sobre o trabalho circular e constante da memória, que faz com que as experiências se conectem, ganhando sentido entre si, ele discorre em seu texto “as palavras e as coisas”:

Mas, se não houvesse na representação o obscuro poder de tornar novamente presente uma impressão passada, nenhuma jamais apareceria como semelhante a uma precedente ou dessemelhante dela. Esse poder de lembrar implica ao menos a possibilidade de fazer aparecer como quase semelhantes (como vizinhas e contemporâneas, como existindo quase da mesma forma) duas impressões, das quais, uma, porém está presente enquanto a outra, desde muito talvez, deixou de existir. Sem imaginação não haveria semelhança entre as coisas. Vê-se o duplo requisito. É preciso que haja, nas coisas representadas, o murmúrio insistente da semelhança; é preciso que haja, na representação, o recôndito sempre possível da imaginação. (Foucault, 2000, p. 95)

De caráter involuntário, como uma mecânica do tempo, estão a impressão, a imaginação e a memória. Em contra partida há, ainda, a análise explicativa de semelhanças seguido da ordenação, classificação de elementos similares e distintos. A representação possibilita que se repita, se reporte e faça reaparecer impressões similares. Dessa forma, “os

olhares” possibilitaram que Ana decifrasse, por analogia, os signos de quando foi informada que não era bem-vinda àquele lugar onde, possivelmente, pessoas com o seu fenótipo não estariam senão enquanto aquelas que servem, não as que são servidas. Nas palavras do autor, a inteligência faz organizar os fatos dedutivamente, ordenando-os como um caso já conhecido e identificado de alguma forma, não necessariamente explicável com palavras, mas, de alguma forma, nomeado nas experiências pessoais por meio da representação.

Como o exercício proposto aqui consistiu na recuperação de memórias do racismo experienciado na infância, porém relatado na idade adulta, julguei válido trazer algumas ponderações no tocante ao tema da memória em âmbito mais geral. Sendo assim, busquei, ao mesmo tempo, reafirmar a importância da oralidade e da memória no enfrentamento do racismo por meio da recuperação de fragmentos de experiências, os quais se relacionam entre si, mostrando a persistência do fenômeno, suas nuances e formas de se revelar, e como as pessoas negras podem transformar essas memórias, potencializadas em suas consciências, além de ações políticas antirracistas, pois é assim que pode ocorrer alguma mudança nas mentalidades e ações.

Por fim, considerando, ainda, o fato de que toda narrativa implica memória, acredito que as reflexões citadas podem, portanto, nos ajudar a pensar tanto a valorização de outras narrativas quanto as múltiplas epistemologias encontradas para, então, chegar a elas e fazer delas um veículo de conhecimento e transformação.

## Considerações finais

A descoberta do racismo pela criança negra pode ser interpretada em analogia com o mito da caverna de Platão. Antes da primeira experiência amarga, acreditamos conhecer o mundo de uma maneira, mas, após, ele vai mudar significativamente quando somos de repente jogados para fora, lançados a outra realidade. Assim, depois de um episódio terrivelmente desconfortável, passamos a conhecer a realidade com a qual vamos conviver a partir de então.

Segundo Grada Kilomba (2019), o elemento surpresa favorece o silenciamento uma vez que você não sabe de onde esperar, por esse motivo, é interessante pensar em quando ele acontece e em que espaços, nesse sentido, creio que as memórias possuem a potencialidade de nos ensinar.

De forma geral, busquei trazer alguns debates sobre o racismo, que é norma e que envolve os sujeitos desde seu nascimento. O trabalho buscou desmontar o quanto esses processos, vamos dizer, iniciáticos de racismo, vividos pela criança negra, acontecem nas mais distintas esferas de sociabilidades e como eles ficam marcados nas memórias dos sujeitos, pautando suas subjetividades e implicando em suas construções identitárias. Também procurei trazer uma reflexão sobre o racismo, especialmente vivido na infância por meio das narrativas de memórias de caráter sensível e doloroso e tentou ainda registrar o que as pessoas pensam e o que elas têm a dizer sobre as suas memórias.

Assim, a partir dos relatos explorados neste trabalho, é possível perceber que, quando se busca refletir sobre uma humilhação vivida, o que se deseja é impedir que a injustiça não se repita. A ideia aqui foi de ajudar, de alguma forma, a desmontar, desconcertar, pensar, compreender e remontar, com base nas narrativas que expressam as experiências sociais do ponto de vista de quem as vive. Ao trazer os exemplos dos relatos publicados e o debate na rede, foi possível pensar como essas memórias são acionadas e o que motiva as pessoas a relatarem, para além do senso comum, que pode diagnosticá-las como lamento ou trauma pessoal, algo irrelevante ao debate público. Ainda, foi possível refletir como esse mesmo problema se desdobra, em muitos casos, em inspiração ou aprendizagem.

Gustavo Lins Ribeiro, em sua fala na conferência do congresso de antropologia (18th IUAES), comparou o racismo com um monstro de várias cabeças, aquele ser mitológico que nunca morre porque, ao se cortar uma de suas cabeças, outras tantas reaparecem. Porém, seu exemplo, do meu ponto de vista, não está nos orientando a desistir de decapitar as inúmeras faces do racismo, desmascarando o tanto quanto nos for possível, mas sim que essa é uma tarefa bastante árdua e tão complexa quanto tantos outros caminhos que a humanidade tomou, mas que, agora, precisa reconsiderar, embora não possa

simplesmente voltar atrás, reescrevendo novamente sua história. Nesse sentido, creio que aí está a importância de um olhar para as subjetividades, uma vez que as singularidades das experiências talvez possam nos mostrar algum caminho.

Tal como a preocupação com a desvalorização epistemológica sofrida pelas crianças afrodescendentes, os trabalhos que tratam do racismo na infância também chamam a atenção para a construção da subjetividade, a questão emocional e estética nessa fase. O racismo opera como um potente agente de subjetivação que influi, de forma marcante, no processo de autoconceito do sujeito negro, provocando nele sentimentos de inferioridade. Nesse processo, as vivências que tendem normalmente a ser banalizadas ao/no nível cotidiano, atuam fortemente para a mutilação das subjetividades das crianças negras.

Alguns autores como o Boaventura Santos trabalham com a ideia de que estamos vivendo um período de revisão das velhas ideias colonialistas, supremacistas que hierarquizam o mundo, instituindo o ocidente como modelo de ser humano. Cabe, então, pensar que uma mudança civilizatória exigirá uma revisão crítica e minuciosa com vista na transformação das mentalidades. Dessa forma, talvez convenha que os discursos e práticas racistas careçam ser problematizados em todos os âmbitos, especialmente naqueles considerados íntimos, mas que ainda assim servem para pensar os processos sócio-históricos. É possível observar, ainda, o quanto tais narrativas infantis de diferentes épocas conseguem dialogar entre si por trazerem à tona os mesmos processos, denotando a persistência do fenômeno que, como constatamos, atravessa gerações.

Pensando na reflexão feita por Theodor Adorno em seu ensaio “Educação após Auschwitz”, concordo com a ideia de que dificilmente algo que não é exaustivamente debatido e amplamente esclarecido possa ser minimamente superado. O debate sobre o racismo na infância não ocorre adequadamente porque ele é naturalizado e tem sua importância diminuída em função da estrutura, que também é racista. O reconhecimento da proporção do problema e da urgência do debate alerta para o fato de que os comprometidos com a causa antirracista precisam estar atentos a ouvir o que as pessoas dizem, uma vez que elas expressam informações importantes sobre o racismo. Assim, a exposição e o debate em torno dessas memórias do passado, mas que ressurgem sempre, ilustram como elas representam o tempo atual, aludindo as múltiplas facetas e a atemporalidade do racismo.

Os dados empíricos provêm de entrevistas realizadas por mim, as quais denominei de **narrativas pessoais** e de relatos publicados em diferentes fontes como entrevistas, artigos e trabalhos acadêmicos, aos quais me refiro como **narrativas públicas**. Entre essas duas fontes, cabe colocar aqui uma diferença que, embora sutil, foi algo percebido em termos de análise.

Olhando para as narrativas pessoais, é possível perceber na forma das falas, e até mesmo nos silêncios e pausas, o fato de minhas interlocutoras estarem narrando suas memórias a uma outra mulher, negra que, como elas, também, viveu os mesmos processos de depreciação na infância, portanto, seria um discurso de caráter íntimo, entre iguais. Já nas narrativas públicas, percebe-se um discurso articulado, de quem talvez já tenha narrado a mesma memória outras vezes. Trata-se, porém, de um discurso com vistas para uma politização do assunto, intuindo um efeito prático, partindo de uma vontade de combater esta violência que os afetou e que, constantemente, afeta os sujeitos negros, seus iguais, de forma geral, ou seja, de uma exposição que pode levar a uma sensibilização para o assunto nos âmbitos intelectual e cultural.

As narrativas públicas podem ser pensadas assim, nos termos de Pollak (1989), como aquelas memórias subterrâneas que, ao invadirem o espaço público, apontam para a necessidade de uma revisão autocrítica do passado, memórias que, apesar de íntimas, em dados momentos emergem nas disputas entre memórias na relação entre a sociedade englobante e os grupos minoritários, momento em que tais memórias, subalternizadas, passam a ser importantes para a construção de reivindicações.

Quanto às memórias apresentadas, é possível avaliar, ainda, que elas se mostraram fragmentadas pela dor e pelo trauma, denotando o que Du Bois coloca como dupla consciência. Isso porque os sujeitos, ao mesmo tempo em que se afirmam racializados, sabem que não possuem uma raça, sendo apenas um humano colocado socialmente no papel de um ser distinto dos demais. Portanto, a aceitação da racialização se dá em termos políticos, ao passo que, em termos pessoais, esses sujeitos problematizam a raça, se afirmando como seres universais que o são.

No entanto, podemos nos questionar sobre até que ponto o rompimento do silenciamento alcança alguma eficácia na luta antirracista, uma vez que nossas falas acabam por sensibilizar sempre os mesmos e, talvez, não consigam ultrapassar, de forma desejada, as fronteiras dos mesmos círculos. A questão, portanto, que fica aqui é: a quem pode ser importante que se fale e a quem essas falas realmente importam?

Para ilustrar isso, o ator Lazaro Ramos, em uma passagem de seu livro “Na minha pele”, conta um episódio que lhe ocorrera em um encontro com amigos brancos. Quando, em um momento de descontração, em que se sentia amado e confortável, resolveu falar sobre a questão racial, indicando a leitura do livro “O olho mais azul”, de Toni Morrison, abrindo um parêntese desconfortável naquele momento para lhes fazer pensar o quanto a cor da pele pode significar um patrimônio. Ciente do desconforto que causava, conta que via nos olhos o quanto esperavam que parasse de falar ou que ele fizesse, ao menos uma pausa para que alguém ali retomasse a palavra, finalizando o assunto com uma frase pronta.

Uma das características do racismo brasileiro, apontado por diversos autores, consiste na ideologia do branqueamento que previa o desaparecimento total da população negra. Esse fenômeno também pode ser percebido nas narrativas citadas e, como exemplo, posso trazer novamente o depoimento de encontro com racismo de Gilberto Gil. O autor, por ser filho de um médico, era entendido em seu contexto como um branco, indo descobrir que era negro quando deixa sua cidade natal, porque sua negritude era apagada em função do prestígio que seu pai tinha devido ao enquadramento que possuía na sociedade branca. Tal ideal de branqueamento previa o fim da população negra por meio da miscigenação, por meio de cruzamentos raciais estimulados, bem como por meio da propagação da ideologia da assimilação de ordem social, moral e estética dos valores e aspectos dominantes. Essa crença na extinção total da população negra, simbólica e objetiva, também se pautava na análise do crescimento vegetativo dessa população que, estatisticamente, se diminuía em função das péssimas condições em que vivia no pós-abolição.

É possível admitir o importante papel da intelectualidade que tem crescido significativamente, promovendo uma ampliação do debate com suas narrativas e seus posicionamentos políticos que possuem, sim, um maior alcance e impacto social. Ao trazerem suas experiências de infância, buscam, ao mesmo tempo, sensibilizar os não negros, bem como dialogar, de alguma forma, com outros sujeitos negros. Esse resgate do passado traz em si toda uma autoridade que também é resultado de uma tomada de consciência. Assim, por meio das memórias, esses intelectuais buscam não só sua própria desobjetificação, como também a desobjetificação de seus iguais por meio da consciência da racialização.

Algo destacável também na pesquisa foi a abrangência da fala feminina como, evidentemente, mais disposta a expor o sensível, dada a construção social dos papéis de gênero. Para uma mulher, tais narrativas podem soar como uma denúncia da opressão e da dominação, ao passo que, para os homens, talvez possa significar impotência e fragilidade, os afastando dos ideais da masculinidade. É possível considerar que essa exposição é mais passível de ocorrer estando eles em um lugar de poder, o que talvez possa explicar o fato de as narrativas pessoais terem se resultado, exclusivamente, da fala feminina, ao passo que, nas narrativas públicas, o mesmo não ocorreu.

Cabe salientar a importância do resgate das memórias diante da condição de adulto dos sujeitos, uma vez que o distanciamento possibilita, aos sujeitos, resgatarem suas memórias de infância com uma percepção distinta da que tinham quando a experiência se deu. Casos como o de Joyce Fernandes e de Abdias do Nascimento mostram que as experiências de infância reverberam nas trajetórias dos sujeitos que as reiteram, buscando sanar as marcas deixadas pelo racismo.

Os principais aspectos presentes nas narrativas estiveram relacionados com a questão do corpo, a estética, os estereótipos, além da evasão escolar, assim, podendo denotar que esses são elementos importantes para pensar o racismo nessa fase. Ainda que o debate não se encerre nessas problemáticas, contudo, eles apontam para a importância de se olhar para esses elementos como significativos para compreender os fatores estruturantes do racismo desde a infância.

É perceptível, tanto por meio das narrativas pessoais quanto das narrativas públicas, o enfoque em aspectos físicos, os quais afetaram a autoestima desses sujeitos a partir, justamente, de seus corpos, como sendo o elemento que desencadeou o constrangimento e a humilhação. Isso possivelmente se dê pelo fato de a criança já compreender esse tipo de racismo e, com isso, fixá-lo na memória. Na fase adulta, já conseguiria descrever e qualificar outras formas de discriminação para além da questão corporal como, por exemplo, a desqualificação de hábitos, intelectual ou psicologicamente, podendo avaliar melhor o tratamento que recebe. Assim, pode elaborar o desconforto e a falta de empatia que não sabia explicar antes de seu processo de elaboração político, intelectual e psíquico possibilitado pela fase adulta.

Por fim, é importante considerar que um trabalho como o meu, além de muitas descobertas, levam também a novos questionamentos e perplexidades. Procurei, nesta fase do mestrado, investir mais na formação teórica, mas posso reconhecer que a pesquisa empírica poderia ter sido mais ampla e aprofundada, o que considero ser um desafio para as próximas etapas. No entanto, ao mesmo tempo em que construí novos passos na descoberta de como é possível chegar às memórias das negras e negros, também percebo o quanto ainda é possível avançar no assunto e em questões como, por exemplo, certas nuances de gênero e de classe que precisariam de muito mais tempo, além de uma pesquisa de campo mais aprofundada para penetrar, de forma mais densa para avançar em escopos analíticos que, nesta fase de mestrado, não houve tempo hábil. Procurei, contudo, deixar algumas impressões para se pensar e repensar a questão do racismo e, nestas palavras finais, chamar a atenção para alguns pontos que merecem ser tocados e que podem ser retomados nas próximas etapas de minha formação em antropologia.



## Referências

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte/MG): Letramento, 2018.

BARBATO, Silviane; CAIXETA, Juliana Eugenia. **História de vida, identidade e memória: uma proposta metodológica** In: BASTOS, Liliana Cabral; LOPES, Luiz Paulo da Moita. Estudos de identidade: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ, 2011.

BARREIROS, Douglas Paulino. Pedagogia do Insulto: a exclusão atuando no currículo escolar. **Revista Educação**. v.12, n.1. 2017.

BENJAMIN, Walter. **O narrador**: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray. **Pactos narcísicos no racismo**: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BRAGA, Amanda. **Retratos em preto e branco**: discursos, corpos e imagens em uma história da beleza negra no Brasil. 2011. 231 f. Tese (Doutorado) - Curso de Letras, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. 8. ed. Rio de Janeiro: Fgv, 2006. p. 183-191.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo negro, 2015.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: Racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil. Dissertação (Mestrado). Faculdade de educação da Universidade de São Paulo, FE-USP, 1998.

CRUZ, Vitória Santa. **Me gritaram Negra!** Disponível in: <http://feminismo.org.br/megritaram-negra-poema-de-victoria-santa-cruz/>

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within:** a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COMAROFF, Jean e COMAROFF, John. Etnografia e imaginação histórica. **Revista Proa**, nº 02, vol. 01, 2010.

CONTINS, Marcia. **Lideranças negras.** Rio de Janeiro: Aeroplano/ Faperj, 2005.

CORDOVÉS, Santiesteban Alexander Armando. **Caminantes y caminos que se hacen al andar:** Trajetórias de professoras/es de ensino médio em Cuba. 2017. 376 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, PPGAS, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

CORNEJO, Marcela; MENDOZA, Francisca; ROJAS, Rodrigo C. **La Investigación con Relatos de Vida:** Pistas y Opciones del Diseño Metodológico. *Psykhe (santiago)*, [s.l.], v. 17, n. 1, p.29-39, 2008.

DAMIÃO, Flávia de Jesus. **Primeira infância, afrodescendência e educação no Arraial do Retiro.** 2007. 146f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza-CE, 2007.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DALLA VECCHIA, Agostinho Mário. 1994. **Vozes do silêncio:** depoimentos de descendentes de escravos do meridão gaúcho. Pelotas, RS: Editora Universitária.

DEI, George J. Sefa. **Questões críticas nas metodologias de investigação anti-racista:** Uma introdução. In: DEI, George J. Sefa; JOHAL, Gurpreet Singh. *Metodologias de Investigação Anti-Racistas.* Portugal: Edições Pegado, 2008. p. 9-44.

DIAS, Lucimar Rosa. Waldete. Oliveira, Tristão Farias. **Infância e Racismo:** Creches e as práticas ausentes quanto a igualdade racial nas experiências com e dos bebês. In: KOMINEK, Andrea Maila Voss; VANALI, Ana Crhistina (Orgs.) *Roteiros temáticos da diáspora: caminhos para o enfrentamento ao racismo no Brasil,* Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. p. 223-242.

DOMINGUES, Petrônio José. **Negros de almas brancas?** A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915 – 1930. Estud. Afro-asiát. V.24 n.3. Rio de Janeiro, 2002.

DUBOIS, William Edward Burghardt. **Do nosso esforço espiritual.** In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). Malhas que os Impérios tecem. Lisboa: Edições 70, 2012. p. 49-58.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória.** Belo Horizonte, Mazza, 2006.

FABIAN, J. **Memórias da memória:** uma história antropológica. In: REIS, D. A. et al. (Org.). Tradições e modernidades. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Porto: Paisagem, 1975.

\_\_\_\_\_. **Racismo e cultura.** In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). Malhas que os Impérios tecem. Lisboa: Edições 70, 2012. p. 273-286.

FAZZI, Rita de Cassia. **O Drama Racial de Crianças Brasileiras:** Socialização entre pares e preconceitos. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Heteronomia Racial na Sociedade de Classes.** In: FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008. p. 299-327.

FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'. **Teoria e Cultura**, v.2, n.1 e 2, p. 39-53, 2008.

FONSECA, Dagoberto José. **Uma ideia, um ideal, uma missão: as utopias que herdamos de nossos antepassados e dos que virão? filhos e filhas.** In: Fonseca, Dagoberto José; Malomalo, Bas'Illele; Fonseca, Simone de Loiola Ferreira. (Org.). Intelectualidade coletiva negra: memórias, educação e emancipação. 01ed.Porto Alegre/RS: Editora Fi, 2018, v. 01, p. 15-53.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 2012.

\_\_\_\_\_. **As Palavras e as Coisas.** Uma arqueologia das ciências humanas. Tradução. SALMA TANNUS MUCHAIL. Martins Fontes. São Paulo. 2000.

GEERTZ, Clifford. **O impacto do conceito de Cultura sobre o conceito de Homem**. In: GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2013. p. 25-40.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência**. São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 18. ed. Petrópolis: Petrópolis, 2011.

GOLDMAN, Marcio. **Objetivação e subjetivação no "Último Foucault"**. In: BRANCO, Guilherme Castelo; NEVES, Luiz Felipe Baêta (Org.). Michel Foucault: da arqueologia do saber à estética da existência. Rio de Janeiro: Nau, 1998. p. 85-104.

\_\_\_\_\_. **Uma categoria do pensamento antropológico: a noção de pessoa**. In: GOLDMAN, Márcio (Org.). Alguma antropologia. Rio de Janeiro: Relume-dumará, 1999. p. 21-38.

GOMES, Larisse Louise Pontes. **"Posso tocar no seu cabelo?" Entre o "liso" e o "crespo"**: Transição capilar, uma (re) construção identitária / Larisse Louise Pontes Gomes; orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ilka Boaventura Leite, 2017.

GOMES, Nilma. **Intelectuais Negros e Produção do Conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009. p. 419-441.

\_\_\_\_\_. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolo da identidade negra**. 2<sup>a</sup> ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GONZALEZ, Lélia. **Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher**. In: PAULO, União dos Coletivos Pan-afrikanos de São (Org.). Primavera para as rosas negras. São Paulo: Diáspora Africana, 2018. p. 54-74.

\_\_\_\_\_. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, jul./dez, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

ARENDDT, Hannah. **A crise na educação**. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1972.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a Educação como prática de liberdade. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

IANNI, Octavio. **O preconceito racial no Brasil**. Estudos Avançados, [s.l.], v. 18, n. 50, p.6-20, 2004.

INGOLD, Tim. **Humanidade e Animalidade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.10, n. 28, 1995.

KAUFMANN, Jean-claude. **A entrevista compreensiva**: um guia para pesquisa de campo. Petrópolis: Vozes, 2013.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.

LANDER, Edgardo. **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

LEITE, Fábio. **Valores civilizatórios em sociedades negro-africanas**. África; Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 18-19 (1), 103-118, 1995/1996.

LEITE, Ilka Boaventura. Os sentidos da cor e as impurezas do nome: os termos atribuídos à população de origem africana. **Cadernos de Ciências Sociais**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p.13-40, mar. 1988.

MARQUES, João Filipe. **O estilhaçar do espelho**: da raça enquanto princípio de compreensão do social a uma compreensão sociológica do racismo. In: Ethnologia: racismo e xenofobia. Lisboa, mai/out, 1995.

MARTINS, Roseli Figueiredo; MUNHOZ, Maria Letícia Puglisi. **Professora, não quero brincar com aquela negrinha!** Coleção Percepções da Diferença Negros e Brancos na Escola nº 5. São Paulo: Terceira Margem, 2009,

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo, N1 Edições. 2006.

MCCLINTOCK, Anne. **O império do lar:** A situação da terra Genealogias do imperialismo. In: MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: Raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2010. p. 43-122.

MUNANGA, Kabengele. **Apresentação.** In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o Racismo na Escola*. Brasília: Mec, 2005. p. 15-20.

\_\_\_\_\_. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO-PENESB. Rio de Janeiro, 2003.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; BARROS, Vanessa Andrade de; et. al. **O método da história de vida:** a exigência de um encontro em tempos de aceleração. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 12, p.466-485, jan, 2017.

NUNES, Mighian Danae Ferreira. **Cadê as crianças negras que estão aqui?:** o racismo (não) comeu. *Latitude*, vol. 10, nº 2, p. 383-423, 2016.

OLIVEIRA, Luís Cláudio de. **Famílias negras centenárias:** memórias e narrativas. Rio de Janeiro: Mar de Ideias Navegação Cultural, 2016.

PAULA, Elaine de. **“Vem brincar na rua!”:** Entre o Quilombo e a Educação Infantil: capturando expressões, experiências e conflitos de crianças quilombolas no entremeio desses contextos. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2014.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.

\_\_\_\_\_. **Memória e identidade social.** *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

PONTES, Heloísa. Inventário sob forma de fichário: Paixão e compaixão: militância e objetividade na pesquisa antropológica. **Revista de Antropologia:** USP, São Paulo, v. 36, n. 1, p.123-135, dez. 1993.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade.** São Paulo: Editora Nós, 2017.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Patologia social do ‘branco’ brasileiro.** In: RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995[1957]. p. 215-240.

RAMOS, Lázaro. **Na minha pele**. 1a ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

RATTS, Alex. **É tempo de falarmos de nós mesmos**. In: RATTS, Alex. *Eu Sou Atlântica: Sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006. p. 91-126.

ROCHA, Emerson Ferreira. **Cor e dor moral: sobre o racismo na “ralé”**. In: SOUZA, Jessé José Freire de (Org.). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Elo Horizonte: Editora Ufmg, 2009. p. 353-384.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

RUBEN, Guillermo Raúl. **Teoria da Identidade: Uma crítica**. *Anuário Antropológico: Tempo Brasileiro*, Brasília, v. 1, n. 86, p.75-92, jan. 1988.

SANCHES, Manoela Ribeiro. **As malhas que os impérios tecem: textos anti-coloniais, contextos pós-coloniais**. Lisboa: Cotovia: 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Kátia Alves. **Infância e afrodescendente: epistemologia crítica no ensino fundamental**. Salvador: Editora EDUFBA, 2006.

SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. O Método Biográfico em Sartre: contribuições do Existencialismo para a Psicologia. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p.289-308, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SCOTT, Joan Wallach. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 13, n. 1, p.11-30, abr, 2005.

SCOTT, Joan Wallach. **Experiência – Tornando-se Visível**. In LAGO, M.C.S.; RAMOS, T.R.O.; SILVA, A. L. (orgs.) *Falas de Gênero – teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Mulheres, p. 21-55, 1999.

SEMOG, Éle, NASCIMENTO, Abdias. **Abdias Nascimento**: o griot e as muralhas. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

SILVA, Maria Lúcia. **Racismo e os efeitos na saúde mental**. I Seminário Saúde da População Negra. 2004.

SILVA, Caroline Damásio. **Racismo e a produção de estereótipos**: Impactos na subjetividade da criança negra no Brasil. Trabalho de conclusão de curso apresentado a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia. 2016.

SOUSA, Sandra, T. **Mulheres negras**: Corpo, cabelo e identidade, (Trabalho de Conclusão de Curso). Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2010.

SOUZA, Jessé José Freire de. **Batalhadores e racismo**. In: SOUZA, Jessé José Freire de. Os Batalhadores Brasileiros: Classe Média Ou Nova Classe Trabalhadora. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 173-198.

SODRÉ, Muniz A. C. **Pensar nagô**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SOUZA, Neusa Santos de. **Torna-se Negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe, "raça", sexo e sexualidade: A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 14, n. 1, p.15-42, abr, 2006.

TOREN, Christina. Antropologia e Psicologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n.80, p. 21-36, out. 2012.

VALA, Jorge. BRITO, Rodrigo e LOPES, Diniz. **Expressões dos racismos em Portugal**. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2015.



VIGOYA, Mara Viveros. **As cores da masculinidade**: Experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Trad. de Allyson de Andrade Perez. Rio de Janeiro. Papeis selvagens. 2018.

## Referências da internet

Carmo, Marcia. De Buenos Aires para a BBC News Brasil. 2 junho 2019.  
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48424611>

Relatos de racismo  
<https://www.educafro.org.br/site/relatos-de-racismo/>

Filmes  
<https://www.youtube.com/watch?v=58eTdyeVwbA>

Documentário: Abdias Nascimento  
<https://www.youtube.com/watch?v=VYciN-chOUs>

O Fio da Memória - Eduardo Coutinho (1991)  
[https://www.youtube.com/watch?v=B47M\\_BRbPAU](https://www.youtube.com/watch?v=B47M_BRbPAU)

Menino 23 Infâncias Perdidas no Brasil 2016  
<https://www.youtube.com/watch?v=rYSspBodYSQ>

The Color of Love: Black Brazilian Families  
<https://www.youtube.com/watch?v=P2Etll0C0I>

A cor do amor  
<https://www.youtube.com/watch?v=58eTdyeVwbA>

## Anexos

### Anexo 1: Poema de Victoria Santa Cruz

Me gritaram Negra!

Tinha sete anos apenas,  
apenas sete anos,  
Que sete anos!  
Não chegava nem a cinco!  
De repente umas vozes na rua  
me gritaram Negra!  
Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra!  
“Por acaso sou negra?” – me disse  
SIM!  
“Que coisa é ser negra?”  
Negra!  
E eu não sabia a triste verdade que aquilo escondia.  
Negra!  
E me senti negra,  
Negra!  
Como eles diziam  
Negra!  
E retrocedi  
Negra!  
Como eles queriam  
Negra!  
E odiei meus cabelos e meus lábios grossos  
e mirei apenas minha carne tostada  
E retrocedi  
Negra!  
E retrocedi . . .  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
Negra! Negra! Neeegra!  
Negra! Negra! Negra! Negra!

Negra! Negra! Negra! Negra!  
E passava o tempo,  
e sempre amargurada  
Continuava levando nas minhas costas  
minha pesada carga  
E como pesava!...  
Alisei o cabelo,  
Passei pó na cara,  
e entre minhas entranhas sempre ressoava a mesma palavra  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
Negra! Negra! Neeegra!  
Até que um dia que retrocedia , retrocedia e que ia cair  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
Negra! Negra! Negra! Negra!  
Negra! Negra! Negra!  
E daí?  
E daí?  
Negra!  
Sim  
Negra!  
Sou  
Negra!  
Negra  
Negra!  
Negra sou  
Negra!  
Sim  
Negra!  
Sou  
Negra!  
Negra  
Negra!  
Negra sou  
De hoje em diante não quero  
alisar meu cabelo

Não quero  
E vou rir daqueles,  
que por evitar – segundo eles –  
que por evitar-nos algum dissabor  
Chamam aos negros de gente de cor  
E de que cor!  
NEGRA  
E como soa lindo!  
NEGRO  
E que ritmo tem!  
Negro Negro Negro Negro  
Negro Negro Negro Negro  
Negro Negro Negro Negro  
Negro Negro Negro  
Afinal  
Afinal compreendi  
AFINAL  
Já não retrocedo  
AFINAL  
E avanço segura  
AFINAL  
Avanço e espero  
AFINAL  
E bendigo aos céus porque quis Deus  
que negro azeviche fosse minha cor  
E já compreendi  
AFINAL  
Já tenho a chave!  
NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO  
NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO  
NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO  
NEGRO NEGRO  
Negra sou!

## Anexo 2: Poema de Carlos de Assumpção

### Protesto

Mesmo que voltem as costas  
Às minhas palavras de fogo  
Não pararei de gritar  
Não pararei  
Não pararei de gritar

### Senhores

Eu fui enviado ao mundo  
Para protestar  
Mentiras ouropéis nada  
Nada me fará calar

### Senhores

Atrás do muro da noite  
Sem que ninguém o perceba  
Muitos dos meus ancestrais  
Já mortos há muito tempo  
Reúnem-se em minha casa  
E nos pomos a conversar  
Sobre coisas amargas  
Sobre grilhões e correntes  
Que no passado eram visíveis  
Sobre grilhões e correntes  
Que no presente são invisíveis  
Invisíveis mas existentes  
Nos braços no pensamento  
Nos passos nos sonhos na vida  
De cada um dos que vivem  
Juntos comigo enfeitados da Pátria

### Senhores

O sangue dos meus avós  
Que corre nas minhas veias  
São gritos de rebeldia

Um dia talvez alguém perguntará  
Comovido ante meu sofrimento  
Quem é que esta gritando  
Quem é que lamenta assim  
Quem é

E eu responderei  
Sou eu irmão  
Irmão tu me desconheces  
Sou eu aquele que se tornara  
Vitima dos homens  
Sou eu aquele que sendo homem  
Foi vendido pelos homens  
Em leilões em praça pública  
Que foi vendido ou trocado  
Como instrumento qualquer  
Sou eu aquele que plantara  
Os canaviais e cafezais  
E os regou com suor e sangue  
Aquele que sustentou  
Sobre os ombros negros e fortes  
O progresso do País  
O que sofrera mil torturas  
O que chorara inutilmente  
O que dera tudo o que tinha  
E hoje em dia não tem nada  
Mas hoje grito não é  
Pelo que já se passou  
Que se passou é passado  
Meu coração já perdoou  
Hoje grito meu irmão  
É porque depois de tudo

A justiça não chegou

Sou eu quem grita sou eu  
O enganado no passado  
Preterido no presente  
Sou eu quem grita sou eu  
Sou eu meu irmão aquele  
Que viveu na prisão  
Que trabalhou na prisão  
Que sofreu na prisão  
Para que fosse construído  
O alicerce da nação  
O alicerce da nação  
Tem as pedras dos meus braços  
Tem a cal das minhas lágrimas  
Por isso a nação é triste  
É muito grande mas triste  
É entre tanta gente triste  
Irmão sou eu o mais triste

A minha história é contada  
Com tintas de amargura  
Um dia sob ovações e rosas de alegria  
Jogaram-me de repente  
Da prisão em que me achava  
Para uma prisão mais ampla  
Foi um cavalo de Tróia  
A liberdade que me deram  
Havia serpentes futuras  
Sob o manto do entusiasmo  
Um dia jogaram-me de repente  
Como bagaços de cana  
Como palhas de café  
Como coisa imprestável  
Que não servia mais pra nada  
Um dia jogaram-me de repente

Nas sarjetas da rua do desamparo  
Sob ovações e rosas de alegria

Sempre sonhara com a liberdade  
Mas a liberdade que me deram  
Foi mais ilusão que liberdade

Irmão sou eu quem grita  
Eu tenho fortes razões  
Irmão sou eu quem grita  
Tenho mais necessidade  
De gritar que de respirar  
Mas irmão fica sabendo  
Piedade não é o que eu quero  
Piedade não me interessa  
Os fracos pedem piedade  
Eu quero coisa melhor  
Eu não quero mais viver  
No porão da sociedade  
Não quero ser marginal  
Quero entrar em toda parte  
Quero ser bem recebido  
Basta de humilhações  
Minh'alma já está cansada  
Eu quero o sol que é de todos  
Ou alcanço tudo o que eu quero  
Ou gritarei a noite inteira  
Como gritam os vulcões  
Como gritam os vendavais  
Como grita o mar  
E nem a morte terá força  
Para me fazer calar.